

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA



O riso e o sorriso nos processos de socialização e construção identitária

Alexandre Guilherme de Araújo Compart

Belo Horizonte

Julho de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O riso e o sorriso nos processos de socialização e construção identitária

Alexandre Guilherme de Araújo Compart

**Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Sociologia**

Orientação: Ana Lúcia Modesto

Belo Horizonte

Julho de 2009

Agradecimentos:

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional e a professora Ana Lucia Modesto, orientadora desta dissertação, pela confiança, empenho e compreensão.

Resumo:

Este estudo pleiteia a compreensão acerca do lugar do riso e do sorriso nos processos de socialização e construção identitária, observando o trabalho de assimilação, seleção e hierarquização dos signos operados pela percepção dos indivíduos, buscando adentrar na cadeia de significação e gerar hipóteses interpretativas, tomando as reações individuais por instrumentos para se verificar qual a relação de necessidade em que se encontram com as estruturas formuladas que os estimularam. Nossa análise pautar-se-á tanto pela consideração do riso e do sorriso enquanto reações espontâneas, considerada a socialização construída e em constante construção, como pela apreensão da intenção dos indivíduos, ou seja, em seu uso contextual e estratégico, nos dois casos a destacar não somente a estrutura/ conteúdo das comunicações de reação risível/ “sorrisível”, mas também os aspectos performativos localizáveis espaço/ temporalmente.

Palavras-chave:

Sociologia, riso, sorriso, socialização.

Abstract:

This study intends to comprehend the placement of the smile and the laughter in the socialization and identity construction processes, observing the works of assimilation, selection and sign hierarchization operated by individual perception. It also seeks to enter the chain of signification and generate interpretative hypothesis, taking individual reactions as tools to verify which is the relation of need in which they are located with the formulated structures that stimulated them. This analysis is led both by the consideration of the smile as spontaneous reaction, given the constantly constructed socialization, and the apprehension of the intention of individuals on its contextual and strategic levels. In both cases, it is highlighted not only the structure/content of the communication of the smiling reaction, but also the performative aspects that are likely to be located in space and in time.

Key-words:

Sociology, smile, laughter, socialization.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Alexandre Guilherme de Araujo Compart

O riso e sorriso nos processos de socialização e construção identitária

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Dra. Ana Lúcia Modesto (Orientadora)

FAFICH - UFMG

Dr. Renarde Freire Nobre

FAFICH - UFMG

Dr. Cláudio Marques Martins Nogueira

FAE - UFMG

Belo Horizonte

Junho de 2009

Sumário:

1. Introdução.....	08
2. Olhares sobre o riso e o sorriso.....	18
3. Risos, sorrisos e emoção.....	32
4. Aprendendo a rir e a sorrir.....	45
5. Rir, sorrir e socializar-se.....	67
6. Sob o olhar bourdiesiano.....	86
7. Texto, contexto e uma inversão perspectiva - O riso e o sorriso enquanto processos comunicativos.....	104
8. Conclusão - Considerações finais.....	112
9. Referências Bibliográficas.....	117

Introdução

“Apenas teremos aproximações, com muitos erros e alguns poucos acertos, erros que - pelo fascínio e importância do assunto - vale a pena correr o risco de cometer.” (DAMATTA, 1994: 33)

“- Por favor - disse Alice ao Gato de Cheshire, - você pode me dizer que caminho eu deveria pegar daqui para frente?

- Isso depende muito do lugar aonde você quer ir - disse o Gato.

- Pouco me importa - disse Alice.

- Então, também pouco importa saber que caminho você pega - disse o gato.

-... desde que eu chegue a algum lugar - acrescentou Alice, a título de explicação.

- Oh, é certo que você chegará lá - disse o gato - , só que você precisa caminhar muito tempo”. (Lewis Carroll - Alice no país das maravilhas)

Riso festivo, riso de alegria, riso de satisfação, riso acanhado, riso sem graça, riso envergonhado, riso sereno, riso afetuoso, riso amoroso, riso tímido, riso encabulado, riso nervoso, riso histérico, riso engasgado, riso de escárnio, riso ofensivo, riso agressivo, riso abusado, riso assustador, riso intrigante, riso desajeitado, riso entrecortado por lágrimas e soluços, riso de reconhecimento, sorriso amarelo, riso de crítica, sorriso inocente, riso macabro, riso maldoso, riso hipócrita, riso arrogante, riso de causar arrepios, sorriso safado, sorriso interesseiro, riso bobo, sorriso assanhado, sorriso de Monalisa, sorriso falso, riso grotesco, sorriso verdadeiro, sorriso encantador, sorriso soturno, sorriso manhoso, sorriso de aprovação, sorriso de empatia, sorriso tranquilizador, riso grotesco, riso animalesco, riso solto, riso impensado, riso convincente, riso imoral, riso terrível, riso surpreendente, sorriso de incredulidade, sorriso de espanto, riso desajeitado, riso filosófico, riso de estranhamento, riso de orgulho, riso de superioridade, sorriso dissimulado, sorriso artificial, sorriso sincero, sorriso compreensivo, sorriso de apoio...

De presença certa e marcante, ainda que sempre efêmera, no cotidiano de todas as sociedades, o riso e o sorriso, apesar de muitas vezes referidos em estudos sociológicos (na grande maioria das vezes de modo marginal, furtivo ou mesmo displicente), até os dias de hoje, não foram objeto de um esforço intelectual que procurasse demonstrar sua potencialidade heurística (enquanto objetos analíticos de relativa autonomia) para a compreensão dos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária. Posto isto, este estudo tem como objetivo central a compreensão acerca do lugar do riso e do sorriso nestes processos, observando o trabalho de assimilação, seleção e hierarquização dos signos operados pela percepção dos indivíduos, buscando adentrar na cadeia de significação e gerar hipóteses interpretativas, tomando as reações individuais por instrumentos para se verificar qual a relação de necessidade em que se encontram com as estruturas formuladas que os estimularam, nos preocupando mais com a identificação dos modos como o riso e o sorriso seriam individualmente apreendidos e as funções que preencheriam.

Adquire assim, este estudo, um duplo caráter, uma vez que 1) intenciona demonstrar a possibilidade de ampliação do entendimento do universo do riso e do sorriso se tomado por objeto pela sociologia e 2) principalmente, também procura compreender o lugar do riso e do sorriso nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária. Apesar de articular este estudo estas duas linhas distintas de interesse heurístico, seria a última que melhor caracterizaria nossa empresa. Não obstante, como dito no parágrafo anterior, ser também nosso objetivo demonstrar o potencial e a fecundidade do riso e do sorriso como

objetos analíticos da sociologia e de, acreditamos, poder a sociologia de modo privilegiado apreender este universo, não somente preenchendo uma série de lacunas deixadas a descoberto pelos estudos já realizados tendo por objetos o riso e o sorriso, como também possibilitando a formação de um novo, mais completo e aprofundado olhar sobre este universo (o que se aproximaria da primeira linha de interesse heurístico pontuada acima), esclarecemos situar este estudo mais propriamente junto aos esforços de entendimento dos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária, sendo sua especificidade a intenção de compreender a figuração de elementos específicos, o riso e o sorriso, nesses processos.

Entendendo que os atores sociais construiriam as regras na prática, concretamente, ou seja, descobririam a extensão e a aplicação das regras no momento em que as poriam em prática, tentaremos, neste estudo, responder às seguintes perguntas: 1) Qual o lugar do riso e do sorriso nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária? 2) O riso pode ser entendido enquanto transgressão em meio a uma possível resistência inercial do *status quo*? 3) Como se daria a interlocução da comunicação através do riso e do sorriso com o espaço do vivido?

“(…) o riso faz nascer entre os participantes, um forte sentimento de camaradagem, acrescido de uma ponta de agressividade contra os de fora”. Os tipos de riso dependem das proporções de sentimentos de união e de exclusão que eles contêm.” (Konrad Lorenz p. 279 L’agression. Paris. Flammarion, 1969. citado por MINOIS, 2003: 618)

Procurando em nossa análise apreender tanto as manifestações de riso e sorriso, como as reações a partir destes, apesar destes, nos seus avessos ou nos seus interstícios, tanto nos níveis individual ou de grupo, buscando iluminar o lugar destes no cotidiano, nosso estudo pleiteia iluminar o processo vivo pelo qual o riso e o sorriso se dariam, e revelar as nuances dinâmicas de sua figuração, um processo que, como procuraremos demonstrar, ocorreria através do aprendizado, por tentativas, aproximações e recuos; muito diferente de uma simples reação mecânica em um universo insondável e exclusivamente humano, a partir de uma estrutura concluída e definida *ad eternum*, mas configurando-se um campo aberto de possibilidades sempre novas (mesmo que referenciais), onde a única determinante dos seus efeitos seria a coerência de sua assimilação.

O estudo do riso e do sorriso, assim considerado, entendidos estes enquanto reações a algo, é aqui também tomado como um meio alternativo para se descortinar o que o estudo de

discursos verbais talvez tivesse dificuldade em apreender. Poder-se-ia de forma mais eficiente, talvez, acreditamos, através do estudo do riso e do sorriso, apreender o significado social real de determinadas situações e precisar de forma mais completa a visão de mundo dos membros de um grupo ou uma sociedade qualquer, considerado que quando apenas trabalhados os objetos tradicionais às ciências sociais, esta não seria facilmente apreendida, principalmente em razão de que as declarações e afirmações textuais ou verbalizadas, por exemplo, atenderiam a uma série de convenções como a coerência lógica, a preocupação em se situar no “politicamente correto”, etc.

Rir ou sorrir é posicionar-se diante de algo. Entender as reações risíveis/ “sorrisíveis”¹ como discursos simbólicos expressivos da estrutura social e de identidades coletivas, fundamentados na realidade objetiva das coisas, apesar de muitas vezes destituídos de coerência, mais que reconhecer sua importância no cotidiano das sociedades seria admitir seu potencial heurístico e justificar um esforço no sentido de lançar alguma luz sobre seu entendimento. Se intencionamos a iluminação compreensiva do universo do riso/ sorriso devemos nos empenhar em um esforço de apreensão a considerar as várias atitudes possíveis diante de situações/ comunicações as mais variadas, as múltiplas inclinações de gostos, comportamentos pessoais, particularidades culturais, processos de aprendizagem, socialização, construção identitária e contextos de recepção, precisamente em razão da impossibilidade de definição do universo risível/ “sorrisível” em uma fórmula imobilizante, já que a reação risível/ “sorrisível” seria dada também em razão de assimilações pessoais pontuais.

Nossa análise pautar-se-á tanto pela consideração do riso e do sorriso enquanto reações espontâneas, considerada a socialização construída e em constante construção, como pela apreensão da intenção dos indivíduos, ou seja, em seu uso contextual e estratégico, nos dois casos a destacar não somente a estrutura/ conteúdo das comunicações de reação risível/ “sorrisível”, mas também os aspectos performativos localizáveis espaço/ temporalmente; menos preocupada com os mecanismos de “geração” do riso e do sorriso e mais com os processos de assimilação destes em contextos específicos, não tomando os objetos ou situações risíveis/ “sorrisíveis” como de estrutura estática, mas como pontos polares onde figurariam cristalizados elementos sociais. As “cenas cômicas” ou comunicações de efeito risível/ “sorrisível” são aqui consideradas enquanto situadas em momentos específicos da vida social e reativas a indivíduos e grupamentos sociais também específicos (mesmo que amplos,

¹ O neologismo aqui, infelizmente, é inevitável.

sem limitações de fronteiras culturais ou de número). Em lugar de procurar compreender as regras que hipoteticamente produziriam o risível/ “sorrisível”, sua forma lógica ou biológica de produção, será o foco de nossa análise a construção, reprodução e recepção dos conteúdos de reação risível/ “sorrisível”, ou seja, relativos a objetos, comunicações e situações da realidade social vivida e construída (com seus valores, ideologias, relações e visões de mundo), entendidos os indivíduos enquanto atores/ autores sociais, e tomando estas situações, objetos e comunicações como criações e reproduções sociais historicamente situáveis.

Apesar de contrapor-se a trabalhos de reconhecido valor científico², o argumento central de nosso estudo é simples e nada ambicioso: O riso e o sorriso seriam elementos periféricos, porém significativos nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária e seu estudo poderia revelar sutilezas e nuances da vida social de outro modo de difícil acesso ou mesmo inacessíveis ao cientista social. Posto isto, advertimos que o texto apresentado em muito se diferencia do comumente produzido em sociologia em termos retóricos e estruturais, situação esta, acreditamos, no entanto, não desmerecedora do status científico deste, nem tampouco arbitrariamente optado, mas necessário, considerada a temática e os objetivos propostos. Advertimos desde já que fugiremos a essa construção tradicional, embora seja necessária e um tanto óbvia a confissão dos limites de nossa leitura (uma entre várias outras possíveis), e da limitação de uma escritura fundamentalmente especulativa, mesmo tomado em consideração o rigor analítico imposto. Um estudo, por exemplo, a simplesmente procurar evidenciar as recorrências em comunicações de efeito risível/ “sorrisível” de uma sociedade ou grupo específico, além de nada inovador em seu objetivo, careceria de uma base metodológica/ referencial (o que muito provavelmente, acreditamos, explicaria a pouca consistência dos esforços dessa natureza) que acreditamos com o nosso auxiliarmos a construir.

“Ora, um método não é bom ou mal em si. Ele não pode ser julgado senão em função dos problemas aos quais é chamado a resolver e que, por sua vez, são orientados por perspectivas epistemológicas mais ou menos explícitas.”
(INHELDER, 1977: 30)

Assim, o estudo aqui apresentado, se considerada a limitação/ redução daquilo que é científico, imposta, de modo equivocado e angular, por grande parte dos cientistas sociais no Brasil, ao simplesmente quantificável ou mensurável, não ultrapassaria a “fronteira” entre a enunciação teórica / metodológica e a análise concreta de uma realidade específica. Mesmo

² Trataremos desta questão no segundo capítulo deste estudo.

considerado que com relação à reação risível/ “sorrisível”, ninguém poderia duvidar (e sustentar convincentemente sua posição) da causalidade aí envolvida, estaríamos longe do alcance de uma previsibilidade factual mesmo que relativa, dado a variedade de fatores em operação (o que, claro, acreditamos, não seria um “problema”, uma vez considerado que quando o número de fatores em jogo num complexo fenomenológico é demasiado grande, o método/ abordagem científica tradicional falharia na maioria dos casos, e posto também não ser o único objetivo da ciência descobrir regras que permitam a associação e a previsão de fatos, mas principalmente procurar reduzir as conexões descobertas ao menor número possível de elementos conceituais mutuamente independentes, ou seja, buscar a unificação racional da multiplicidade, já que o método científico nada mais nos poderia ensinar que o modo como se relacionariam os fatos e como se condicionariam uns aos outros).

“(…) há ciência e ciência, nem todas as ciências classificam insetos (...)” (ECO, 1986: 51)

A consideração de cientificidade de nosso estudo não se daria, logicamente, por analogia ao campo das ciências experimentais, vulgarmente entendidas, mas pelo esforço em oferecer o máximo de garantia objetiva com relação a um objeto essencial e fundamentalmente variegado do destas ciências. Acreditamos desnecessário, considerados os limites impostos e auto-impostos aqui, os objetivos e as particularidades deste estudo, uma análise de caso específico a pleitear a “demonstração” da correção das idéias aqui expostas (um estudo específico aplicado a uma amostra populacional, por exemplo), uma vez que nos utilizamos de significativo e, acreditamos, adequado, repertório analítico/ metodológico.

“A teoria só pode ser isso: uma armadilha preparada na esperança de que a realidade seja suficientemente ingênua para se deixar apanhar.” (BAUDRILLARD, 1990: 117)

Não acreditamos, com essa posição, arriscarmos a inauguração de uma rejeição de nosso esforço investigativo pela consideração, por exemplo, de uma imponderabilidade contextual ou da incomensurabilidade dos gostos, e a conseqüente extensão dessa rejeição a todo esforço aproximado de apreensão do universo do riso/ sorriso pelas ciências sociais, pelo julgamento deste universo como reino de impressão exclusiva do subjetivo, comunicável (reativamente inconsciente e subjetivo), mas de difícil verificação. Contra esta possibilidade de posicionamento, justificamos o potencial heurístico, a viabilidade e a legitimidade do universo risível/ “sorrisível” enquanto objeto analítico para a sociologia, não exclusivamente

pela consideração (de operacionalização um tanto difícil) de sua validade informacional (devida ao seu caráter espontâneo), mas também em razão da existência, no âmbito das experiências pessoais, de elementos que, para além da ordem da sensibilidade, poderiam servir como pontos de concernência, ou seja, dado o fato de existirem cristalizações reativas relativas às reações risíveis/ “sorrisíveis”, o que tornaria viável o estabelecimento, por exemplo, de tipologias de base histórica ou sociológica (a possibilitar, por exemplo, a busca de correlações entre disposições de gosto e pleitear resultados interpretáveis).

“Pouco importa que o sábio trate de fixar tipos, mais que de descobrir leis; que ele se limite a descrever, ou bem procure explicar. Desde que o saber, seja ele qual for, seja procurado por si mesmo, aí a ciência começa”. (DURKHEIM, 1978: 59)

Resumidamente, nossa análise diverge de outros esforços de apreensão do universo do riso e do sorriso em dois aspectos fundamentais: 1) Por procurar apreender todo o processo e não apenas o simples efeito final e 2) por procurar revelar as relações dinâmicas ou causais reais deste processo, e não simplesmente enumerar ou categorizar características externas, isto é, pleiteamos uma análise explicativa de fato e não simples categorização/descrição.

Conscientes de que a interpretação e as conclusões aqui propostas e manifestas podem ser questionadas, principalmente, por seu isolamento na literatura sociológica, seu distanciamento das temáticas “clássicas e por sua apresentação ensaística, acreditamos, todavia, que as tendências apontadas são consistentes e os resultados instigantes, não somente justificando a atenção e esforço aqui despendidos, como contribuindo efetivamente para o entendimento do universo analisado.³

³ Adiantando-nos às possíveis (talvez inevitáveis) críticas e recriminações ao fato de nosso estudo não seguir rigorosamente uma perspectiva teórico/ metodológica específica, argumentamos que não nos é possível pensar o avanço/ desenvolvimento nas ciências sociais, de um modo geral, em termos de verificações teóricas, mesmo se considerado, acreditamos, poder situar este estudo, em linhas gerais, tendo por prisma a teoria lakatosiana do desenvolvimento científico, em diapasão com um “núcleo” propositivo, como, por exemplo, sugerimos: “a ação dever ser compreendida pelo sentido que lhe atribuem os agentes, e o sentido da ação dever ser buscado na intersubjetividade dos agentes (as normas seriam inter-subjetivamente partilhadas pelos agentes), isto é, uma ação só teria sentido se levado em conta a resposta previsível do outro”. Nas ciências sociais, acreditamos, tanto o progresso teórico quanto o progresso empírico seria de difícil visualização e constatação, principalmente este último. Isto, talvez, devido a um sincronismo poli-paradigmático e um recorrente holismo metodológico onde sínteses teóricas são sempre possíveis. Em se tratando de ciências humanas em geral, uma teoria poderia, cremos, servir-se de argumentos de outra para criticar uma terceira e construir uma quarta. Um exemplo que deixaria isso claro seria a etnometodologia, já que Garfinkel teria se servido de elementos da fenomenologia de Schutz para realizar uma crítica do modelo estrutural funcionalista de Parsons e para propor uma teoria da ordem social, que constitui uma síntese original entre o modo de conhecimento estrutural e o funcionalista. Mesmo entre disciplinas, especulamos, haveria esse “toma lá dá cá” de elementos teórico/ metodológicos. Habermas por exemplo teria pretendido ratificar sua noção quase transcendental de comunicabilidade tanto com recurso à psicologia, quanto por meio de investigações da obra de antropólogos e sociólogos, sendo crucial para tal a incorporação de Parsons e seu modelo de sistema social (MAGALHÃES, 2002: 20). Não seria imperativa, assim visto, a compra de todo um pacote teórico para se propor uma nova teoria ou empreender uma pesquisa.

Este estudo está organizado em seis capítulos, de modo tanto a facilitar o entendimento do leitor não familiarizado com a temática, como a sustentar adequadamente nossa tese. No capítulo primeiro (Olhares sobre o riso e o sorriso) procuramos apresentar as principais tendências analíticas que de algum modo se destacaram no pleitear a compreensão do universo risível/ “sorrisível”, tanto nas ciências propriamente sociais como em outras áreas do conhecimento como a filosofia e a psicologia. No capítulo segundo (Risos, sorrisos e emoção) procuramos apreender a “reação” risível/ “sorrisível” enquanto intimamente ligada ao emocional, potencialmente herdada geneticamente e, diferente do que era tido por certo (quase que consensualmente) a mais de dois milênios, não exclusiva do “*Homo sapiens*”⁴. No terceiro (Aprendendo a rir e a sorrir) e no quarto (Rir, sorrir e socializar-se) capítulos, nucleares em nossa argumentação, discorreremos sobre o lugar do riso e do sorriso nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária⁵. Nestes capítulos, procuramos tratar, principalmente, o nível semântico dos processos de aprendizagem, ou seja, relativos à apreensão e produção de significados; e nos aprofundar na análise das influências sociais envolvidas na aquisição da estrutura comportamental ligada ao universo do riso/ sorriso, com especial atenção aos anos iniciais da vida dos indivíduos e ênfase no grupo familiar. No capítulo quinto (Sob o olhar bourdiesiano), local de convergência das análises empreendidas nos capítulos anteriores, procuramos apresentar uma focalização perspectiva direcionada do objeto deste estudo sob a luz de uma construção teórico-metodológica específica, seja, a praxiologia de Pierre Bourdieu, opção feita considerado o potencial por nós antevisto desta, em possibilitar uma apreensão heurísticamente produtiva e sintética, coerente com os pontos conclusivos apreendidos nos capítulos precedentes. Por fim, considerando-o como que um “enxerto”, porém necessário, no sexto e último capítulo (Texto, contexto e uma

⁴ Este não era um capítulo previsto na estrutura inicial deste trabalho. Nossa intenção primeira, modificada em razão de posterior reflexão, seria de, a partir, de um material levantado em trabalho de campo, com uma amostra de indivíduos (crianças especificamente) supostamente aproximados quanto à visão de mundo e identidade, além de “ligados” pela convivência em um ambiente comum, procurar apreender em nível micro, as relações entre o universo valorativo e representacional destes e o riso/ sorriso (por exemplo, interessados em investigar de que forma os estereótipos raciais atuam nas hierarquias de gênero). Entretanto, ao termos contato com os recentes trabalhos que tomaram o riso/ sorriso como objeto central de análise, contribuintes principalmente no entendimento do mecanismo reacional a eles relacionado (e as inferências feitas a partir desta apreensão) desenvolvidos por pesquisadores do campo da biologia e neuro-biologia, entre eles o professor Dr. Jaak Panksepp e o professor Dr. Robert Provine; e percebermos o enorme e substancial abismo entre as conclusões a que estes últimos chegaram e a compreensão quase que consensual das “humanidades” quanto ao universo risível/ “sorrisível”, decidimos por um estudo teórico/ analítico, a auxiliar, quem sabe, futuras pesquisas empíricas a enfocar o universo do riso e do sorriso nas ciências sociais.

⁵ Embora operacionalizadas várias posições teóricas em nossa argumentação nestes capítulos, atribuímos mais peso às que se concentram no desenvolvimento cognitivo, em especial, sem que com isso abracemos todo o arcabouço teórico/ metodológico destas, os esforços de Jean Piaget, Bandura, Vygostski, Ackerman e Kagan. Advertimos, se trata de escolha (fundamentada e justificada, claro, em critérios que procuraremos esclarecer no desenvolvimento deste estudo), uma possibilidade de abordagem entre muitas possíveis.

inversão perspectiva – O riso e o sorriso enquanto processos comunicativos), de modo a complementar nossa análise do lugar do riso e do sorriso nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária, nos empenhamos em lançar luz sobre o entendimento destas reações enquanto comunicações. O que unificaria todos os capítulos deste estudo, esclarecemos, seria, claro, além do objeto de análise, o conceito de aprendizado, pois de certo modo este abarcaria noções como processo, mudança e interação.

Não pleiteamos, com este desprezioso estudo, apresentar uma concepção integral e acabada do riso e do sorriso e de seu lugar junto aos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária. Apesar de termos convicção da coerência do conjunto de dados por nós utilizado na estruturação de nossa argumentação, temos ciência da incompletude e caráter ensaístico desta. Este estudo pode de modo mais adequado ser percebido, assim visto, enquanto um agrupamento de hipóteses a esperar confirmação, mesmo discussão, uma vez que na literatura consultada/ levantada não identificamos opiniões sistematizadas que contraponham-se pontualmente às conjecturas⁶ aqui tecidas. Posto isto, cremos ser a tese aqui apresentada uma explicação provisória, aceitável, ao menos, enquanto não surgirem outras melhores ou mais coerentes, ou que mais facilmente possam ser comprovadas. Gostaríamos de esclarecer de antemão que não pleiteamos aqui uma análise conclusiva, ou uma descrição exaustiva de objetos ou situações risíveis/ “sorrisíveis” mais significativas ou recorrentes, mas tão somente apontar caminhos para a compreensão deste universo, até o momento subaproveitado enquanto objeto de análise pela sociologia, buscando apreender as experiências subjetivas compartilhadas através da comunicação por processos de entendimento que seriam construídos entre os indivíduos, de modo a serem compreendidos. Procuraremos, assim visto, neste estudo, entender como se daria o processamento do risível/ “sorrisível”, refletindo não somente sobre os efeitos imediatos destes, mas sobre sua importância nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária, ou seja, com relação às possibilidades de serem vivenciados os caminhos construídos pelo riso/ sorriso. Os resultados a que chegamos através desta investigação são frutos de consecutivos atos de escolha, embora sujeitos aos

⁶ Utilizamos-nos aqui do verbo conjecturar, no sentido atribuído a este por Miguel Reale (1983). Para este pensador, conjecturar seria sempre uma tentativa de pensar além daquilo que seria “conceitualmente verificável, mesmo na linha do provável, por admitir-se a necessidade de cogitar-se de algo correlato, que venha completar o experienciável”, que condicionaria a totalidade do raciocínio (REALE, 1983: 46). As conjecturas, para Reale, algumas vezes equivaleriam a antecipações intuitivas de futuras hipóteses verificáveis.

“Na conjectura a razão, aliada à imaginação criadora, visa a ir além da experiência, formulando suposições plausíveis porque fundadas na experiência, e jamais em contradição com ela, a fim de responder a perguntas que emergem necessariamente da experiência mesma”. (REALE, 1983: 48)

crivos lógico e empírico. Série de escolhas esta que, como já nos referimos e poderá ser visto, não se submete a uma única linha teórico/ metodológica, mas seria assinalada por recuos e avanços, hesitações e aventuras, aproximações não convencionais entre teorias tomadas muitas vezes como divergentes e opostas; e agrupamentos e reagrupamentos metodológicos diversos, opondo-se principalmente, por essa maleabilidade, à ainda muito presente contemporaneamente rigidez positivista. Por fim, como também se verá, empregamos, neste estudo, termos de diversos vocabulários científicos, não enxergando qualquer problema nisso, tomando empréstimos de outras tradições que não a sociológica, em especial, as ligadas à psicologia e à comunicação. Do mesmo modo não nos inibimos em utilizar expressões mais antigas somente porque poderiam soar subjetivas ou porque em algum momento lhes tenham sido dadas conotações sistemáticas com as quais não concordemos ou desconheçamos.

2. Olhares sobre o riso e o sorriso⁷

“Em todas as épocas foram escritos tratados sobre o riso, exprimindo a opinião dominante sobre esse assunto na sociedade ou em certos grupos sociais.” (MINOIS, 2003:18)

“Ride! Ride! Porque o riso é próprio do homem”. (Rabelais).

⁷ Somado às dificuldades de apreensão inerentes ao próprio objeto focado neste estudo, gostaríamos de externar de antemão, figurou a difícil operacionalização da bibliografia existente sobre esta temática. Nela encontramos poucos elementos que de fato puderam auxiliar na apreensão de nosso objeto de análise, uma vez que muito divergentes em perspectiva e abordagem, e não continuadas ou aprofundadas. Algumas contribuições, entretanto, que, de certo modo, tangenciariam nossos objetivos foram muito úteis, evidenciando aspectos e elementos que muito nos auxiliaram, mas constituíram, todavia, mais um ponto de partida que de chegada.

Não é nossa intenção, neste reduzido, mas absolutamente indispensável capítulo, refazer, ou mesmo resumir, a extensa e interessante história das discussões sobre o riso e o sorriso, desenvolvida ao longo dos séculos (mas que, no entanto, nunca tornou-se combativa e tempestuosa), mas tão somente pontuar as principais tendências analíticas que se destacaram no pleitear a compreensão deste universo. Estes esforços, adiantamos, apesar da intenção globalizante e busca de completude analítica de alguns, muito em razão da descontinuidade de suas empresas, dado a desconsideração (muitas vezes não intencional) do preteritamente produzido (considerado o necessário processo seqüencial e de certo modo cumulativo e/ou referencial de desenvolvimento do pensamento científico) em sua totalidade não puderam dar conta de espelhar ou retratar a múltipla e complexa amplitude do universo do riso e do sorriso⁸. Tratou-se na maioria das vezes, de classificar e categorizar conjuntos ou relações significativas destes.

Ater-nos-emos, posto isto, apenas, consideradas a diversidade e a extensão da produção científica/ intelectual até o presente dedicada a esta temática, de modo pontual, àqueles esforços que de algum modo, seja por aproximação, distanciamento ou possibilidade de articulação teórica e metodológica puderam nos auxiliar neste estudo. Assim, apontamos e trabalharemos com três grupos tendenciais de abordagens que até o presente dividem/ disputam o “campo” interpretativo do universo risível, sejam eles (por nós batizados): 1) social (incluídos aqui, filósofos como Ritter, Morreal, Hobbes, Fontenelle, Nietzsche e Bérqson; historiadores como Bakhtin; teóricos da comunicação como Umberto Eco e Antropólogos como Readcliff-Brown); 2) essencial (filósofos em maioria, que tomaram parte na saga inter-secular em busca da essência eterna e imutável do riso) e 3) reacional (onde figurariam biólogos, psicólogos, neuro-biólogos etc., preocupados em determinar com precisão e clareza o mecanismo reacional biológico/ cerebral ligado ao riso/ sorriso)⁹.

⁸ A quase totalidade dos esforços empreendidos tendo por objetivo a compreensão do universo do riso e do sorriso enfocaram o primeiro, como que a desconsiderar a similaridade entre os dois. Em nossa opinião tal diferenciação seria não somente inadequada como falaciosa. Riso e sorriso, acreditamos, configurar-se-iam um único elemento reacional, enquanto momentos finais de um mesmo mecanismo posto em ação, desencadeando, por exemplo, a mesma liberação de endorfina e causando as mesmas movimentações musculares, podendo ser defendida sua diferenciação somente com relação aos usos e percepções relativos a cada um e quanto à amplitude reacional. Considerado isto, e também pleiteando uma escrita mais leve e dinâmica, passaremos a nos referir ao risível/ “sorrisível” com o primeiro destes termos (assim como, riso/sorriso, fazendo uso também do primeiro destes termos), deste ponto em diante, salvo nos locais onde figure necessária a inversão ou a pontuação precisa do que exatamente tenhamos em mente.

⁹ Usualmente, as teorias do “humor”, salientamos, “humor”, e não do “riso” como aqui entendemos esta diferenciação, daí optarmos por uma divisão própria, são referidas e organizadas em três grandes grupos, sejam, 1) teorias da superioridade, 2) teorias da incoerência, 3) teorias do alívio. Do primeiro grupo, fariam parte teorizações como as de Aristóteles, Hobbes, Bain e Bérqson, todas, de certo modo, a identificar o humor com o

Uma vez que cederemos, no próximo capítulo, em termos, espaço privilegiado e exclusivo ao terceiro grupamento apontado, dado a contemporaneidade de sua contribuição e o destacado lugar na composição de nossa argumentação e justificação de nossa empresa, nos ateremos aqui aos dois primeiros grupos de abordagens tendenciais apontados, menos detidamente, ao grupo por nós denominado “essencial” (dada nossa rejeição de seus pressupostos, considerada a consideração de sua abordagem analítica como falaciosa e distante do rigor científico) e mais aprofundadamente ao grupamento “social”, não por aproximação analítica/ metodológica entre nossa abordagem e os esforços dos pesquisadores por nós reunidos neste grupamento (o que poderia equivocadamente dar a entender, dada a nomenclatura sugerida), mas pelo contrário, devido principalmente à nossa rejeição e contraposição às argumentações e teorizações destes pesquisadores. Posto isto, sucintamente, discorreremos primeiramente, então, sobre os esforços dos pesquisadores e pensadores partícipes do que anteriormente chamamos “saga inter-secular em busca da essência eterna e imutável do riso”.

Desde o nascimento da filosofia ocidental¹⁰ (e mesmo antes), incontáveis foram os filósofos e pensadores que ao riso e ao sorriso voltaram sua atenção e energia. Infelizmente, como sugere Alberti:

“(…) cada autor parece recomeçar sua investigação do zero, ignorando em grande parte as tentativas de definição anteriores. Não são poucos os que declaram que suas teorias têm a faculdade de revelar, de uma vez por todas, a essência do riso, quando na verdade, boa parte de suas definições já figura em outros textos (...)” (ALBERTI, 1999: 8)

“escárnio”. Esta perspectiva é criticada principalmente por não tratar de outras formas de humor que não as diretamente ligadas com o escárnio, como a incoerência ou o jogo de palavras. No segundo grupo, ou seja, das teorizações que se recusaram a aceitar a perspectiva anterior por considerarem que a incoerência não consistiria em algo de mesma natureza que a degradação, figurariam nomes como Levi-Strauss, Immanuel Kant, Arthur Schopenhauer e Herbert Spencer. Kant, por exemplo, identifica a incoerência com uma expectativa frustrada, alegando que o humor surgiria da transformação de uma expectativa no nada (dissolução violenta de uma expectativa emocional). Levi-Strauss sugere que a “chave” do humor estaria na rapidez da conexão entre dois campos semânticos distanciados, o que o aproxima em muito de Schopenhauer quando sugere que todo humor possa ser “traduzido em um silogismo na primeira figura com um aspecto elevado inquestionável e um aspecto inferior inesperado que, até um certo ponto, só é válido como sofisma”. Por fim, o terceiro grupo, seja, o das teorias do alívio, toma o humor como um mecanismo de alívio de tensões e impulsos. Nesse grupo figuraria, como representante central, Sigmund Freud, pelas considerações de que o humor permitiria uma forma de remoção das tensões impostas pela sociedade. (Referenciação e trechos extraídos da Enciclopédia Encarta, 1999, páginas 1 a 8)

¹⁰ Das disciplinas que tomaram o riso e o sorriso por objetos de investigações a filosofia teria sido aquela cujas contribuições seriam, sem dúvida, mais numerosas.

Apesar de a grande maioria dos esforços objetivando o entendimento do universo do riso e do sorriso até hoje empreendidos, poder ser incluída neste primeiro grupamento, haja visto em grande medida resumirem-se à “busca” da suposta “essência do riso”, eterna e imutável, não poucos pensadores, dedicando-se ao estudo aprofundado do riso e/ ou aproximando-se de um reconhecimento do elemento social e histórico presente no universo deste, puderam de alguma forma sair de dessa circularidade viciosa e improdutiva.

Para Aristóteles, por exemplo, o risível estaria inevitavelmente ligado ao “diferente”, como alguma torpeza moral ou alguma deformidade física, constituindo o melhor meio de se provocar a reação risível o apontamento de tais anormalidades. Aristóteles assumindo esta perspectiva alinha-se a outros pensadores como Platão e Hobbes, que partilhariam a noção de que o riso viria de um sentimento de superioridade em relação ao objeto do riso. Outros filósofos como Nietzsche, por exemplo, trataram esta temática destacando o riso dito “filosófico”, o saber rir de si mesmo e das misérias humanas. Para este filósofo, o trágico, como todo artista, e por extensão o sábio ou o filósofo, só alcançariam um lugar destacado e elevado de grandeza quando capazes de rir de si mesmos (Nietzsche - Genealogia da Moral, 3ª dissertação. Referido por FERRAZ, 1994: 110).

“E supondo-se que também os deuses filosofam, o que diversas conclusões me levam a crer – não duvido de que eles, ao filosofarem, saibam rir de uma maneira nova e sobre humana (ubermensch liche) – e às custas de todas as coisas sérias. Os deuses são zombeteiros – parece mesmo que durante a celebração de ritos sagrados não conseguem conter o riso”. (citado por FERRAZ, 1994: 197)

Outros pensadores que merecem destaque pelo enfoque ao universo do riso e do sorriso seriam os já referidos, Bataille (O riso como o salto do possível no impossível – e do impossível no possível (ALBERTI, 1999: 14); Morreal, que definiu o riso enquanto uma liberação de energia nervosa (ALBERTI, 1999: 27); Rosset, que entenderia o riso como que “encarregado de uma espécie de verdade “mais verdadeira” e de realidade “mais real” do que aquelas que nosso pensamento racional poderia apreender” (ALBERTI, 1999: 22); e, mais recente, Eugene Dupréel, que teria desenvolvido os conceitos de “riso de acolhimento” e “riso de exclusão”, entendido o riso enquanto “síntese de alegria e maldade”, uma manifestação de alegria pela satisfação de estar reunido, mas também expressão da maldade do grupo que ri de um personagem ridicularizado. (ALBERTI, 1999: 28)

Dentre estas muitas contribuições filosóficas ao estudo do riso e seu universo, em especial, aqui consideradas aquelas que de alguma forma tomaram o social como de significância, a que mais influência exerceu e aceitação obteve por parte dos cientistas sociais de um modo geral é a de Henri Bérghson.

“Bérghson (...) não é no terreno do entendimento que se deve procurar a essência do riso e do cômico, mas no da sociedade. O riso torna-se um fato social passível de ser isolado pela sociologia, que nasce como ciência.” (ALBERTI, 1999: 186)

Em sua obra “O riso - ensaio sobre a significação do cômico”, Henri Bérghson, pleiteando apreender os processos envolvidos na produção do “cômico”, sugere serem ressaltados pelo riso, fundamentalmente, a mecanicidade e a rigidez em contraposição à maleabilidade do vivo; o automatismo contrastado com a atividade viva (BERGSON, 2001: 69). Os elementos risíveis intencionalmente elaborados como no teatro, por exemplo, seriam os mesmos que poderiam ser apreendidos na vida cotidiana, espelhando os costumes, idéias e preconceitos presentes no mundo social. (BERGSON, 2001: 74)

“(...) a sociedade se sente obrigada a manifestar-se. Impõe-se, pois, que haja na causa da comicidade algo de ligeiramente atentatório (e de especificamente atentatório) à vida social, dado que a sociedade reage a isso por um gesto que tem todo o aspecto de uma reação defensiva, por um gesto que causa leve medo.” (BERGSON, 2001: 105)

O cômico exprimiria, antes de tudo, “certa inadaptação particular da pessoa à sociedade” (BERGSON, 2001: 71). Seria o riso, para este pesquisador, uma espécie de “trote social”, consistindo seu papel no “corrigir a rigidez convertendo-a em maleabilidade” (BERGSON, 2001: 91), promovendo o ajuste de sociabilidade entre os indivíduos e reprimindo tendências “separatistas”. Para Bérghson o personagem cômico seria um “desviado”, e o riso, antes de qualquer outra coisa, um “castigo”, “feito para humilhar”.

“A sociedade vinga-se através do riso, das liberdades que se tomaram com ela. Ela não atingiria seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade.” (BERGSON, 2001: 100)

O riso, assim considerado por Bérghson, teria por função intimidar humilhando. Seria o remédio da vaidade e de outros “defeitos”, mesmo de qualidades, consistindo uma de suas funções principais “lembrar à plena consciência de si mesmos os amores- próprios desviados e obter assim a maior sociabilidade possível dos caracteres”. (BERGSON, 2001: 90)

“(...) quem ri entra de pronto em si, afirma-se mais ou menos orgulhosamente a si mesmo, e tenderia a considerar a pessoa de outrem como um fantoche do qual segura o cordão”. (BERGSON, 2001: 100)

Apesar da importância inquestionável deste estudo de Bérqson, destacável entre todos os empreendidos até então sobre o riso e a comicidade¹¹, principalmente devido à qualidade das reflexões; o sentido de inovação pretendido, considerado principalmente o vigor da crítica empreendida às teorias sobre a comicidade e o riso que o precederam; e, principalmente, a importância desta obra enquanto novo fôlego, a inspirar futuros esforços de compreensão do riso e do cômico; não nos furtaremos à sua crítica.

Um primeiro ponto passível de crítica neste estudo, em nossa opinião, localizar-se-ia na posição expressa por Bérqson, com referência à relação causa-efeito entre o riso (reação) e a “comicidade”. Bérqson, apesar de deixar claro o recorte que efetua, trata a comicidade, quase que exclusivamente relativa ao escárnio, em muitos momentos, podemos perceber, generaliza esta comicidade, ou seja, inadvertidamente equipara o riso específico de escárnio e o riso entendido de um modo geral. Rir de algo pela consideração de seu ridículo, de sua inadequação ante o esperado ou de sua “mecanicidade” seria em muito diferente, no entanto, acreditamos, de rir de algo por reconhecimento (entre dois indivíduos diante de uma situação qualquer, por exemplo) ou a demonstrar aprovação diante de algo expresso por alguém. Procedendo deste modo, ou seja, estabelecendo uma estrutura universal para a produção do riso a partir de um tipo específico de riso, ou seja, o de escárnio, Bérqson, incorre em um erro metodológico básico, apesar de não incomum. Procurando definir a comicidade com base em características comuns à situações distintas, trajetória característica da apreensão científica, Bérqson, “peca” principalmente no recorte destas situações, deixando de lado um universo de situações risíveis, ou seja, erra principalmente na definição e delimitação de seu objeto de análise.

Um segundo ponto crítico no esforço de Bérqson de apreensão do riso/comicidade, seria a reprodução, em sua argumentação, do que por séculos foi tomado por inquestionável¹²: o riso enquanto uma exclusividade humana.

¹¹ A obra de Bérqson “Lê rire”, acima referida, teve sua primeira edição publicada em 1900.

¹² A principal contribuição no sentido de questionar a exclusividade do riso entre os homens seria o artigo de Jaak Panksepp e Jeff Burgdor “Laughing rats and the evolutionary antecedents of human joy? Physiology & Behavior” publicado pela primeira vez na revista Physiology & Behavior em 2003, bem sucedido, em nossa opinião, no apresentar a reação “riso” entre animais como as ratazanas (reação similar ao riso humano).

“(...) o riso tem uma significação e um alcance sociais (...) o cômico exprime antes de tudo certa inadaptação particular da pessoa à sociedade (...) afinal só o homem é cômico (...)” (BERGSON, 2001: 71)

Com base nos recentes estudos de Jaak Pankseep (2003), a consideração desta exclusividade¹³, quase que consensual desde Aristóteles, ou mesmo antes, configura-se um equívoco que acabou por determinar (mesmo confundir e “atrapalhar”) em muito a trajetória dos estudos sobre o riso por toda a história do pensamento. No caso deste estudo em especial, aqui tomado para exposição e análise, o principal reflexo desta asseveração seria o privilégio/exclusividade dado por Bérson ao riso como elemento de ajuste social através de repressão e correção de “vícios sociais”, desconsiderando os aspectos relacionados à identificação de situações “amigáveis” e não conflituosas, apreendidas elementarmente por Pankseep e Burgdor (2003) nas relações entre animais como primatas e roedores.

Bérson, no entanto, mesmo que não necessariamente de todo consciente, abre caminho ao futuro e avança na compreensão que consideramos acertada do riso/ sorriso ao enfatizar a significação e alcance sociais deste.

“(...) o riso é simplesmente o efeito de um mecanismo montado em nós pela natureza, ou, o que vem a ser quase a mesma coisa, por um prolongado hábito da vida social.” (BERGSON, 2001: 100)

Do mesmo modo, o apontamento por Bérson, do elemento emocional na reação risível, configura-se destacado, mais que isso, quase que visionário. Ao enfatizar a inerência do elemento emocional com relação ao riso, apontando as dificuldade de se rir quando em presença de emoções não afinadas com o “espírito” do *humour* - “(...) grave ou leve, poderão nos causar riso desde que se ache um modo de não nos comover (...)” (BERGSON, 2001: 77); e afastar a reação risível da reflexão propriamente dita - “(...) para ser justo seria necessário que proviesse de um ato de reflexão” (BERGSON, 2001: 100) - Bérson dá um enorme salto em relação a tudo que até então havia sido produzido tendo por objetivo a compreensão do riso.

Considerado o momento da escritura do ensaio por Henri Bérson, e daí, seu lógico desconhecimento das posteriores contribuições multidisciplinares que tomaram o riso

¹³ “É bem sabido que em crianças humanas se consegue condicionar uma resposta de riso com alguma facilidade. Se se faz cócegas com sucesso a uma criança pequena, consegue provocar-se um ataque de riso com ameaças simples do tipo «Coochi-coochi-coo» ou uma provocação como «foge foge que vou apanhar-te. Uma resposta condicionada muito semelhante pode ser vista em ratos juvenis, agitando as mão como um estímulo condicionado anterior a cada ataque de cócegas.” (PANKSEEP, 2003: 533-547 - Trecho traduzido do artigo, extraído da revista eletrônica Wikimedia Commons)

com objeto analítico, o esforço deste pesquisador em apreender seu universo de figuração e significação configura-se destacado, e sua importância e influência podem ser vislumbradas senão por seu valor objetivo, pela sobrevivência e difusão de sua leitura. Bérghson, com “Le rire”, como já nos referimos, deu não somente novo fôlego à busca da compreensão do universo do riso, inspirando novos estudos, como principalmente contribuiu efetivamente para o avanço de sua compreensão, ao enfatizar com autoridade, sua inerente relação com o social e o emocional.

Como acima advertimos, não é nossa intenção inventariar todas as contribuições ao entendimento do universo do riso e do sorriso de forma sistemática e analisá-las de modo aprofundado, o que, aliás, primorosamente já foi feito por Alberti, com relação à filosofia, mas apenas apontar as contribuições dadas pelas investigações já realizadas na medida em que este enfoque possa contribuir para nossa argumentação e de algum modo mostrar-se esclarecedor.

Segundo Alberti, no campo das humanidades, vários foram os esforços objetivando a compreensão do risível:

“Além das tentativas de apreender a “chave” do riso, há, no campo das ciências humanas, toda uma série de estudos ao mesmo tempo empíricos e teóricos, que investiguem o riso e o risível em relação à vida social ou à linguagem. Nesses casos, o lugar atribuído ao riso e ao risível depende, evidentemente, da forma pela qual a sociedade ou a linguagem são concebidas: quando pressupõem a idéia de um sistema, de uma ordem ou de uma norma, o lugar do riso é em geral o da desordem ou da transgressão.” (ALBERTI, 1999: 30)

No campo da história das mentalidades, por exemplo, observa-se um crescente interesse pelo estudo do riso e do sorriso, haja visto as expressivas contribuições de pesquisadores como Georges Minois, M. A. Grant, Dominique Bertrand e C. Merlin. Seria neste campo que poderiam ser vistos os esforços mais consistentes das últimas décadas, com relação aos estudos do riso, todos a partilhar um pressuposto básico, seja, a idéia de que o risível seria uma construção social localizada espaço-temporalmente, variando seu sentido, o lugar a ele atribuído, seu conteúdo e espaço consentido; o que contrariaria os partidários da idéia de que existiria uma “essência” do riso ou uma fórmula universal passível de ser apreendida. Da mesma forma que estes esforços dos historiadores, as aproximações de sociólogos, antropólogos e filósofos da linguagem a esta temática parecem igualmente partilhar este pressuposto básico. O estudo de Mikhail Bakhtin (1987) “A cultura popular na idade média e no renascimento”, por exemplo, onde

o autor, enfocando “a cultura cômica popular”, através do estudo das obras de Rabelais, busca a compreensão do riso “popular” e suas formas, poderia ser artificialmente reunida, talvez, junto a obras de outros estudiosos cujos objetivos seriam outros e sem que nesse conjunto pudessem ser identificadas discordâncias evidentes ou acirradas, como, por exemplo, a de Georges Minois (2003), que busca apreender as representações do riso na história, ou como a de Alberti (1999), quando empreende uma árdua e bem sucedida arqueologia da figuração do riso no pensamento filosófico e científico.

Já no universo específico das ciências sociais o riso e o sorriso parecem não ter alcançado o "status" de objetos analíticos autônomos, como no caso da história, figurando, em geral, como simples ilustração ou ocupando um lugar periférico, diferente do que aconteceria com relação ao humor/ comicidade, que contaria com um expressivo número de estudos. Os estudos empreendidos no campo das Ciências Sociais partiriam quase sempre da compreensão Bergsoniana do riso e recairiam repetidas vezes na idéia deste como transgressão. A diminuta atenção dispensada pelos sociólogos ao riso e ao sorriso, especificamente, o que se percebe principalmente pelo incipiente, quase que inexistente número de publicações, parece, supomos, dever-se menos ao menosprezo de sua importância que à dificuldade extrema de abordá-lo por meio de qualquer das usuais técnicas da sociologia¹⁴.

“No universo das ciências sociais, por exemplo, observa-se a recorrência do caráter de transgressão do riso. Trata-se na maioria dos casos, de uma transgressão socialmente consentida: ao riso e ao risível seria reservado o direito de transgredir a ordem social e cultural mas somente dentro de certos limites”. (ALBERTI, 1999: 30)

Na antropologia, apesar, em geral, da não figuração do riso e do sorriso como objetos analíticos autônomos; como na sociologia, destacar-se-iam, todavia, inúmeras contribuições para o entendimento destes.

¹⁴ Apesar de que não consideramos útil ou adequado nos determos no detalhamento das muitas teorizações que tomaram o humor/ comicidade (bem entendido, diferente de tomar o riso e o sorriso) por objeto de análise nas ciências sociais, cremos ser conveniente referenciar as principais contribuições deste campo do conhecimento. Assim, destacamos, entre os inúmeros esforços que ao humor, principalmente, foram empreendidos por cientistas sociais, as contribuições de Coser (1959 e 1960), Collinson (1995), Nielsen (1990), Paletz (1990), Berger (1994) e Smeltzer (1988).

“Na antropologia, por exemplo, alguns estudiosos salientam que o espaço de consentimento do riso é culturalmente marcado, quase como se ele tivesse uma função social. Guardando as diferenças de abordagem, poder-se-ia citar Mauss (1926) Radcliffe Brown (1952), Clastres (1967) e Seeger (1980), estudos em que o riso e o cômico aparecem, digamos, como fatos sociais, revelando que em cada sociedade, haveria um espaço para sua expressão – espaço que coincidiria com aquele onde é permitido experimentar a transgressão da ordem estabelecida.” (ALBERTI, 1999: 30)

Além disso, a etnografia em muito teria contribuído para o reconhecimento da universalidade do riso.

“(…) a antropologia contribuiu muito para a consciência da universalidade do riso e da diversidade de suas significações através do mundo. A geografia do riso que emana desses estudos serve para ilustrar o papel especial do humor no mundo ocidental contemporâneo, em comparação com o lugar que ocupa no que resta das sociedades tradicionais.” (MINOIS, 2003: 560)

Estes esforços quase sempre procuraram evidenciar as diversas funções que o humor operaria na sociedade. Antropólogos e etnólogos como Radcliffe-Brown (1952), Xanthakou (1989), Eckert (1985) e Seeger (1980), por exemplo, procuraram evidenciar o humor enquanto instrumento de equilíbrio de tensões latentes na estrutura social.

“O ridículo é a mais eficiente das armas empregadas pelo bando contra o transgressor de fato ou em potencial. Embora alguns indivíduos atípicos possam vangloriar-se quando sua maldade chama seriamente a atenção sobre sua pessoa, nenhum indivíduo normal gosta de ser considerado tolo. As zombarias dos vizinhos ferem ainda mais que uma séria reprovação. O membro de um bando não pode fugir à pressão da opinião pública, o que quase sempre o obriga a submeter-se. Se não se submeter o bando dispõe das armas ainda mais terríveis do ostracismo e da expulsão”. (LINTON, 1970: 250)

A literatura antropológica, consideradas principalmente estas contribuições, em nada deixaria a desejar se comparada sua produção a focar o universo risível, às contribuições de outros campos do conhecimento. Estes esforços, entretanto, recaíram repetidas vezes em quatro pontos básicos: 1) o caráter transgressor do riso, 2) a transmissão de valores de uma geração para outra, 3) a estigmatização de desviantes e não alinhados através do riso, e 4) o reforço das normas sociais.

“Quando os índios escutam essas histórias, naturalmente só pensam em rir. Mas o cômico dos mitos nem por isso os priva de seu lado sério. No riso provocado aparece uma intenção pedagógica: enquanto divertem aqueles que os ouvem, os mitos veiculam e transmitem ao mesmo tempo a cultura da tribo. Eles constituem assim o *gai savoir dos índios*”. (CLASTRES, 1978: 104)

Acreditamos que uma das principais falácias dos esforços que ao riso e ao sorriso foram dedicados pelos antropólogos, seria focar apenas o efeito final de um processo complexo, ou seja, do que se ri/ sorri, como se ri/ sorri, e em que circunstâncias se ri/ sorri, e não focar, mesmo que superficialmente os processos pretéritos que determinaram este efeito final, sejam, os mecanismos de “deflagração” do riso/ sorriso (principalmente consideradas estas reações também de caráter emocional) e os processos de aprendizagem e socialização. Um empenho compreensivo que procure tomar o universo do riso/ sorriso como objeto de análise não deveria, acreditamos, reduzir-se à apreensão de juízos demasiado subjetivos (risível ou não a um indivíduo ou grupo, por exemplo), mas procurar esclarecer os pressupostos da determinação reacional.

Outro destacado antropólogo, por nós já referido, a de algum modo refletir sobre o universo do riso e do sorriso, que não poderia ser aqui negligenciado/ esquecido, é Levi-Strauss. Apesar de não ter dedicado especificamente nenhuma obra à apreensão compreensiva do universo do riso/ sorriso, o entendimento de Levi-Strauss acerca do mecanismo de “deflagração” do riso, até o presente, é consideravelmente aceito tanto entre cientistas sociais como entre pesquisadores de outros campos do conhecimento. Levi-Strauss, esclarecemos, refere-se ao riso como dado devido a uma rápida conexão entre campos semânticos distanciados (uma espécie de “curto-circuito” cerebral), um conflito cognitivo. Em nossa opinião, adotar esta perspectiva não explicaria de modo satisfatório e completo a presença e importância do riso e do sorriso. Entre possíveis conflitos desta natureza, como os enumerados por Berlyne (1965: 242), sejam, 1) a dúvida, 2) a perplexidade, 3) a contradição, 4) a incongruência conceptual, 5) a confusão e 6) a irrelevância (citado por TURNER, 1976:46), podemos considerar que todos, de algum modo, poderiam ser admitidos como passíveis de figuração junto às reações risíveis, mas, no entanto, não abarcariam todas as possibilidades de manifestação do riso e do sorriso. Principalmente, ficariam “de fora” o riso/ sorriso de reconhecimento, de concordância, o sorriso de simpatia, de alegria, etc.

Um pouco menos tímidas que as contribuições da sociologia e da antropologia, os esforços de pesquisadores do campo da psicologia pleiteando explicar e utilizar-se do riso e do sorriso como objetos analíticos não foram, no entanto, mais felizes¹⁵. Quando não

¹⁵ Do mesmo modo que com relação às teorizações das ciências propriamente sociais, não nos deteremos no detalhamento dos estudos do humor e do riso empreendidas no campo da psicologia. Procederemos, do mesmo modo, a uma referência destas contribuições no sentido de informar ao leitor interessado fontes alternativas de consulta e estudo. Figurariam neste campo, entre uma diversidade de produções, uma série de estudos diretamente a focar as relações entre a infância e o humor, entre os quais destacamos Bayn (1996), Wolfenstein (1978), Nwokah (1993), Honig (1998), Gerosa (1997), Feuerhahn (1993), Tucker (1988) e McGhee

concentrados exclusivamente em perceber e compreender o mecanismo reacional gerador do riso (que se confundiria com o mecanismo lógico de “deflagração” do riso, independente do conteúdo comunicacional e/ ou contexto, e aproximar-se-ia da “essência” do riso, tão almejada pelos filósofos)¹⁶ os psicólogos que de alguma forma se dedicaram ao estudo desta temática acabaram por se afastar em demasia do domínio próprio da psicologia, se aproximando das ciências sociais. Seja por displicentemente não reconhecerem tal aproximação, ou, o que é mais provável, quererem ampliar propositadamente o domínio de sua competência, acabaram, estes estudiosos, por cometer erros e deslizes metodológicos de tamanha grandeza que seus esforços configuraram-se muito mais um gasto improdutivo de energia que uma contribuição efetiva para a compreensão, mesmo que mínima, do universo do riso e do sorriso.

O próprio Sigmund Freud, revolucionário e incontestavelmente destacado pensador, entre os muitos objetos que tomou para análise, deu lugar especial ao universo do riso, dedicando-lhe, podemos assim o considerar, um livro, “O chiste”¹⁷, publicado pela primeira vez em 1905. Nesta obra Freud enfoca principalmente os mecanismos psicológicos e da significação do “humour” e do “wit”, procurando demonstrar o mecanismo de prazer envolvido no chiste e a relação deste com os sonhos e o subconsciente. Para Freud o riso estaria diretamente relacionado a um princípio de prazer, que se veria impregnado pelo princípio de realidade, que o canalizaria e dirigiria para determinadas direções. Segundo Jones (1975), discípulo, biógrafo, estudioso e seguidor das idéias de Freud, uma das “funções” do chiste, para o doutor Freud, seria atuar como se fosse um censor:

“Um censor, além de sua atividade óbvia de eliminar o que é objetável, realiza uma função ainda mais importante – a de silenciosamente sancionar o que permite ser deixado intocado.” (JONES, 1975: 300)

Nestes esforços de estudiosos e pesquisadores das ciências humanas incluem-se ainda as contribuições dos teóricos da literatura e de estudiosos do teatro, na maioria das vezes resumidas ao estudo dos métodos e mecanismos utilizados por autores e atores para a

(1979, 1980, e 1989); e entre aplicações terapêuticas e o humor/ riso, em especial Fry (1987, 1992 e 1993), Goldstein (1972), Masten (1982), Massetti (1998) e Cade (1986).

¹⁶ Mesmo Levi-Strauss, como acima nos referimos, parece concordar que a busca deste mecanismo lógico senão objetivo único de empreendimentos científicos a focar o universo do riso e do sorriso, consistiria ao menos no principal, uma vez que quando toca no assunto, explica o riso como resultado de uma “conexão rápida e inesperada de dois campos semânticos distanciados”, encerrando aí seus comentários. (ALBERTI, 1999: 18)

¹⁷ Palavra originada do alemão “witz”, que significa “gracejo”. Freud define o chiste como uma espécie de válvula de escape de nosso inconsciente, que o utilizaria para dizer, em tom de brincadeira, aquilo que verdadeiramente fosse pensado.

produção do cômico, onde também percebemos uma relação diretamente proporcional com relação à aproximação de uma visão sociológica/ antropológica e um avanço real na compreensão deste universo¹⁸. Estes esforços, no entanto, teriam incorrido no não incomum erro de limitar o escopo de abordagem ao domínio exclusivo do objeto escolhido, isolado e completamente subtraído dos contextos de sua figuração. Esgotar desse modo a questão, ou seja, limitando-se a análise à descrição de recorrências em um determinado contexto histórico-social, significa, a nosso ver, nem mesmo aproximar-se de uma apreensão adequada do universo do riso/ sorriso a pleitear a ampliação de sua compreensão. Estes empreendimentos, todavia, se não podem auxiliar no alcance dos objetivos específicos de nosso estudo, em muito podem oportunizar uma apreensão mais acertada do riso e do sorriso, já que bem sucedidos em apreender estruturas e modelos recorrentes pelos quais as comunicações provocariam uma determinada cadeia de reações nos indivíduos (busca de previsibilidade discursiva).

A análise lógico-formal comunicativa e de figuração espaço-temporal, assim visto, nos daria, sem sombra de dúvida, uma percepção importante de recorrências e similaridades estruturais, mas não poderia, acreditamos, por si mesma, fornecer uma explicação dos processos dinâmicos responsáveis pelo destacado lugar do riso e do sorriso em todas as culturas conhecidas. Estamos, claro, conscientes do fato de que a dinâmica de figuração do riso/ sorriso escapará, sempre, da observação direta, mas, acreditamos, entretanto, que o estudo da aprendizagem do riso/ sorriso e de seu lugar junto aos processos socialização e construção identitária, de certo modo, nos permitirá apreendê-lo de modo inédito, fecundo e heurísticamente útil.

A partir da década de 1970 teve início uma ampliação do interesse pelo riso e o humor, sendo inúmeros os esforços sobre esta temática empreendidos (como se o riso se distinguísse elementarmente do sorriso) nas ciências humanas em geral. No campo da história das mentalidades, por exemplo, como já referido, observa-se um crescente interesse pelo estudo do universo do riso e do sorriso, haja visto, as expressivas contribuições de pesquisadores como Georges Minois (2003), M. A. Grant (1984), Mikhail Bakhtin (1987), Dominique Bertrand (2006), Le Goff (2000) e C. Merlin (1980). Os mais sofisticados esforços empreendidos objetivando o entendimento do riso e do sorriso, no entanto, mesmo considerado a recente e fecunda ampliação do interesse pelo seu estudo, não teriam, até o

¹⁸ Diferente dos campos científicos das ciências sociais e da psicologia, onde predominam os autores estrangeiros, no caso dos estudos literários podemos nos referir também à análises recentes empreendidas por pesquisadores brasileiros. Destacamos entre as análises empreendidas neste campo as contribuições de Muniz (2004), Bender (1996), França (2006), Rui (1979), Abramovich (1989) e Possenti (1991 e 1998).

presente momento, obtido sucesso compreensivo consensualmente inquestionável. Muito pelo contrário, não existiria qualquer unanimidade com relação ao entendimento da dinâmica de sua figuração. Esta situação, que em um primeiro momento pode parecer crítica, teria, no entanto, contribuído para o surgimento das mais variadas (e úteis) especulações e perspectivas de tratamento desta temática. Entretanto, acreditamos, novos esforços devem ser levados a efeito para que sejam estabelecidos, principalmente, princípios básicos de compreensão deste universo.

A perspectiva por nós adotada, como se verá mais adiante, não será pautada com exatidão em nenhuma das já propostas e aqui resumidamente pontuadas. Todas, não obstante, são por nós vistas como importantes e imprescindíveis enquanto elementos de apoio e subsídio, neste desmedido edifício, ainda por construir, da apreensão acertada e aprofundada do universo do riso e do sorriso. Afastando-nos, assim visto, de uma identificação/ perfeita sintonia com qualquer destes esforços, não recusaremos a discussão e a crítica, assim como, não hesitaremos em recorrer, nos momentos necessários, ao preteritamente produzido, expondo, com clareza, os pontos dos quais partimos e nos quais nos espelhamos.

3. Risos, sorrisos e emoção

“Uma emoção é provocada por um estímulo externo. O cérebro e o corpo respondem com uma reação emocional. Que sucede então? A ação é exigida!”. (MURRAY, 1973:102)

“Apresso-me a rir de tudo, com medo de ser obrigado a chorar”. (Beaumarchais)

Tomada como acertada (nada recente, enquanto suposição, no entanto somente confirmada por métodos científicos em um passado próximo) a consideração de que *cooperariam* duas “mentes” na definição reacional, sejam, a mente racional e a mente emocional¹⁹ (principalmente considerados os estudos de Le Doux, Zillmann, Bernieri, Ekman e Goleman) procuraremos, neste capítulo, apresentar os pressupostos que, acreditamos, permitiriam/ viabilizariam a consideração das reações risíveis enquanto intrinsecamente ligadas ao emocional, consideração esta que, acreditamos, não apenas opor-se-ia às análises e conclusões até o momento empreendidas tendo por objetos o riso e o sorriso, como, em nossa opinião, poderia lançar luz sobre o entendimento destes.

Segundo Daniel Goleman,

“Essas duas mentes, a emocional e a racional, na maior parte do tempo operam em estreita harmonia, entrelaçando seus modos de conhecimento para que nos orientemos no mundo. Em geral, há equilíbrio entre as mentes emocional e racional, com a emoção alimentando e informando as operações da mente racional, e a mente racional refinando e, às vezes, vetando a entrada das emoções. Mas são dificuldades semi-independentes, cada uma, como veremos, refletindo o funcionamento de circuitos distintos, embora interligados do cérebro.” (GOLEMAN, 1995: 23)

Para Goleman, em diapásão com os estudos pretéritos de Le Doux, Zillmann, Bernieri e Ekman, já referidos, as mentes racional e emocional²⁰, fundamentalmente diferentes, interagiriam e se coordenariam (às vezes de modo desequilibrado, com a preponderância de uma delas) na construção de nossa vida mental/ reacional, sendo a primeira em geral a de que teríamos consciência, diretamente vinculada ao ponderamento e à reflexão; e a segunda, caracterizada pela impulsividade, muitas vezes i-lógica (GOLEMAN, 1995: 23).

“Darwin demonstrou que, embora com alguma força de vontade seja possível, em certas ocasiões, ocultar as expressões da emoção, em geral elas são involuntárias. Darwin ressaltou como é fácil perceber a diferença entre um sorriso verdadeiro e espontâneo e um sorriso fingido. Ele ilustra, com um exemplo de sua própria vida, como é difícil conter uma reação emocional que brota naturalmente. “Aproximei o rosto da grossa placa de vidro, por trás da qual havia uma cobra venenosa, no jardim zoológico, com firme intenção de não recuar se a serpente desse o bote em minha direção; contudo, no momento em que o réptil tacou, minha resolução foi por água abaixo e saltei um ou dois metros para trás com uma rapidez impressionante. Tanto a vontade como a razão mostraram-se insuficientes ante a suposição de um perigo que jamais experimentara”.” (LEDOUX, 1998: 101)

¹⁹ “Num certo sentido, temos dois cérebros, duas mentes – e dois tipos de inteligência: racional e emocional.” (GOLEMAN, 1995: 42)

²⁰ Para Goleman a emoção se referiria aos sentimentos e “seus pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos, e a uma gama de tendências para agir”. Haveria, para ele, “centenas de emoções, juntamente com suas combinações, variações, mutações e matizes”. (GOLEMAN, 1995: 303)

Uma disposição que aparentemente teria tido origem no passado, quando o recurso automático a emoções e intuições seria mais vantajoso, especificamente, nos momentos em que a sobrevivência estaria em jogo e “parar para pensar o que fazer poderia nos custar a vida”. (GOLEMAN, 1995: 23)²¹

“Mas as emoções não surgiram como sentimentos conscientes. Elas se desenvolveram como especializações fisiológicas e comportamentais, reações físicas controladas pelo cérebro que possibilitaram aos organismos ancestrais a sobrevivência em ambientes hostis e a procriação”. (LEDOUX, 1998: 38)

Um ponto importantíssimo apreendido nestes recentes estudos que à elucidação da interação entre estes dois modos de operacionalização foram dedicados seria o fato de o cérebro pensante ter se desenvolvido a partir das emoções, e não simultaneamente, ou seja, teria existido um cérebro emocional muito antes do surgimento do cérebro racional (GOLEMAN, 1995: 24). Este evento é explicado por Goleman do seguinte modo²²:

“Com o advento dos primeiros mamíferos, vieram novas camadas, chave do cérebro emocional. Estas, em torno do tronco cerebral, lembravam um pouco um pastel com um pedaço mordido em baixo, o lugar onde se encaixa o tronco cerebral. Como essa parte do cérebro cerca o tronco cerebral e limita-se com ele, era chamada de sistema límbico, de *limbus*, palavra latina que significa “orla”. Esse novo território neural acrescentou emoções propriamente ditas ao repertório do cérebro. Quando estamos sob o domínio de anseios ou fúria, perdidamente apaixonados ou transidos de pavor, é o sistema límbico que nos tem em seu poder”. (GOLEMAN, 1995: 25)

O desenvolvimento do Neo-córtex, responsável pelo pensamento (entendido em sentido estrito), a reunir e compreender o apreendido pelos sentidos, posterior, assim considerado, ao incremento do sistema límbico, acrescentaria a possibilidade de se refletir sobre um sentimento e permitiria que tivéssemos sentimentos sobre idéias, arte, símbolos e imagens. (GOLEMAN, 1995: 25)

“Quando uma emoção dispara, em poucos momentos, os lobos pré-frontais efetuam o equivalente a um cálculo da relação custo/ benefício das miríades de reações possíveis e decidem que uma delas é a melhor. Nos animais, quando atacar, quando fugir. E quanto a nós, humanos... quando atacar, quando fugir – e também quando apaziguar, persuadir, atrair simpatia, fechar-se em copas, provocar culpa, lamentar-se, assumir uma fachada de bravata, mostrar desprezo – e assim, por diante, percorrendo todo o repertório de ardis emocionais.” (GOLEMAN, 1995: 39)

²¹ “Estamos sempre avaliando situações e planejando de que maneira maximizar nossos ganhos e minimizar nossas perdas. Não estamos envolvidos com a sobrevivência unicamente quando nos vemos diante de um animal selvagem. Com frequência as situações sociais constituem encontros de sobrevivência”. (LEDOUX, 1998: 162)

²² Não pretendemos aqui, claro, expor minuciosamente o processo de evolução biológica cerebral, nem tampouco o funcionamento cerebral humano e animal, mas tão somente, explicitar os pressupostos que nortearão nossa análise.

O Neo-córtex humano, muito superior em tamanho e extensão potencial ao de qualquer outro das espécies conhecidas teria dado ao Homo Sapiens tudo o que seria distintivamente “humano” (GOLEMAN, 1995: 25), abrigando/ promovendo todas as sutilezas, nuances e complexidades da vida emocional.

“Enquanto um coelho ou um rhesus possuem um repertório bastante restrito de respostas típicas para o medo, o Neo-córtex humano, maior, coloca à nossa disposição um repertório muito mais ágil – chamar a polícia, por exemplo. Quanto mais complexo o sistema social, mais essencial é a flexibilidade – e não existe nenhuma forma de organização social mais complexa do que a nossa”. (GOLEMAN, 1995: 26)

A dar esteio à proposição de relacionar o riso/ sorriso espontâneo à reação emocional, podemos apontar o fato de em muitos casos o risível não fazer sentido do ponto de vista racional²³. Assim, se diante de uma comunicação reconhecidamente risível como, por exemplo, a seguinte:

“Pergunta: O que é um pontinho verde indo em direção a um ponto amarelo em cima de uma geladeira? Resposta: Uma super-ervilha indo salvar um fandangos suicida”.

- nós rirmos. Por mais que possamos ser bons em investigar e determinar a possível, ou possíveis razões de acharmos “graça”, como dizer que é algo ridículo, ou nos apoiarmos em explicações estruturais *a la* Bergson, poder-se-ia sempre argumentar, em contrário, que nem todos os ridículos são risíveis. A lógica associativa a controlar a reação risível seria muito mais complexa e não permitiria definições estruturais redutoras. Não estaria dada, como muitos supuseram, naquela que chamamos “saga inter-secular da apreensão essencial do riso”, mas seria aprendida. Rir/ sorrir, onde rir/ sorrir, com quem rir/ sorrir e do que/ de quem rir seriam coisas aprendidas, e este aprendizado começaria muito cedo. Tão cedo que, por anterior, este aprendizado, à própria capacidade de racionalizar o mundo exterior, somente com muita dificuldade poderia ser reprimido e modificado.

²³ “Ao contrário da suposição original da teorias de avaliação cognitiva, a essência de uma emoção não é a representação consciente e acessível pela introspecção. Os sentimentos de fato envolvem o conteúdo consciente, mas não é necessário que tenham acesso consciente aos processos que levam ao conteúdo. Mesmo quando temos esse acesso introspectivo, provavelmente o conteúdo consciente não será o responsável pela ativação inicial das respostas emocionais. Estas e o conteúdo consciente são ambos produtos de sistemas emocionais especializados de funcionamento inconsciente”. (LEDOUX, 1998: 272)

“Concluimos que as pessoas costumam ter todos os tipos de atitude, mas sem terem consciência das razões (visto que o comportamento é produzido por sistemas cerebrais de atividade inconsciente) e que uma das principais tarefas da consciência é fazer de nossa vida uma história coerente, um auto-conceito”. (LEDOUX. 1998: 31)

“Era sempre parecido, mas um dia ocorreu um pequeno fato que ele nunca iria esquecer: ela o olhou e não pode conter um sorriso. Era um sorriso quase terno, cheio de compreensão e simpatia, um sorriso tímido que procurava se fazer perdoar, mas incontestavelmente um sorriso nascido da luz do ridículo que inundou de repente toda a cena. Ele teve muita dificuldade para se dominar e não lhe devolver esse sorriso. Pois também via emergir da penumbra do hábito o ridículo inopinado de duas pessoas que estão de frente uma para a outra e que levantam as pernas muito alto numa estranha precipitação. Por pouco ele não desatou a rir. Mas sabia que em seguida eles não poderiam mais fazer amor. O riso estava ali como uma enorme armadilha que esperava pacientemente no aposento, escondido atrás de uma parede fina e invisível. Apenas alguns milímetros separavam o amor físico do riso, e ele receava transpô-los. Alguns milímetros os separavam da fronteira além da qual as coisas não têm mais sentido.

Ele se controlara. Repelira o riso, jogara as calças para o lado e avançara depressa para junto da amante, para tocar-lhe logo o corpo, cujo ia espantar o diabo do riso”. (KUNDERA: 1978: 201)²⁴

Posto isso, consideramos ainda importante (e necessário à nossa argumentação) o enfoque do que foi chamado por Goleman (1996: 28) de explosões emocionais. Estas explosões (ou seqüestros neurais como sugere este pesquisador) surgiriam (ou emergiriam) em situações muito específicas, nem sempre aflitivas (como as relacionadas como o medo ou o desespero) e representariam a “tomada da dianteira” reacional e o predomínio pontual do emocional sobre o racional²⁵. Estas explosões dar-se-iam a partir da proclamação, pelo sistema límbico, acima referido, da emergência reacional a partir da apreensão dos sentidos (nos casos típicos), que “recrutaria” o restante do cérebro para a resposta ao estímulo em um plano que poder-se-ia definir como emergencial.

“O seqüestro ocorre num instante, disparando essa reação crucial momentos antes de o neo-córtex, o cérebro pensante, ter a oportunidade de ver tudo que está acontecendo, e sem ter o tempo necessário para decidir se essa é uma boa idéia. A marca característica desse seqüestro é que, assim que passa o momento, o cérebro “possuído” não tem a menor noção do que deu nele”. (GOLEMAN, 1995: 28)

O que nos interessa, em relação a este apontamento, seriam as situações não aflitivas, exatamente as relacionadas à alegria e ao risível, momentos de ação passional, muitas vezes

²⁴ Esclarecemos de antemão que, com o objetivo de tornar claras algumas proposições, faremos uso de ilustrações extraídas da ficção e não de situações arrancadas à realidade por algum método “reconhecidamente” eficaz de levantamento informacional. Justificamos essa escolha por dois motivos principais, a saber, o fato de que a simples recolha primária informacional não garantiria uma maior factualidade dessas comunicações em comparação com as intencionalmente produzidas por um escritor (a bem da verdade nem importaria esta questão, bastando para a nós a simples possibilidade experiencial) e a maior qualidade, diversidade, elaboração e profundidade dos textos produzidos por escritores profissionais.

“Se a lição da história não parece convincente, podemos recorrer à ajuda da ficção, que – como ensinava Aristóteles – é bem mais verossímil que a realidade”. (ECO, 1984: 165)

²⁵ “A ativação automática (sem qualquer esforço consciente) de emoções, atitudes, objetivos e similares significa que sua presença na mente e sua influência sobre os pensamentos e o comportamento não são questionados. Confiamos neles da mesma maneira como acreditaríamos em qualquer outra forma de percepção”. (LEDOUX, 1998: 57)

sucedidos pelo arrependimento e em outras somente com muito esforço suspensos ou reprimidos.

“Nem todos os seqüestros límbicos são aflitivos. Quando uma piada é muito engraçada, a risada é quase explosiva – esta é também uma resposta límbica. Funciona igualmente em momentos de intensa alegria” (...) (GOLEMAN, 1995: 28)

A explicação para esta ultrapassagem reacional do emocional sobre o racional seria dada pela própria evolução do sistema nervoso, sendo protagonistas o hipocampo e a chamada “amígdala” cerebral, especializadas nas questões emocionais. Estes, segundo Goleman, teriam tido enorme importância no cérebro primitivo (constituindo o que é denominado “nariz cerebral”) e na evolução teriam dado origem ao córtex e posteriormente ao neocórtex (GOLEMAN, 1995: 29). Até o momento presente da evolução humana essas estruturas límbicas seriam “responsáveis por grande parte da aprendizagem e da memória do cérebro”.²⁶ (GOLEMAN, 1995: 29)²⁷

“A mente emocional é muito mais rápida que a racional, agindo irrefletidamente, sem parar para pensar. Essa rapidez exclui a reflexão deliberada, analítica, que caracteriza a mente racional”. (GOLEMAN, 1995: 305)

A posição privilegiada do sistema límbico no definir as reações à estímulos teria sido demonstrada por LêDoux, em pesquisa que teria revelado a privilegiada posição ocupada pela “amígdala²⁸” na estrutura cerebral enquanto “*sentinella*” emocional, “capaz de assumir o controle do cérebro”. (GOLEMAN, 1995: 31)

“A pesquisa de LeDoux mostra que sinais sensoriais do olho ou ouvido viajam no cérebro primeiro para o tálamo, e depois – por uma única sinapse – para a amígdala; um segundo sinal do tálamo é encaminhado para o neo-córtex – o cérebro pensante. Essa ramificação permite que a amígdala comece a responder antes que o neo-córtex o faça, pois ele elabora a informação em vários níveis dos circuitos cerebrais, antes de percebê-la plenamente e por fim dar início a uma resposta, mais cuidadosamente talhada.” (GOLEMAN, 1995: 31)

²⁶ Nossa mente desenvolvida e racional, a justificar, *a posteriori*, muitas vezes, reações como o riso/ sorriso, não se daria conta da influência desta memória, em primeiros momentos, fundamentalmente emocional.

²⁷ Se fosse retirada a amígdala cerebral de um indivíduo, sugere Goleman, o resultado seria “uma impressionante incapacidade de avaliar o significado emocional dos fatos”, mal por vezes chamado de “cegueira afetiva”. (GOLEMAN, 1995: 29)

²⁸ “A rota de emergência do olho ou ouvido ao tálamo e a amígdala é crucial: poupa tempo numa emergência, quando se impõe uma reação espontânea”. (GOLEMAN, 1995: 36)

Esse lugar privilegiado e o potencial de ação da amígdala fariam com que, em circunstâncias específicas, os indivíduos agissem irrefletidamente em resposta a um estímulo²⁹ (como a leitura de uma comunicação como risível, por exemplo); e o neo-córtex, mais lento, poderia, a partir de uma leitura mais bem informada (racional), agir na concordância com a ação já empreendida ou buscar caminhos alternativos a partir da ação considerada *a posteriori* como inadequada (como por exemplo, reprimir o riso, ou justificar/condenar a própria reação como inadequada).

“Quando a poeira assenta, ou mesmo durante a reação, aí pensamos: “por que fiz isso?” – este é o sinal de que a mente racional realizou o que aconteceu, mas não com a agilidade da mente emocional”. (GOLEMAN, 1995: 306)

A capacidade da amígdala em “abrigar lembranças e repertórios de respostas” (GOLEMAN, 1995: 32) também seria de fundamental importância, e esclareceria o fato de muitas vezes reagirmos emocionalmente, em circunstâncias nem sempre “adequadas”, a partir da simples lembrança, como, por exemplo, rirmos em circunstâncias trágicas, como em um velório, conscientes da inconveniência desta reação e, também, conscientes ou não dos motivos que nos teriam levado a esta reação; o que seria explicado pelo fato de o talamo (responsável principalmente pela reorganização e distribuição reacional dos estímulos) e a amígdala, contornar completamente o neo-córtex. (GOLEMAN, 1995: 32)

²⁹ “Esse modo rápido de percepção perde em precisão para ganhar em rapidez. Baseia-se em primeiras impressões e reage ao panorama global ou aos seus aspectos mais gritantes. Capta tudo num relance, reage e não perde tempo com uma análise mais minuciosa dos detalhes. A grande vantagem, aí, é que a mente emocional é capaz de captar rapidamente uma emoção (ele está furioso comigo; ela está mentindo; isso está fazendo ele ficar triste) e, assim, de forma fulminante, dizer do que nos acautelar, em quem confiar, quem está com problemas. Ela é o nosso radar para o perigo; se nós (ou nossos ancestrais) fossemos aguardar que a mente racional tomasse uma decisão, é possível não só que houvéssemos cometido erros – também teríamos desaparecido como espécie. Por outro lado, esse modo de percepção tem suas desvantagens – as impressões e julgamentos intuitivos, feitos num estalar de dedos, podem ser equivocados e dirigidos ao alvo errado”. (GOLEMAN, 1995: 306)

- “- Fala mais da tua noiva, se te dá vontade...
 - Que é que posso te dizer? Não tem nada a ver com a arquiteta, não sei por que associei.
 - É bonita?
 - É, sim.
 - Podia ser feia, por que estás rindo, Valentin?
 - Nada, não sei por que estou rindo.
 - Mas em que achas tanta graça?
 - Não sei...
 - Alguma coisa deve ser... você ri de algum coisa.
 - De você, e de mim.
 - Por quê?
 - Não sei, deixa eu pensar, porque não poderia te explicar.
 - Bem, mas pare com esse riso.
 - É melhor eu falar quando souber direito de que é que eu estou rindo.”
 (PUIG, 1980: 34 e 35) (Diálogo entre os personagens Valentin e Luis Molina)

Outro ponto, de fundamental importância, seria a função definidora da *praeferentia* atada à atuação da amígdala e do hipocampo (mais ligado, este último, funcionalmente, ao registro e “decifração” dos padrões perceptuais do que às reações emocionais propriamente ditas e diretamente relacionado à conversão da memória de curto prazo em memória de longo prazo).

“(...) nos primeiros milésimos de segundo em que temos a percepção de alguma coisa não apenas compreendemos inconscientemente o que é, mas decidimos se gostamos ou não dela; o “inconsciente cognitivo” apresenta à nossa consciência não apenas a identidade do que vemos, mas a opinião sobre o que vemos. Nossas emoções têm uma mente própria, que pode ter opiniões bastante diversas das que tem a nossa mente racional.” (GOLEMAN, 1995: 33)

Já com relação ao hipocampo, sua principal contribuição estaria no fornecimento de uma memória contextual precisa, fundamental para o significado emocional, sendo que seria o hipocampo que reconheceria o significado de um estado de coisas. (GOLEMAN, 1995: 34)

“O hipocampo é crucial no reconhecimento do rosto de sua sobrinha. Mas é a amígdala que diz que você a detesta”. (GOLEMAN, 1995: 34)

Um dos inconvenientes relacionados à maior rapidez reacional do sistema límbico aos estímulos externos, apontado por Goleman (GOLEMAN, 1995: 35), seria a anacronia interpretativa, dada principalmente em função da complexidade da assimilação informacional no mundo contemporâneo, ou seja, considerada a velocidade e o fato de o exame da experiência presente dar-se por comparação associativa ao preteritamente vivenciado e a ação dar-se antes de uma plena confirmação pela mente racional, a possibilidade de inadequação reacional seria considerável.

“O simples fato de que seu cérebro pode fazer algo não significa que você saiba o que ele fez. Se parece estranho o cérebro ser capaz de solucionar inconscientemente problemas geométricos, imagine os tipos de cálculos automáticos que acontecem no cérebro quando giramos o volante para fazermos uma curva ou, melhor ainda, os tipos de processos que sucedem no sistema nervoso de pombos-correios ou abelhas enquanto voam pelo mundo em busca de alimento, encontrando facilmente o caminho de volta para casa apenas fazendo uso de uma bússola interna”. (LEDOUX, 1998: 29)

Diferente do riso/ sorriso espontâneo haveria o riso/ sorriso conscientemente aplicado (em alguns casos, dissimulador da verdadeira opinião de seu protagonista com relação ao objeto). Diverso da simples lentidão da associação mental, onde passivamente teríamos consciência de o que nos teria levado ao riso/ sorriso, a reação, neste caso, seria definida pelo indivíduo após uma avaliação mais aprofundada, ou seja, teria lugar em razão de um “cálculo” consciente.

“Seu nome era Joe Terranova, e ele era o palhaço da classe. Os quatro ou cinco fiéis de Joe, os membros de seu culto cômico-religioso, seus idólatras, foram imediatos em sua resposta e apreciação de seu espírito pronto e bufão. Mas Helen Eliot e Hubert Ackley voltaram-se e franziram o sobrolho para aquelas gralhas da classe, aqueles rebentos mal-educados dos habitantes dos cortiços. Isso, por sua vez, enfureceu Homero de tal maneira que, quando todos os outros tinham cessado de rir, ele explodiu num há-há-há artificial, que mandou quase diretamente para os rostos de Hubert, a quem desprezava, e de Helen, a quem adorava” (...) (SAROYAN, 1980: 55)

Joseph E. LeDoux, neurocientista, pesquisador da universidade de Nova York, endossando a consensual idéia da importância crucial da experiência infantil na determinação de nossa identidade e do conjunto de noções operatórias que regem nosso comportamento, sugere que as lições elementares aprendidas (diretamente ligadas ao emocional, ou seja, mais que racionalizadas assimiladas em sintonia³⁰ e perturbações relacionais de convivência e percepção) ficariam registradas na amígdala, como que estruturas a construir o cabedal reacional futuro. Seriam, estas lições, segundo LeDoux, pré-cognitivas, ou seja, anteriores ao pensamento, definindo a reação com base em “fragmentos” não cabalmente classificados e integrados (referidos) a um objeto específico. (GOLEMAN, 1995: 37)

Em finalização a estas considerações com relação à importância do emocional (pressuposta a íntima relação entre a reação risível e este) no processamento das informações e na definição reacional, faz-se necessário, acreditamos, um último apontamento acerca das particularidades deste. Assim como com relação à fúria (estudada por Zillmann (1992),

³⁰ A sintonia emocional seria tácita e exterior à consciência, além de prazerosa enquanto relativa ao sentimento de reconhecimento e compreensão pelo outro.

quando o corpo se encontra em um estado emocional como de alegria, mesmo que não diretamente relacionado ao risível, a emoção posterior tenderia a permanecer, de certo modo paralela a um estado de perfeito encaixe risível, em efeito, poderia se dizer, “cascata”, a interromper-se por, entre outras razões, distração ou sobrevinda de sentimentos/ emoções dessemelhantes. Desse modo seria difícil uma reação risível, por exemplo, por uma pessoa tomada de enorme terror. Difícil, considerada a perfeição/ideação funcional do sistema cerebral, mas, como a própria experiência de vida nos sugere, de modo algum impossível, principalmente se considerarmos a complexidade emocional e a velocidade reacional ligada a esta. Assim, facilmente poderíamos pensar em situações a figurar “misturas” e “confusões” de estados emotivos.

“O estudante ficou desesperado. Naquela noite teria bastado apenas uma frase sensata! Teria bastado dar às coisas seus devidos nomes e ele a teria possuído! Ela tivera medo que ele a engravidasse, e ele pensou que ela temesse o infinito de seu amor! Mergulhou os olhos na profundidade insondável de sua estupidez e teve vontade de desatar a rir, um riso cheio de lágrimas, histérico”. (KUNDERA, 1978: 142)

O fato de muitas vezes o riso/ sorriso apresentar-se em meio a manifestações reacionais/ emocionais, em termos, contraditórias, como o choro, o medo ou a angústia, seria, acreditamos, devido principalmente à complexidade da leitura do objeto, ou seja, por que um objeto poderia despertar em um sujeito específico e em um momento também específico, sentimentos vários (não é incomum presenciarmos cenas como o riso diante de situações de angústia ou tristeza como em enterros, como o riso dito “histórico”, por exemplo)³¹.

³¹ Esse tipo de incoerência, não ligada ao riso/ sorriso, mas a outras manifestações reativo-emocionais também poderia ser visto em animais como pássaros e primatas. Este tipo de trânsito reacional foi estudado por Tinbergen (1981) em pássaros e conceituado como deslocamento. Para este etologista tais deslocamentos ocorreriam em cinco situações: 1) quando da existência de conflito entre dois impulsos antagônicos; 2) quando um instinto fosse excitado, mas não pudesse ser descarregado; 3) quando ocorresse excitação excessiva; 4) quando a estimulação cessasse repentinamente; 5) como uma pós-descarga, quando o impulso gradualmente fosse reduzido (LEITE, 1981: 147). Todas as cinco situações propostas por Tinbergen podem, acreditamos, ser também antevistas com relação aos homens em suas complexas interações e experiências.

Outro ponto, passível de ser estendido, acreditamos, do estudo do comportamento animal para o dos seres humanos, em especial, com relação à reação risível/ “sorrisível”, seria o que Lorentz (1950) cunhou como “impressão”. Konrad Lorentz, em suas pesquisas com animais, chegou a algumas conclusões que aqui resumimos: 1) em algumas espécies, os objetos de reações instintivas, como a sexual, não seriam determinados como padrões inatos de recepção, mas precisariam ser completados pela experiência; 2) os limites para a impressão de objetos seriam inatos, embora variando de espécie para espécie; 3) uma vez que tenha ocorrido a impressão, esta seria praticamente inalterável; 4) a impressão ocorreria apenas em período inicial bem definido da vida do animal (essas conclusões quase em sua totalidade foram confirmadas em experimentos posteriores por Jaynes (1956, 1957), Hess (1959) e outros (LEITE, 1981: 148). Nesta apropriação por nós empreendida, que para muitos pode parecer indevida, mas que acreditamos acertada, fazem-se no entanto, necessárias, algumas pontuações. Os dois primeiros pontos enfocados por Lorentz, estariam, segundo nossa leitura, em diapasão com os atuais pontos de vista da neurobiologia, ou seja, instintos como o sexual e processos reacionais como os relacionados ao riso e ao sorriso, seriam em grande medida completados e “moldados” durante a vida dos indivíduos; do mesmo modo, a estrutura cerebral impor limites na organização e no processamento reacional.

“Somente Anusia não participava de nada, porque desde o princípio da batalha permanecera como que em letargia. Olenka teve de lhe dispensar cuidados, pois a infeliz delirava, chorando e rindo ao mesmo tempo, e repetindo perguntas e exclamações incoerentes.” (SIENKIEWICZ, 1961: 221)

Admitindo como válida a sugestão de Goleman de que os estados de espírito positivos, como a alegria e a euforia, enquanto atuantes, ampliariam a capacidade de pensar com flexibilidade e mais complexidade, o que tornaria mais fácil conjugar soluções para questões/ problemas tanto intelectuais como interpessoais (GOLEMAN, 1995: 98), ou seja, permitiriam a um indivíduo “fazer associações com mais clareza, percebendo relações que de outro modo poderiam ter-lhes escapado”, acreditamos, estendendo por nossa conta esta sugestão, poder lançar alguma luz sobre o entendimento de situações risíveis específicas. Assim, se pensarmos, por exemplo, em um grupo de amigos que se “divertisse” contando “piadas” e um segundo grupo, próximo o suficiente para ver e ouvir o que se passaria no primeiro, mas não participe do “estado de espírito” “alegre” e “descontraído” deste, mesmo que comungantes hipotética/ idealmente de seu universo valorativo identitário ligado ao risível, poderíamos, talvez, entender uma possível dificuldade dos membros deste segundo grupo na apreensão do risível nas comunicações veiculadas pelos membros do primeiro. Do mesmo modo podemos aceitar sem “espanto”, o riso/ sorriso subsequente às comunicações mais própria e reconhecidamente risíveis que tenham conteúdo não necessariamente risível em condições adversas, como, por exemplo, um pequeno acidente.

Em resumo, acreditamos, seria incorreta a afirmação de que o diapasão valorativo/ identitário explicaria de modo integral a reação risível. Do mesmo modo a estrutura situacional/ comunicacional por si também não definiria integralmente a reação riso/ sorriso (e por este motivo não poderia acertadamente ser tomada como explicação cabal). A capacidade de empatia e a sintonia emocional³² teriam também considerável peso.

Já com relação ao terceiro e o último ponto acima descrito seria preciso algum cuidado na extensão ao comportamento humano. Apesar de as primeiras experiências das crianças serem fundamentais na determinação de seus padrões de comportamento, não podemos no entanto, reduzir essa fixação somente a esse período, dado a complexidade do aprendizado humano, assim como, não poderíamos com tranqüilidade assegurar a imutabilidade dos padrões de comportamento. Na determinação do comportamento, como o riso, atuam, assim visto, tanto fatores intrínsecos (impulsos instintivos e estruturas neurológicas controladoras) como extrínsecos (experiência de um modo geral), sendo que os impulsos poderiam e seriam de fato modificados pela experiência.

³² “A empatia é um ato de compreensão tão seguro quanto a apreensão do sentido das palavras contidas numa página impressa. O primeiro tipo de compreensão é fruto da mente emocional, o outro, da mente racional”. (GOLEMAN, 1995: 23)

“E o rapaz se instalou num quarto longe da festa, a biblioteca, e fica lá se embebedando sozinho. Quando vê alguém chegar, uma mulher já um pouco madura, mas muito elegante e de muita classe, também com uma garrafa na mão. Como ele está no escuro, apenas com a luz de uma janela aberta, ela não o vê e também senta e enche um copo, e de repente estouram fogos de artifício da baía de Monte Carlo, porque é alguma data nacional, e ele aproveita e diz a ela tchin-tchin. Ela se surpreende, mas quando lhe mostra com um gesto que os dois fizeram a mesma coisa, carregar uma garrafa de Napoleón para se esquecerem do mundo, ela não tem outro jeito senão rir. Ele pergunta o que é que ela queria esquecer, e ela responde que se ele falar primeiro ela vai falar depois.” (PUIG, 1980: 102)

O desenvolvimento dos mecanismos reacionais diretamente ligados ao emocional, como o riso e o sorriso ocorreria tanto a partir de experiências únicas e intensas como a partir de estimulações repetidas. A reação baseada na similaridade de estímulos (a estrutura semelhante de uma comunicação de intenção risível, por exemplo), é denominada pelos cognitivistas como generalização do estímulo. Depois de uma reação ser assimilada com relação um estímulo, estímulos semelhantes poderiam provocar a mesma reação. Em termos, poderíamos dizer que não aprenderíamos exatamente a rir/ sorrir (uma vez que poderíamos considerar a capacidade de rir/ sorrir um mecanismo inato do ser humano), mas do que rir/ sorrir, como rir/ sorrir e em que situações rir/ sorrir, etc. Com o acréscimo experiencial tanto uns como outros aspectos desta aprendizagem estariam sujeitos a considerável mudança, ao menos potencialmente, principalmente considerada a ampliação da complexidade da inserção e mobilidade social ocorrida da infância para a fase adulta. Assim, o aprendizado risível pode ser apreendido enquanto processo de mudança interna (resposta do organismo), mas vinculado tanto ao desenvolvimento somático e cognitivo como à experiência (uma vez que relativa a uma série de situações que acompanhariam o desenvolvimento).

“(...) cada grande emoção tem sua assinatura biológica característica, um padrão de alterações avassaladoras no corpo à medida que a emoção ascende e um tipo exclusivo de sinais que o corpo automaticamente emite quando sob a emoção.” (GOLEMAN, 1995: 310)

Tomando como acertadas as reflexões de Humberto Maturana (1998) de que todo sistema racional teria um fundamento emocional, conotando a palavra emoções as disposições corporais dinâmicas que definiriam os diferentes domínios de ação em que nos moveríamos; e de que quando mudamos de emoção, mudamos de domínio de ação, de modo que poderia ser sugerido que as emoções suscitadas pela incorporação dos conteúdos vinculados poderiam modificar as coerências operacionais; e com base no que até aqui foi exposto, acreditamos conveniente, em finalização a este capítulo, enumerar os principais pontos conclusivos a que chegamos:

1) O riso/ sorriso, reação espontânea, seria diretamente vinculado ao emocional (mesmo o riso/ sorriso dito filosófico encerraria elementos reacionais muito mais emotivos que racionalizantes);

2) A reação risível seria mais rápida que a racional, uma vez que diretamente ligada ao sistema límbico, daí as não incomuns situações constrangedoras referentes a reações risíveis em contextos inadequados;

3) Na medida em que um indivíduo estivesse dominado por emoções afastadas daquelas naturalmente coexistentes com o riso/ sorriso, como a raiva e o medo, por exemplo, diminuir-se-ia significativamente o potencial de reatividade risível;

4) A reação risível, uma vez que diretamente ligada ao emocional, poderia tanto preponderar, como harmonizar-se ou ser inibida pela mente racional.

4. Aprendendo a rir e a sorrir

“(…) toda verdade, segundo Hegel, tem que ser descoberta. Muitas vezes a gente se esquece disto, vê-se o resultado e não o itinerário, considera-se a idéia como produto acabado, sem perceber que não passa de lento amadurecimento, sucessão de erros necessários que vão sendo corrigidos, visões parciais que se completam e se ampliam”. (COHEN-SOLAL, 1986: 422) (Jean-Paul Sartre, citado por COHEN-SOLAL - artigo no Temps Moderns em homenagem a André Gide quando da morte deste em fevereiro de 1951)

“O dia mais irremediavelmente perdido é aquele em que não rimos”. (Chamfort)

Este capítulo caracteriza-se pela preocupação em analisar o processo da aprendizagem do riso e do sorriso na sua psico-sócio-dinâmica. Daí a necessidade de caracterizar com certo cuidado o que entendemos por aprendizado, assim como ressaltar as variáveis a ele inerentes.

“E, num primeiro sentido, o “sujeito” apresenta-se como essa estranha totalidade, que não é uma e é uma ao mesmo tempo, composição paradoxal de um corpo biológico, de um ser social (indivíduo socialmente definido), de uma “pessoa” mais ou menos consciente, enfim, de uma psique inconsciente (de uma realidade psíquica e de um aparelho psíquico), tudo extremamente heterogêneo e, porém, definitivamente indissociável.” (CASTORIADIS, 2006: 205)

Como salientado por Mednick (1967) não seria possível observar a aprendizagem, mas apenas vislumbrar o que antecederia o desempenho (os estímulos), o desempenho (a reação), propriamente dito e, por último, as conseqüências do desempenho (os estímulos proprioceptivos, como o prazer, e os comportamentos). A aprendizagem é aqui entendida como em diapasão com os seguintes pontos: 1) Resultaria em modificação comportamental futura; 2) dar-se-ia enquanto efeito da experiência; e 3) não seria diretamente observável. Assim considerado, a aprendizagem se alinharia com a definição dada por Hilgard (1966), onde é vista enquanto um processo pelo qual uma atividade teria origem ou seria modificada pela reação a uma situação encontrada, desde que as características da mudança de atividade não pudessem ser explicadas por tendências inatas de respostas, maturação ou estados temporários do organismo (HILGARD, 1966: 03). A aprendizagem, na acepção aqui empregada, concordaria também com a definição de Frank George (1973), de que seria um processo de adaptação a circunstâncias mutáveis e à fixação de mecanismos de sucesso e fracasso envolvidos neste processo, em resumo, representaria uma modificação de comportamentos, ou o estabelecimento de novos comportamentos. Muito diferente de um amontoado de constatações, entendemos a aprendizagem como um processo operatório, dinâmico.

“Toda a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente, - observação que salta aos olhos todas as vezes que os fatos são encarados tais quais sempre foram. Desde os primeiros anos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constringidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde, obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc. Se, com o tempo, esta coerção deixa de ser sentida, é porque pouco a pouco dá lugar a hábitos, a tendências internas que a tornam inútil, mas que não a substituem senão porque dela derivam.” (DURKHEIM, 1963: 5)

O aprendizado comportamental do universo risível não seria simplesmente treino definicional restrito (conceito de riso, por exemplo), mas a assimilação de todo um complexo universo de significados e contextualizações, considerado o meio externo enquanto um constante estímulo para o comportamento e, ao mesmo tempo, representante da possibilidade de desenvolvimento e construção da identidade através dos processos de socialização. Os indivíduos aprenderiam relações sinal-significado, rotas de comportamento, e não apenas simples padrões de movimento. As idéias de significação e de aprendizado da significação com relação ao riso/ sorriso são aqui tomadas de modo diretamente referenciado ao conceito de transmissão cultural, através de uma cadeia de dependência, seja: estrutura social → transmissão à criança → lugar no processo de socialização → função social.

Entre as muitas perspectivas que de algum modo servirão de base à nossa argumentação neste capítulo, apesar de algumas delas não serem textualmente referenciadas, figuram com destaque as de Erikson, Bandura, Vygotski, Cantril, Ackerman, Kagan, Pikunas, Barker, Skinner e Chomski³³, cada uma das quais tendo auxiliado na elucidação de aspectos diferenciados a promover o avanço no conhecimento sobre aprendizagem³⁴. Não abordaremos em profundidade cada uma destas perspectivas. Somado aos fatores limitadores de um trabalho dissertativo da natureza deste, acreditamos, não seria necessariamente esclarecedor ou útil à nossa argumentação, empreender uma análise minuciosa de teorizações que não abordam diretamente nosso objeto neste estudo, mas apenas tangencialmente nos auxiliariam em sua apreensão. As inferências, conclusões e perspectivas que aqui serão expostas, em grande medida devedoras das teorizações acima referidas, claro, não constituem somadas, por si só, uma teoria da aprendizagem; entretanto, expressariam certos desideratos para uma

³³ Claro, estamos conscientes de que nenhuma destas teorizações permaneceu, com o passar dos anos, invulnerável à crítica. A construção de uma teoria de aprendizagem plenamente satisfatória, se é que seja possível, ainda “engatinha”.

³⁴ Acreditamos que com relação ao fato de privilegiarmos em nossa argumentação, teorizações de outros campos de conhecimento que não a sociologia, em especial aqui, a psicologia, não serão levantadas muitas vozes em reprovação/ recriminação, mesmo porque não se poderia contar na sociologia com teorias da aprendizagem melhor articuladas. Apesar de o estudo científico da aprendizagem ser realizado principalmente por psicólogos, reivindicada esta posição privilegiada principalmente pelo pioneirismo de pesquisadores como Ebbinghaus (1885), Bryan e Harter (1897, 1899) e Thorndike (1898); não enxergamos problema algum em, sob um olhar perspectivo sociológico fazer uso de contribuições da própria psicologia em um campo tradicional desta disciplina para construir algo novo e a pleitear validade.

“Isso é evidente, e, se se chama “psicologia da criança” ao estudo do desenvolvimento mental individual, é simplesmente em referência aos métodos experimentais utilizados nesta disciplina: na verdade, e tanto no que concerne às noções explicativas da qual se serve. Quanto relativamente a seu objeto de investigação, a psicologia da criança constitui setor da sociologia, consagrado ao estudo da socialização do indivíduo, ao mesmo tempo em que constitui setor da psicologia mesma”. (PIAGET, 1973: 26)

perspectiva. Se tivessem de ser alinhadas com qualquer um dos pontos de vista precedentes, adaptar-se-iam melhor, talvez, mas não de modo perfeito, como já salientamos, às teorizações cognitivo-desenvolvimentistas³⁵. Utilizamos concomitantemente o arcabouço teórico metodológico das ciências sociais, entendido, sociologia e antropologia, enquanto marcos operacionais do comportamento humano. Mais que isso, a sociologia, em especial, figura como perspectiva direcionadora neste estudo a definir nossa órbita norteadora de tratamento e análise.

Não tivemos a preocupação de adotar uma posição específica como “marco teórico”³⁶ ou algo parecido. Em verdade, discordamos da viabilidade, sustentabilidade, necessidade e mesmo proveito de um estreitamento de visão assim considerado. Embora algumas teorizações, com relação à aprendizagem, arroguem serem apropriadas e acertadas suas inferências com relação à totalidade dos processos envolvidos, esta adequação, em verdade, acreditamos, frequentemente restringir-se-ia à apreensão do segmento ou aspecto específico enfocado. Em nosso estudo, preocupamo-nos principalmente em extrair as inferências diretamente envolvidas no aprendizado relativo ao riso e ao sorriso, nem sempre explícitos, não nos inquietando por não referenciar aspectos destas teorizações afastadas de nosso objeto, mesmo, por considerarmos, que algumas das divergências destas teorias enquanto conjuntos fechados de argumentações se dariam exclusivamente em razão de se interessarem e enfocarem aspectos diferentes da realidade. Esta busca de ferramentais analíticos e noções operatórias apropriadas ao objeto por nós enfocado nesse estudo, mais que simples exercício metodológico, requereu uma aceitação, liberta de preconceitos, de inferências demonstradas por estudiosos dos mais diversos segmentos teóricos e, mais que isso, um trabalho de construção logicamente coerente de um conjunto esparso de elementos. Visto desse modo, não consideramos necessário ou útil, nos aprofundarmos descritivamente e expormos demoradamente a visão geral expressa nestas teorizações. Procuramos sim, apreender objetivamente pontos específicos e inferências com os quais nos alinhamos e que nos auxiliaram em nosso empreendimento.

³⁵ O termo funcionamento cognitivo foi primeiramente utilizado por Lenneberg para denominar as funções neurológicas a mediar a estimulação sensorial e a produção motora, sendo “responsáveis” pela capacidade de estabelecimento de categorizações, resolução de problemas e formação de conjuntos de aprendizagem. (TURNER, 1976:127)

³⁶ As teorias, como aqui entendidas, mais que ao propósito de organizar o conhecimento existente, serviriam enquanto fomentadoras de linhas de orientação para novos empreendimentos. Qualquer objeto, especulamos, poderia ser de modo melhor ou pior, apreendido por qualquer teoria. A simples apreensão de um objeto através de um “monóculo” teórico constituiria, acreditamos, simples exercício metodológico. Poderíamos, por exemplo, buscar a apreensão de nosso objeto de análise exclusivamente através da teoria dos jogos, e, com total desconhecimento de causa, especular que poderíamos até chegar a resultados interessantes... Interessantes talvez, bem entendido, mas não necessariamente satisfatórios e relevantes.

Não seguir uma única linha teórica não significa, no entanto, esclarecemos, cair no infinito desorganizado. Como já nos referimos com algum esforço podemos localizar este estudo em uma perspectiva paradigmática, seja, a dos estudos cognitivo/ desenvolvimentistas da aprendizagem, entendidos os paradigmas enquanto modelos, padrões ou esquemas que se caracterizariam muito mais pela generalidade que pela estreiteza, apesar de exigirem mínima obediência à formas e conexões entre elementos. Bem entendido, estes não representariam, na acepção aqui adotada, nenhuma teoria em particular, podendo ser aplicados ao estudo e investigação de mais de uma classe de eventos ou processos da realidade.

A noção de desenvolvimento cognitivo seria, segundo Turner (1976), essencialmente interacionista na medida em que daria destacado lugar à influência do meio (não negligenciado o fato de a criança determinar em certa medida os aspectos do meio aos quais responderia). Este entendimento do desenvolvimento cognitivo, para Turner, abaixo transcrito, alinha-se com a posição de Piaget, onde figurariam fundamentais as relações entre a organização interna, as invariantes funcionais e a interação entre indivíduo e ambiente. Segundo Turner (1976: 20) o desenvolvimento cognitivo, para Piaget, não seria o resultado nem do amadurecimento do organismo nem da influência do meio, isoladamente, mas sim da interação dos dois.

“Dá-se o nome de desenvolvimento cognitivo ao desenvolvimento de processos fundamentais, não à aquisição de qualquer parcela específica de conhecimentos ou informações. Quando nasce um bebê humano, considera-se que ele possui não só respostas reflexas mas também a propensão para prestar atenção a alguns aspectos do meio de preferência a outros. Quer dizer, o bebê é mais sensível a certos estímulos. Gradualmente, a criança pequena diferencia-se de outras e começa a apreciar a natureza do mundo em que se encontra, por exemplo, aprende que os objetos têm uma existência que é independente da ação dela em relação a eles. Nos primeiros dois anos, o que ela percebe determina o que pensa mas, gradualmente, torna-se apta a pensar sobre ações, objetos, e eventos que não estão presentes; e o mundo perceptualmente dominado da criança pequena converte-se no mundo conceptual da criança mais velha e do adulto”. (TURNER, 1976:16)

A própria palavra “interação”, segundo Turner, ainda com referência ao pensamento de Piaget, chamaria atenção para o “fato de o organismo ter uma relação ativa com o meio” (TURNER, 1976: 20). As ações dos indivíduos, ou melhor, as adaptações de suas ações aos objetos no meio, seriam o que Piaget entenderia por cognição, ou seja, um processo dinâmico de interação (TURNER, 1976: 20). Os processos cognitivos principiariam, nessa perspectiva, quando iniciado o contato com o meio. Essas ações iniciais seriam todas manifestas e não tardariam a coordenar-se em conjuntos, a formar o que Piaget denominou de esquemas, sendo

que os diversos esquemas que o organismo desenvolveria, formariam o que chamou estrutura. (TURNER, 1976: 21)

“As detalhadas observações de Piaget sobre o pensamento das crianças levaram-no a várias suposições, sendo a mais central a de que a natureza do organismo humano é adaptar-se ao seu ambiente. Este é um processo ativo. Em contraste com muitos teóricos da aprendizagem, Piaget não acha que o ambiente molda a criança. Em vez disso, a criança (como o adulto) busca ativamente compreender o seu ambiente. Nesse processo, ela explora, manipula e examina os objetos de seu mundo.” (BEARD, 1996: 33)

Piaget (1936) sobre a formação das primeiras condutas de adaptação cognitiva na criança, segundo Inhelder (1977), sugere que estas seriam constituídas por processos de assimilação funcional a partir de estruturas biologicamente preexistentes. As primeiras manifestações de atividade mental consistiriam na incorporação/ assimilação de elementos novos nas estruturas programadas hereditariamente. Reproduzindo-se e generalizando-se, esta atividade assimiladora conduziria, por meio de diferenciações acomodáveis, à re-cognições sensório-motoras. Ela, a cognição, encontrar-se-ia, assim, na origem dos primeiros esquemas de conhecimento do sujeito. Por assimilação recíproca dos esquemas e sua integração seriam constituídas condutas novas que não estariam inscritas nas estruturas orgânicas hereditárias (INHELDER, 1977: 15). Piaget distinguiria quatro estágios principais no desenvolvimento cognitivo: 1) sensório-motor (0-2 anos), 2) pré-operacional (2-7 anos), 3) operacional concreto (7-11 anos) e 4) operacional formal (11 anos-idade adulta). (TURNER, 1976: 22)

No nível sensório-motor, para Piaget, não existiria distinção entre a percepção de uma coisa e a reação a ela. Neste estágio o pensamento seria “literalmente ação” (TURNER, 1976: 23). Seriam levados em conta pela criança, nesta fase, apenas os aspectos imediatos da situação/ objeto, na medida em que seus aspectos fossem observáveis/ perceptíveis por ela³⁷. Assim considerado, diferente da operação cognitiva avançada onde, ultrapassado o imediato, o percebido seria interpretado/ racionalizado, nesta fase inicial, por exemplo, a criança reagiria ao riso/ sorriso com o riso/ sorriso não por entender racionalmente ser esta a opção mais acertada, mas como resposta imediata emocional/ empática. Esta fase, segundo Turner (TURNER, 1976: 25) terminaria, para Piaget, quando a criança se tornasse capaz de representar o que conhecesse simbolicamente, de modo que o que ela soubesse deixasse de estar vinculado ao que fizesse. (TURNER, 1976: 25)

³⁷ “Aos primeiros conceitos da criança deu Piaget o nome de pré-conceitos, visto serem dominados pela situação concreta imediata e não possuírem elementos abstratos ou formais”. (TURNER, 1976: 91)

“Piaget expõe-nos uma teoria baseada no funcionamento biológico, em que se sublinha que o desenvolvimento cognitivo é o resultado da adaptação ativa do organismo ao meio, através da acomodação e da assimilação”. (TURNER, 1976: 37)

Na segunda fase destacada por Piaget, ou seja, a denominada por ele “pré-operacional”, haveria o desenvolvimento das funções: 1) pragmática (que se referiria ao uso da linguagem para satisfazer as necessidades da própria criança e como um meio de controlar as ações de outros ou inter-atuar com eles), 2) matética (ou função de aprendizagem da linguagem baseada em observação e comentário e 3) do diálogo; que culminaria, seu desenvolvimento, na fase três sugerida por Piaget, ou seja, onde figuraria a observância das funções ideacionais e interpessoais, com o desenvolvimento da capacidade de se localizar com propriedade no ambiente, observando, atribuindo, desempenhando, aceitando e recusando papéis sociais.

Nesta enumeração dos pontos teóricos e metodológicos dos quais partimos ponderamos ser necessário e justo destacar os esforços de Skinner (1967, 1969 e 1976), mesmo que isso possa ser recriminado, acreditamos, sem justificativa que valha a pena antebater, de referência diacrônica; por ser inegável a sua influência no desenvolvimento da investigação científica do processo de aprendizagem, principalmente pelo sucesso no demonstrar, em momentos iniciais do pensamento científico com relação à aprendizagem, as influências do ambiente sobre os organismos. Do pensamento objetivado de Skinner figuram importantes à estruturação de nossa argumentação as seguintes inferências: 1) A organização de certas situações (contingências) facilitaria o aparecimento de certas respostas, mas esta facilitação teria por pressuposto o aprendizado; 2) o comportamento operante seria controlado por suas conseqüências, ou seja, fortalecido ou enfraquecido pelos eventos que seguiriam a resposta; 3) o reforço seria o fator que tornaria provável o aumento da freqüência de uma resposta específica; 4) a repetição seria importante para a aprendizagem por condicionamento; 5) a extinção de um comportamento poderia ser provocada pelo reforço dos comportamentos incompatíveis com o comportamento indesejado; e 6) a aprendizagem seria mais efetiva quando o sujeito participasse ativamente.

Os estudos de Nathan Ackerman (1986) sobre a dinâmica psico-social da vida familiar, a utilizar elementos da teoria freudiana, por sua vez, nos auxiliam a pensar a capacidade de mudar, aprender, adaptar e a misturar em um processo contínuo “elementos de experiência, velhos e novos, profundos e superficiais.

“Ackerman considera a família a entidade básica do desenvolvimento e da experiência, da realização e do fracasso, bem como da doença e da saúde mental. Os vínculos familiares se criam através de fatores biológicos, psicológicos, sociais e econômicos. Assim sendo, a autonomia do indivíduo não é absoluta, mas sim relativa”. (MOSQUERA, 1977: 47)

Os escritos de Pikunas (1979) também nos são de enorme valia, principalmente com relação à consideração da importância da primeira infância nos processos de aprendizagem e socialização. Para este autor, na primeira infância se daria uma significativa ampliação das respostas sociais, iniciando a criança a tornar-se possuidora de uma consciência mais precisa de sua posição junto aos outros.

Outro enfoque que destacamos, também em muito auxiliar, é o de Bandura (1969 e 1977), em especial com relação à suas contribuições sobre o papel da imitação³⁸ no comportamento humano. Bandura (mesmo discordando nós de sua posição de que a identificação e a imitação seriam sinônimas, já que ambas, para ele, acompanhariam a “tendência de uma pessoa a assemelhar-se aos comportamentos, atitudes ou reações emocionais mostrados por modelos” (MOSQUERA, 1977: 52)), nos inspirou em muito por sua ênfase no papel da imitação na aquisição do comportamento, tanto desviado como conformista. Ênfase, bem entendido, não exclusividade, já que Bandura enumera cinco modos principais de modificação do comportamento, a saber: 1) A extinção; 2) o condicionamento; 3) o reforço positivo; 4) a imitação social; e 5) a aprendizagem discriminativa. (MOSQUERA, 1977: 53)

“O desenvolvimento social da criança será fortemente influenciado pelas canalizações específicas do motivo social básico. Por exemplo, estudos recentes de Albert Bandura indicam que uma criança tende a *identificar-se* com, ou modelar, o seu comportamento pelo das pessoas que mostram afeição por ela”. (MURRAY, 1973: 146)

Para Bandura, a aprendizagem por observação de modelos teria três efeitos: 1) Modelador (aquisição de novas respostas que antes não figurariam no repertório do indivíduo); 2) inibitório ou desinibitório (onde as respostas já existiriam no repertório); e 3) eliciante (onde ocorreria liberação de respostas previamente aprendidas) (MOSQUERA, 1977: 165). Bandura

³⁸ Para Vygotski, Kohler seria, todavia, o principiante da consideração da imitação nos processos de aprendizagem infantil.

“De acordo com sua visão, a experiência social exerce seu papel através do processo de imitação; quando a criança imita a forma pela qual o adulto usa instrumentos e manipula objetos, ela está dominando o verdadeiro princípio envolvido numa atividade particular”. (VIGOTSKI, 2003:29)

(1963), assim visto, nos chama a atenção sobre o significado do modelo na vida do indivíduo e de como a aprendizagem essencialmente seria social.

“A auto-imagem pessoal não se estrutura de qualquer modo ou apenas aleatoriamente. Existe uma relevância especial, em termos de modelos significativos que são configurados pelo indivíduo através do relacionamento que estabelece com aquelas pessoas que lhe são significativas. O significado, naturalmente tem aqui um sentido amplo, pois é de difícil detectação até que ponto alguém pode ser importante para seu desenvolvimento e para sua ação posterior”. (MOSQUERA, sobre o pensamento de Banduras em MOSQUERA, 1977: 64)

Outras perspectivas teóricas que em muito nos foram úteis e inspiradoras são as de Cantril, Erikson, Kagan, Vygotski e Barker. Cantril (1971) principalmente com relação às idéias 1) de que a vida individual e de todo contexto social poderia ser considerada tanto uma realização quanto uma experimentação inter-relacional; 2) de que o indivíduo operacionalizaria esta experimentação dentro de uma matriz social; e 3) de que seria esta operacionalização continuamente julgada tanto por ele mesmo quanto pelos outros. Erik Erikson (1976 e 1980), em especial, com referência à suas reflexões sobre a identidade, considerando-a um processo tanto de reflexão e observação pelo qual o indivíduo julgaria a si mesmo “de acordo como perceberia que os outros o julgam, traçando comparações entre si mesmo e numa tipologia significativa para ele” (em sua maior parte inconsciente) (MOSQUERA, 1977: 40). Jerome Kagan (1995), quando discorre sobre a aprendizagem por imitação, salientando que certas respostas que não estariam sujeitas à proibição pelo ambiente social poderiam ser assumidas como tentativas para imitação de um modelo (considerado o fato de que os modelos que ofereceriam alguma espécie de recompensa teriam mais probabilidades de promover condutas imitativas). Vygotski (2003 e 1998), em especial, pelas conseqüentes e importantes inferências construídas a partir da consideração de que o desenvolvimento da criança se daria num ambiente social e a partir das interações que ela estabeleceria com os outros em casa, com os pais, com o professor, com as outras crianças, na escola, na brincadeira, ou seja, que o desenvolvimento das capacidades de pensar, dirigir a atenção, conhecer os objetos, aprender a escrever, lidar com números e etc., se daria na interação social da criança com os outros; e também os desenvolvimentos a orbitar sua afirmação de que a auto-imagem se desenvolveria e amadureceria, através da aprendizagem, por meio do contato com o ambiente de vivência. Para Vygotski o desenvolvimento não seria uma mera acumulação lenta de mudanças unitárias, mas sim, segundo suas próprias palavras, “um complexo processo dialético, caracterizado pela periodicidade, irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma

forma em outra, entrelaçamento de fatores externos e internos e processos adaptativos”. (VIGOTSKI, 2003: 162)

“O meio ambiente efetivo de qualquer organismo não se resume apenas à situação objetiva na qual esse organismo se encontra; na verdade, o meio efetivo é o produto de uma interação entre características particulares do organismo e quaisquer oportunidades para experiências oferecidas pela situação objetiva na qual o organismo se encontra”. (Steiner e Souberman referindo-se ao pensamento de Birch e Gussow em VIGOTSKI, 2003: 166)

Por fim, o tratamento dado por Barker (1968) ao comportamento humano, para ele, caracterizado principalmente pela variação, onde figurariam conjugados inteligência, emoções, energia e ansiedade.

Apesar de nossa análise acerca do lugar do riso e do sorriso nos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária basear-se em maior medida nas teorias mais próximas à psicologia cognitivo-desenvolvimentista como acima exposto e, como já nos referimos, não seguir este estudo uma linha teórico/metodológica estrita, acreditamos ser conveniente esboçar as linhas teóricas das ciências sociais orientadoras em certa medida de nossa perspectiva apesar de não referidas diretamente ou aplicadas.

Diversos autores, entre eles Herzlich (1991), afirmam que a partir dos anos 1970 teríamos assistido nas ciências sociais, a um retorno do sujeito ou do agente social, ou seja, o agente, sua experiência e o sentido que ele daria à sua ação teriam se tornado objetos de otimizada legitimidade, o que configuraria uma posição divergente dos esquemas explicativos globais, fundados sobre as determinações sócio-econômicas. Com o declínio consensual destes últimos, vários esforços teriam se destacado na construção de teorias parciais, ocupando-se de realidades fragmentárias (teorias de médio alcance). Desta retomada, que teria se dado reabilitando perspectivas teóricas como a simmeliana e principalmente a weberiana, que buscariam preencher lacunas e se esforçariam na formulação de hipóteses novas para problemas antigos, fariam parte perspectivas teóricas que em nosso trabalho, com relação aos entendimentos acerca dos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária, de modo significativo foram auxiliares. Em especial, destacamos duas perspectivas teóricas, a saber, a teoria da representação de Goffman e a praxiologia bourdiesiana.

Uma vez que nos dedicaremos, neste capítulo e no próximo, a estudar o lugar do riso e do sorriso junto aos processos de aprendizagem, socialização e construção identitária, consideramos sua figuração socialmente construída e historicamente situável, e uma vez o riso e o sorriso constituírem-se reações a algo, os estudos empreendidos por Erving Goffman,

e suas noções operatórias de expressividade, definições projetadas e desempenho, por exemplo, em muito nos foram esclarecedoras. Do mesmo modo muitas noções operatórias desenvolvidas por Bourdieu em sua praxiologia nos foram de grande valia, apesar de não as utilizarmos de modo pontual. O conceito de *habitus*, por exemplo, cunhado por Bourdieu, em muito nos é esclarecedor, tomado o universo risível como elemento significativo (enquanto prática social) na constituição deste *habitus*, que seria, para este autor, uma espécie de comportamento geral não consciente, tomado como natural, socialmente gerado e reproduzido pela própria prática e interiorizado por cada indivíduo de uma cultura determinada e de um determinado grupo a que este pertencesse, que assim tenderia a repetir os esquemas internalizados (desde que não houvesse interesse na ação diferente).

Mas, uma vez que, como relatamos, não faremos referências diretas neste e no próximo capítulos às teorizações destes autores, nem tampouco utilizaremos pontualmente suas noções operatórias ou seus métodos de pesquisa³⁹ (ou outro tipo qualquer de ligação mais facilmente perceptível), acreditamos, faz-se necessária uma pequena explicação acerca do porque as destacamos aqui. Esta referenciação, esclarecemos, teria a base de sua justificação localizada no partilhamento, por nós entendido, de um conjunto de pressupostos teórico/ metodológicos básico.

Partilhamos em nosso estudo, por exemplo, com Bourdieu, a idéia de que não haveria uma lógica anterior das práticas sociais inscritas na natureza, pelo contrário, resultando esta, das práticas. Somente quando estas fossem estabelecidas pelas práticas repetidas é que então apareceria esta como constante. Do mesmo modo, consideramos que os diferentes elementos e alternativas com que se confrontaria a prática não estariam no mesmo tempo nem no mesmo espaço e assim nunca se confrontariam diretamente entre si (daí a conclusão de que diferentes comportamentos ou ações poderiam ser praticamente compatíveis mesmo que a um observador possam parecer logicamente incompatíveis ou incoerentes). Da mesma forma partilhamos a perspectiva, defendida por Bourdieu, de que a realidade social seria estruturada e estruturante (não negando aos indivíduos ou aos grupos a possibilidade de arbítrio) e que todo agente social seria um sujeito estruturado externamente (limitado com relação às possibilidades que lhe são dadas pela sua posição na estrutura objetiva do campo) e internamente (pela mediação do *habitus*), e sua prática também seria estruturante do campo social e do *habitus* (dando-se as interações sociais dentro de um espaço social específico e

³⁹ No capítulo seis, como fizemos referência na introdução, diferente do empreendido neste e no imediatamente próximo capítulos, procuraremos apresentar uma focalização perspectiva direcionada de nosso objeto sob a perspectiva praxiológica bourdiesiana.

histórico, carregado de significados e relações desiguais entre agentes portadores de diferentes capitais sociais). Outro pressuposto, partilhado com a praxiologia bourdiesiana, seria o de que a conservação num dado campo social seria produto de uma dinâmica onde os agentes interviriam, e não resultado de pura inércia, pois resultaria da ação (ou reação), pelo menos reiterativa do estado de coisas, efetuada pelos próprios atores que comporiam o campo, segundo sua interpretação do seu "campo de possíveis" e segundo seus próprios interesses (individuais e grupais).

Para além das diferenças de análise e objetos, consideramos, na pontuação destas aproximações, a semelhança nuclear entre estas teorizações e nosso estudo. O caráter de operador analógico do *habitus*, por exemplo, noção operatória da praxiologia Bourdiesiana, que seria um sistema de disposições duráveis, transponíveis (não apenas um princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis) e também um sistema de classificação dessas práticas, que permitiria que esses esquemas classificatórios se aplicassem de maneira produtiva a todos os domínios da prática e que participassem da constituição de um senso comum, podem ser entendidos enquanto operadores que permitem tomar as situações como dotadas de sentido, e seriam também o que faria com que todos pudessem remeter às mesmas oposições (por exemplo, alto/baixo, elevado/baixo, raro/comum, leve/pesado, rico/pobre etc. e, porque não, risível e não-risível, para pensar o mundo e sua posição no mundo. O empenho de Goffman quando procura compreender a relação de interação social e as inter-relações que compõem o universo cotidiano dos encontros entre os diferentes sujeitos sociais (dando atenção especial às relações face a face, que destacariam o desempenho, por um mesmo agente, de diferentes papéis sociais em diferentes situações), seria um outro exemplo de possibilidade de aproximação perspectiva. Considerados estes pontos, nos dedicaremos a partir de agora à análise, propriamente dita, da figuração do riso e do sorriso nos processos de aprendizagem.

A criança, por ocasião do nascimento, teria apenas um repertório limitado de respostas. O desenvolvimento de comportamentos mais sofisticados de mediação do riso e do sorriso, por exemplo, seria resultante da aquisição do controle de respostas por novos estímulos, extinção de controle de estímulos e desenvolvimento de novas respostas e novos reforçadores. A criança aprenderia todas as suas habilidades sociais essenciais, incluído o uso do riso e do sorriso, como a linguagem, pensamento, raciocínio, valores morais e respostas adequadas a estímulos.

“(…) o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma ou de outra, embricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra.” (VIGOTSKI, 2003: 96)

As crianças, na fase inicial de suas vidas, não seriam capazes de discursar e compreender todas as nuances relacionadas ao universo de figuração do riso e do sorriso no cotidiano de sua experiência. Inicialmente não seriam capazes de entender racionalmente porque algo seria risível ou uma resposta dada apenas com um riso/ sorriso poderia ser agressiva, apesar de já poderem, com alguma precisão, distinguir situações de menor complexidade. Gradualmente essas nuances seriam com maior precisão distinguidas e posteriormente auto-justificadas. Os sinais objetivos, intelectualmente inteligíveis do risível ou “sorrisível”, não seriam facilmente identificáveis e definitivos (como, por exemplo, os de inexistência de vida em brinquedos), daí a sutileza maior e complexidade no aprendizado e percepção adequada dos elementos ligados ao riso e ao sorriso. O risível estaria mais implícito que explícito e a reação riso/ sorriso mais ligada ao comportamento emocional que racional nesta fase da vida.

A ação riso/ sorriso seria utilizada desde os estágios iniciais de vivência/ convivência das crianças para apreender e de certo modo “regular” a reação e o comportamento dos outros, ou seja, quando a criança adquire ciência de que, por exemplo, sorrisos são não somente aceitos, como incentivados em ocasiões específicas, ela passaria a utilizá-los de forma um tanto estratégica em seu cotidiano, pressuposto é claro um quadro estrutural social e de processos sociais de acordo com o qual essa utilização faça não somente sentido, mas “funcione”.

“Vale dizer, a personalidade da criança não é tabula rasa na qual se grave uma influência, por mais poderosa que pudesse ser; desde muito cedo, a criança reage ao processo educativo, e o seu comportamento futuro resultará de uma interação contínua, durante muitos anos.” (LEITE, 2000: 294)

Toda e qualquer criança nasceria com caracteres hereditários, num determinado meio social e emocional, seria criada de uma forma ou de outra por indivíduos de mais idade e passaria por acontecimentos significativos. Essas influências determinariam a percepção/ compreensão do risível/ “sorrisível”, ou seja, quando rir/ sorrir, do que rir/ sorrir, onde e como. Primeiramente o aprendizado se daria através da leitura não-verbal. Assim, um bebê, quase como se tivesse um radar, começaria a assimilar as mensagens sobre si mesmo, seu valor, o que seria aprovado e incentivado e o que não seria, através das primeiras

experiências. Logo começaria a perceber as expressões faciais e reagiria a elas, seja, replicando um riso/ sorriso ou, com o tempo identificando situações de aceitação do riso/ sorriso (adequação ao contexto situacional). Toda criança, descobriria assim, muito cedo, a maneira de manipular as pessoas através do riso e do sorriso. Pelo método de tentativas, erros e acertos, perceberia que o riso/ sorriso muitas vezes cativaria e poderia levar a um afago ou um beijo, do mesmo modo que um “choro”. Mas, considerado que este aprendizado está somente sendo iniciado (no caso do riso/ sorriso, ainda somado o fato de os efeitos desta reação, como por exemplo, alguma ação dos pais em resposta, serem menos imediatos e certos se comparados com as reações diante do pranto, por exemplo); o riso/ sorriso da criança muitas vezes figuraria inadequado e surgiria em situações muitas vezes impróprias e constrangedoras para seus responsáveis.

“Obviamente, as primeiras sessões de formação de uma reação possuem uma importância crucial, porque somente os dados desse período revelarão a verdadeira origem da reação e suas ligações com outros processos. Através de um estudo objetivo de toda a história de uma reação, podemos obter uma explicação integrada das suas manifestações internas e de superfície. Dessa forma, queremos estudar a reação como ela aparece inicialmente, como toma forma, e depois que está firmemente estabelecida, tendo sempre em mente o fluxo dinâmico de todo processo de seu desenvolvimento.

Fica claro, pela minha discussão prévia, outra parte da tarefa: a reação complexa tem de ser estudada como um processo vivo, e não como um objeto. Se encontramos a reação na forma automatizada, temos de fazê-la voltar à sua forma original”. (VIGOTSKI, 2003: 91)

Em grande medida o riso/ sorriso da primeira infância seria um processo comunicativo vazio, com relação à importância do conteúdo de um modo geral na comunicação, uma cópia estrutural, reproduzindo apenas o modelo, ressalvadas as adaptações quanto à complexidade, do universo risível/ “sorrisível” adulto. A criança, todavia, à medida que se tornaria mais experiente, adquiriria um número cada vez maior de modelos compreendidos.

“Observamos que as operações com signos aparecem como o resultado de um processo prolongado e complexo, sujeito a todas as leis básicas da evolução psicológica. Isso significa que a atividade de utilização de signos nas crianças não é inventada e tampouco ensinada pelos adultos; ao invés disso, ela surge de algo que originalmente não é uma operação com signos, tornando-se uma operação desse tipo somente após uma série de transformações qualitativas”. (VIGOTSKI, 2003:60)

Quando, por exemplo, uma mãe em comunicação com o filho, fazendo uma careta ou simulando um tombo, ri, à criança, considerada sua ainda incipiente capacidade de racionalização, caberiam basicamente três possibilidades reacionais, sejam: 1) positiva (a criança também rir, imitando o comportamento da mãe); 2) negativa (a criança chorar, por

exemplo); e 3) neutra (a criança manter “distanciamento” e não esboçar reação). Todas estas reações, claro, têm conseqüências imediatas quando de sua ocorrência. A criança poderia ser “afagada” por começar a chorar, ou não; poderia ser incentivada por corresponder às expectativas da mãe, ou não; ou chamada a um novo processo comunicacional pela mãe, com o mesmo objetivo, ou seja, rir, ou não. Claro, são quase infinitas as possibilidades a orbitar entre estas três, mas uma delas seria certa, a criança apreenderia que, daquela configuração situacional, sua mãe reagiria. Somado a esta apreensão, figuraria ainda, o prazer despertado pelo rir (sem dúvida melhor que chorar) e o sentimento de compartilhar um estado emocional. A imitação, assim visto, já que não podemos esperar uma reação consciente de uma criança muito pequena, mas somente a empatia emocional, seria de fundamental importância nestes primeiros anos da infância, na aquisição dos primeiros elementos de um “vocabulário” comportamental. Conscientes ou não das dificuldades de assimilação de conhecimentos das crianças pequenas, os pais, adultos e crianças maiores, de um modo geral, procurariam facilitar a comunicação e o aprendizado destas através da exageração ou ampliação reacional. Assim, por exemplo, um tombo simulado por um adulto em interação com uma criança, é apresentado de modo teatral, pleiteando chamar a atenção da criança. Do mesmo modo uma gargalhada de um adulto diante de uma criança pode ser intencionalmente exagerada (como se o adulto estivesse mostrando à criança como deveria sentir-se ou reagir).

“Há uma educação não intencional que jamais cessa. Pelo nosso exemplo, pelas palavras que pronunciamos, pelos atos que praticamos – influímos de maneira continua sobre a alma de nossos filhos”. (DURKHEIM, 1978: 57)

Todos nós possuiríamos em nosso sistema nervoso “gravações” das formas pelas quais o mundo foi por nós apreendido, e de como nos adaptamos a ele (adaptações estas, ocorridas em resposta às experiências e ao treinamento). Desde o nascimento da criança a experiência principiaria a determinar seu desenvolvimento cognitivo. Aprendendo, desde cedo, a interagir e comunicar-se com os outros, as crianças assimilariam as reações comportamentais, a linguagem, etc. destes. Uma vez reagindo a algo através do riso/ sorriso, mesmo que sem entender o porquê, a criança imediatamente incorporaria esta experiência em seu sistema cognitivo⁴⁰. Mesmo crianças muito pequenas não teriam seu comportamento restringido à simples reatividade reflexa. Desde muito cedo, a criança principiaria a estabelecer conexões indiretas entre os estímulos e as reações. A ação da criança e seus resultados, também dos

⁴⁰ O riso/ sorriso, para a criança pequena, acreditamos, não estaria carregado, em princípio, de significado simbólico, mas de necessidades instintivas e afetivas ligadas às pessoas de sua convivência próxima.

adultos, influenciariam potencialmente seu comportamento futuro. Estes resultados apreendidos tornar-se-iam verdadeiros instrumentos de definição reacional futura, capazes de direcionar o comportamento em situações posteriores.

“É de elementar observação que o ente humano não se constitui senão progressivamente, no curso de lentas transformações, que começam no nascimento para somente chegar a termo na idade madura”. (DURKHEIM, 1978: 76)

Neste processo de apreensão experiencial um ponto importante, merecedor de nota, é o fato de que a partir de certa idade (o que variaria de sociedade para sociedade e mesmo no interior destas, mas seria algo em torno dos cinco anos, consideradas as divisões em fases de desenvolvimento das teorizações mais freqüentadas) as crianças passariam de uma vida emocional relativamente limitada (durante a fase de bebê) para uma vida emocional complexa.

“Se a aprendizagem é vital para aprender a viver, o é muito mais para poder continuar a viver. Neste sentido, compreende-se a aprendizagem contínua do ser humano, sem limites de idade ou etapas de desenvolvimento”. (MOSQUERA, 1977: 37)

A caminhar junto a essa complexificação externamente “forçada”, o desenvolvimento cognitivo permitiria às crianças tornarem-se mais hábeis na percepção das relações no campo sensorial, adaptando-se com maior eficiência a gradações mais sutis de experiência. Além de passar, assim, a perceber os objetos com maior clareza em toda a riqueza e minúcia, potencialmente, também poderiam com maior propriedade perceber a si mesmas com maior precisão e riqueza informativa. A liberdade da percepção das primeiras experiências das crianças (impressões diretas, pensamento situacional) gradualmente seria limitada pelas regras percebidas e ativamente reconstruídas de comportamento, com abstrações e concatenações lógicas (pensamento conceitual, entendido enquanto operação lógica: utilização de idéias logicamente subordinadas a culminar em uma solução final). As reações comportamentais das crianças nos primeiros anos, assim visto, podem ser consideradas bem adaptadas aos seus propósitos comunicativos e necessidades, estreitas e limitadas. Como exposto por Vigotski, as crianças pequenas, que basicamente “pensariam” através das lembranças, passariam com o tempo a reconhecer através do raciocínio.

“Pesquisas sobre o ato de pensar tal como ocorre em crianças quando são solicitadas a transpor uma relação aprendida com um determinado conjunto de estímulos para um outro conjunto similar, mostraram que esse processo de transferências se dá nada mais nada menos através da lembrança de exemplos concretos, não possuindo ainda o caráter de uma abstração”. (VIGOTSKI, 2003: 67)

A relação entre percepção e aprendizagem seria recíproca, sendo que as teorias cognitivas todas reservariam lugar importante à percepção na aprendizagem. A percepção envolveria complexas atividades de orientação, análise e síntese dos aspectos percebidos e também, não menos importante, um processo de tomada de decisões, mesmo que não consciente. Como notado por Jerome S. Bruner, a percepção seria “um processo ativo, inerentemente complexo de classificar informações novas em categorias conhecidas, sendo um evento intimamente ligado às funções de abstração e generalização da linguagem” (LURIA, 2002: 38). A percepção seria dependente, assim visto, de “práticas humanas historicamente estabelecidas”, que poderiam “não só alterar os sistemas de codificação usados no processamento da informação, mas também, influenciar a decisão de situar os objetos percebidos em categorias apropriadas”. (LURIA, 2002: 38)

“Ela incorpora diferentes tipos de processamento da informação visual – algumas vezes a impressão direta, outras vezes refratada pelos prismas da experiência prática orientada pelos objetos, e em outras, ainda, mediada pela linguagem e pela maneira de analisar e sintetizar o material coletado dessa forma”. (LURIA, 2002: 59)

A percepção seria um modo de receber informações e estaria intimamente ligada ao reconhecimento das coisas, em especial, as já experienciadas, dependendo em grande medida dos processos de recordação do vivido e de referenciação discriminativa. Essa incorporação resultaria de operações muito complexas, com a análise e síntese informacional, a ordenação perceptual e a categorização, refletindo, através de uma verdadeira filtragem e seleção, o mundo exterior. A percepção cognitiva do risível seria formada a partir da experiência e não por meio de instrução sistemática, como a leitura, por exemplo.

A aprendizagem ou reconhecimento do risível requereria, necessariamente, que fossem percebidas as relações entre estímulos. Uma reação risível de um indivíduo diante da surdez de outro, em uma situação X, por exemplo, não necessariamente poderia garantir a mesma reação pelo mesmo indivíduo diante da surdez em uma situação Y. Não seria, neste caso, a simples associação surdez-riso, por mais arraigada que possa ter sido no histórico experiencial deste indivíduo, que determinaria o riso, mas também o aprendido com relação ao espaço de reação admitido, o contexto geral de figuração da situação e sua realidade emocional/ identificadora presente.

“Uma vez que uma criança tenha aprendido a realizar uma operação, ela passa a assimilar algum princípio estrutural cuja esfera de aplicação é outra que não unicamente a das operações do tipo daquela usada como base para assimilação do princípio. O ponto de partida dessa discussão é o fato de que o aprendizado das crianças começa muito antes de elas freqüentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia”. (VIGOTSKI, 2003:109)

As crianças tenderiam continuamente, cada vez mais, a avaliar – e integrar – conceitos cotidianos, a categorizá-los e então localizá-los no âmbito de um esquema conceitual mais amplo. O desenvolvimento subsequente habilitaria a criança a distinguir percepção e ação, a discriminar entre conhecimento figurativo (entendido enquanto levando em conta os aspectos situacionais imediatos) e operativo (que envolveria interpretação e racionalização proporcionados pela configuração estrutural cognitiva desenvolvida).

“Gradualmente a criança deixa de lado os estímulos externos, não prestando mais atenção a eles. A resposta aos estímulos auxiliares externos é substituída por uma resposta a estímulos produzidos internamente. Na sua forma mais desenvolvida, esta operação interna consiste em a criança captar a verdadeira estrutura do processo, aprendendo a entender as leis de acordo com as quais os signos externos devem ser usados.” (VIGOTSKI, 2003: 96)

Desse modo, a criança pequena desenvolver-se-ia atuando de início em relação ao meio imediatamente percebido e posteriormente de modo operativo, por exemplo, quando risse de uma situação hipotética (como a imaginar a possibilidade de um “coleguinha”, por ventura, derrubar algo). A capacidade de operacionalizar, assim visto, incluiria a possibilidade de se pensar hipoteticamente, ou seja, considerar o possível tanto como o real e a capacidade de pensar simbolicamente significaria a habilidade em representar mentalmente algo e refletir sobre ele independente de sua presença física imediata.

“À medida que o organismo se desenvolve, as suas estruturas cognitivas passam de instintivas a sensório motoras, até se converterem finalmente na estrutura operacional do pensamento adulto; e Piaget sustenta que essas três formas de estrutura cognitiva representam três níveis diferentes de conhecimento. Assim, o conhecimento não é uma coisa que o organismo incorpora, mas um processo pelo qual confere um nexa ao seu ambiente; é a adaptação ativa do organismo mediante ações manifestas ou internalizadas. Assim, os esquemas de ações manifestas do primeiro estágio tornam-se esquemas de ações internalizadas ou de operações do estágio ulterior. Se a fonte de conhecimento é a ação, torna-se evidente que cada nível de conhecimento se caracteriza por diferentes formas de ação em relação aos objetos no meio externo”. (TURNER, 1976: 22)

O desenvolvimento de um conceito, assim como exposto por Turner (1976), em diapasão com Piaget, com os quais concordamos, seria um desenvolvimento do sistema de classificação e ao mesmo tempo da capacidade de aplicar tal sistema ao ambiente.

“Inicialmente as crianças fazem montes inorganizados de coisas que casualmente se associam em suas mentes; são conjuntos muito instáveis e não existe qualquer princípio geral que governe a admissão ou exclusão de novos membros no conjunto. A segunda fase evidencia um nível superior de pensamento, na medida em que, por esta altura, as crianças pensam em termos de complexos, isto é, os objetos foram reunidos em função de semelhanças observáveis entre eles e não apenas na base de conexões que existiram de forma passageira em suas mentes.” (TURNER, 1976: 90)

Com o passar do tempo a criança aprenderia, agora com maior participação da análise consciente, que cair, por exemplo, nem sempre seria risível, que o riso e o sorriso nem sempre seriam reações bem acolhidas e que existiriam mais de uma maneira de se comportar diante de uma situação semelhante. A criança gradualmente tomaria ciência da diversidade de situações possíveis, relativas a objetos ou situações, necessitando se aprimorar na apreensão de suas nuances distintivas e no modo de ordená-las. Quando compreende a figuração de uma estrutura convencionalmente risível a criança passa a ser capaz de aplicá-la em amplas variações situacionais. Qualquer coisa, uma vez aprendida, pode ser usada, desde que não tenha sido esquecida e que surjam novas situações nas quais o comportamento aprendido anteriormente seja solicitado.

“A clareza mental decorre da experiência que o conhecimento nos proporciona ante nossas situações de desempenho”. (MOSQUERA, 1977: 37)

Poderíamos dizer que, com o tempo, o processo reacional envolvido diretamente no riso e no sorriso se tornaria radicalmente abreviado, tornando-se “automático”, quase que “fisiológico”. Enquanto na criança a reação de rir/ sorrir partiria de uma “tomada de consciência” do risível mais lenta, esperando muitas vezes a confirmação da “graça” na reação do outro, com frequência cometendo erros de interpretação e cálculo da adequabilidade, o adulto riria/ sorriria de modo mais automatizado e “acertado”.

“A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação a perpetua e reforça, fixando de antemão na alma da criança certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva. Por outro lado, sem uma tal ou qual diversificação toda cooperação seria impossível: a educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diferenciando-se, ela própria, e permitindo especializações”. (DURKHEIM, 1978: 41)

Quando alcançada a idade adulta os indivíduos tornar-se-iam menos sugestionáveis, menos sensíveis e mais críticos, exercendo controle mais eficiente sobre suas reações emocionais. Essas mudanças ocorreriam lenta e gradualmente e para isso, além do desenvolvimento fisiológico propriamente dito, contribuiria a contínua ocorrência de novas experiências, que, quando repetidas, tenderiam a perder a qualidade de novidade e daí a carga de emotividade reacional. Mesmo considerado o fato de que tanto adultos como crianças riem/ sorriem, de um modo geral, com razoável frequência, não é difícil perceber que as crianças riem/ sorriem muito mais vezes e em muito mais ocasiões (basta para isso observar-se uma festa onde adultos e crianças, compartilhando um mesmo espaço, se divertam). Através da aprendizagem do risível as crianças, assim visto, aprenderiam a transitar em seus universos interacionais, tornando-se, com o tempo, mais aptas e hábeis no interagir em um universo complexo como o social.

“A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando com antecedência, na alma da criança, as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe”. (DURKHEIM, 1978: 82)

Uma vez que as crianças não nasceriam com “críticos/ censores interiores” desenvolvidos, suas primeiras noções de consciência adviriam das relações (e por estas, aprendizados) estabelecidas no núcleo inicial de convivência (pais ou outros). As crianças, assim, aprenderiam a valorizar o que seria valorizado por este (em todas as nuances, como opiniões sobre religião, política, tradições, expectativas do papel sexual, estilos de vida, maneira adequada de se vestir ou falar etc.), frequentemente irracionais e preconceituosas.

“Para começar e dizer o essencial, o individuo nada mais é do que a sociedade. A oposição indivíduo/sociedade, tomada rigorosamente, é uma falácia total”. (CASTORIADIS, 2006: 57)

Desde o nascimento a criança tomaria parte em um ambiente em que algumas respostas seriam recebidas com aprovação e outras com reprovação. Não apenas existiriam variações nas pressões sociais de família para família, mas também, variações de cultura para cultura. O efeito do padrão de família sobre a sensibilidade emocional seria muito grande, pois a família atuaria como intérprete das pressões culturais mais gerais que cercariam a criança. As famílias pertenceriam a sub-setores variáveis da sociedade sendo que os valores totais da sociedade passariam por seu intermédio/ filtro para a criança.

“A criança é influenciada pelas expectativas paternas, mesmo quando o pai e a mãe não se encontram presentes para aprovar ou reprovar. Os adultos podem continuar a adotar certo comportamento, muito depois dos pais terem morrido”. (MURRAY, 1973: 147)

A família seria um meio onde a criança seria protegida, onde teria uma situação de privilégio. Fora dela, quando em contato com outras crianças, a criança estaria sujeita a brincadeiras, muitas vezes cruéis, de crianças mais desinibidas e com maior bagagem experiencial. Seria preciso então adaptar-se, inserir-se no meio, por uma questão mesmo de sobrevivência emocional/ social. A criança aprenderia com mais eficiência, nestas situações, que rir/ sorrir de alguém ou com alguém seriam coisas muito distintas, que haveria momentos para rir/ sorrir e momentos para “segurar” o riso/ sorriso, que o riso/ sorriso poderia ferir, mas poderia também ser o sinal de um reconhecimento, como a dizer “eu compartilho da sua opinião”, que o riso/ sorriso por indevido poderia ser desaprovado e punido por um adulto e que o riso/ sorriso certo, na hora certa, poderia cativar esse mesmo adulto. Tanto na família como fora dela, como na escola, por exemplo, seria preciso “ajustar-se” de maneira mais ou menos adequada (mesmo que esse ajustamento possa apresentar fases de conflito e desequilíbrio).

Um indivíduo, seja ele adulto ou criança, chegaria, no entanto, a situações de novo aprendizado na posse de uma grande diversidade de comportamentos já desenvolvidos. Por exemplo, quando exposto a uma comunicação de intenção risível, de conteúdo e estrutura inédita para ele, ele poderia estar bem adiantado no ter ciência das situações onde se ri/ sorri e as que não se ri/ sorri, como rir/ sorrir adequadamente e etc. Muitos problemas de aprendizagem requereriam a seleção de um ou outro modo possível de ação para alcançar um objetivo, como, por exemplo, rir/ sorrir no momento adequado. Como a escolha de respostas alternativas dar-se-ia consecutivamente até que a mais adequada tivesse lugar, essa aprendizagem é comumente descrita como ensaio e erro. Exposto a algo ambíguo, que vagamente lhe pareça assemelhar-se associativamente a algo com que esteja familiarizado, ocorreria um trabalho, muitas vezes não consciente, no sentido de precisar a melhor categorização deste algo e definir a reação diante dele⁴¹.

“Uma pessoa capaz de pensamento abstrato reflete o mundo externo mais profunda e completamente e chega a conclusões e inferências a respeito do fenômeno percebido, tomando por base não só a sua experiência pessoal, mas também os esquemas de pensamento lógico que objetivamente se formam em um estágio avançado do desenvolvimento da atividade cognitiva”. (LURIA, 2002: 135)

⁴¹ O que este trabalho cognitivo procuraria aproximar, bem entendido, não seriam, situações específicas, considerado principalmente a amplitude experiencial, mas unidades significativas.

Deixando de serem vistos como resposta isolada, determinada por estímulos de estrutura fixa e eterna (essencial como preferiram alguns estudiosos) o riso e o sorriso, desse modo considerado, passam a ser apreendidos enquanto elementos de grande importância no “ajustamento” dos indivíduos no meio social. Longe de ser pensados como processos um pouco separados e distintos, como entendido aqui, são tomados enquanto figurando no processo básico de ajustamento, intimamente ligado aos processos de aprendizagem e solução de problemas. Com o crescimento e o desenvolvimento dos indivíduos, as reações risíveis/ “sorrisíveis”, a percepção de objetos risíveis/ “sorrisíveis” e as expressões risíveis/ “sorrisíveis” tornar-se-iam mais diferenciadas e qualificadas, ou seja, potencialmente poderíamos rir/ sorrir em reação a conteúdos mais diversos, de modos mais diversificados e nos expressando de maneiras mais variadas. Somado a isso, com o maior controle de nossas reações emocionais, poderíamos simular ou dissimular o riso/ sorriso e usá-lo intencionalmente em interações sociais. No entanto, com o passar dos anos e a ampliação das coerções sociais, riríamos/ sorriríamos “sinceramente” menos frequentemente.

5. Rir, sorrir e socializar-se

“A vida é uma comédia para os que pensam e uma tragédia para os que sentem”.
(Horace Walpole)

“Quase nunca rimos de nós mesmos e, no entanto, muito raro é o dia em que não façamos qualquer coisa digna de nos fazer rir; outros, mais sinceros, riem de nós, e não lhes perdoamos tal sinceridade.” (Vargas Vila)

Um indivíduo dirige sua atenção. Há um instante, uma fração infinitesimal de tempo... e o riso/ sorriso. Não seria simplesmente surpresa. A surpresa, “experiência do desconhecido naquilo que se dava por conhecido” (SUBIRATS, 1989: 108) só explicaria em parte a reação risível.

“O novo não é o imprevisível, o imprezível, nem o indeterminado. Uma coisa pode ser imprezível (o número que vai sair da roleta) e ser sempre a repetição trivial de uma forma dada (por exemplo, fenômenos quânticos). Alguma coisa é nova quando é posição de uma forma que não seja produzível nem deduzível a partir de outras formas”. (CASTORIADIS, 2006: 282)

Rir ou sorrir de algo requereria uma operação mental (sócio-lógica), muitas vezes inconsciente, como a desviar o olhar do objeto em si, para a maneira como este se apresenta e encontram-se relacionados seus elementos com nossas idéias, valores e experiências, que se chegaria ao riso/ sorriso. Daí o potencial do riso e do sorriso, enquanto objetos analíticos autônomos para a sociologia, em descortinar valores e ideologias, revelando estruturas profundas, que censuradas muitas vezes pelo “politicamente correto”, “moralmente aceitável”, “adequado ao contexto”, “coerente logicamente”, etc., muitas vezes figurariam inacessíveis ao olhar do cientista social.

No contínuo processo de socialização⁴², através da interação de ambos os processos cognitivos, no capítulo segundo tratados, ou seja, emocional e racional, os indivíduos assimilariam experiências inéditas aos esquemas/ estruturas existentes, ou acomodariam seus esquemas, estendendo-os ou combinando-os para atender a situações novas. Nas crianças estes esquemas de aprendizado/ assimilação seriam amplamente flexíveis e modeláveis. O resultado deste processo seria a adaptação (mais ou menos adequada de acordo com o sucesso do processo) com o desenvolvimento de um repertório bastante de esquemas para a vivência (mesmo sobrevivência) no espaço da rotina diária de acontecimentos, construção em contínuo fazer-se, potencialmente modificável em razão da muitas vezes surpreendente realidade futura.

⁴² Entendida a socialização, no sentido atribuído a esta por Simmel, ou seja, como não consistindo apenas na capacidade de formação de laços entre indivíduos para a ação comum, que poderia ser instrumental, normativa, expressiva ou sociável, e pelo prazer de se reunir, mas também pelo agir conflitual. (CAILLÉ, 1998: 77)

“Esse processo de socialização começa no primeiro dia de vida – se não antes – e só termina com a morte, mesmo que pensemos que as etapas decisivas são as primeiras. Esse processo leva ao indivíduo social, um entidade falante, que tem uma identidade e um estado social, ajusta-se mais ou menos a certas regras, busca certos fins, aceita certos valores e age conforme motivações e modos de fazer suficientemente estáveis pra que seu comportamento seja na maioria do tempo previsível, justo o necessário, para os outros indivíduos. O conjunto do processo tem por condição a capacidade de sublimação da psique, de que falei em outro texto”. (CASTORIADIS, 2006: 220)

O riso/ sorriso não limitar-se-ia a fórmulas imutáveis, mas saltaria da diversidade das coisas, da espontaneidade dos próprios fatos, quer eles sejam exteriores ou interiores, quer se passem à escala dos grupos ou à de cada indivíduo, da experiência vivida, do receber a realidade dentro de si e da revivescência desta. O risível seria localizável no espaço e no tempo (apesar de muitas estruturas e conteúdos persistirem por séculos), dependente de uma atmosfera específica (uma vez que estaria “impregnado” de emoção), mas conseguiria se impor, mesmo nos ambientes menos prováveis.

“Na varanda, um novo surto de gargalhadas eclodiu. Marina deixou, intempestiva, o quarto dos pais, irrompeu no meio do grupo que se rendia a mais uma piada de papagaio.

- Queria ver vocês rirem assim no velório de suas mães.

- Marina, por favor... – Teófilo procurou temporizar.

-Nenhum de vocês está aqui obrigado. Respeitem o luto alheio (...)” (GIFFONE, 2000: 137) (Cena ocorrida no velório da personagem dona Telinha)

Não herdaríamos uma capacidade cognitiva pronta, mas sim, possuiríamos, por herança de nossos ancestrais, um *modus* de reagir ao ambiente, a nos permitir a adaptação a este, ou seja, a assimilar a experiência numa sucessão de esquemas cognitivos - no início apenas esquemas de ações e percepções, com o tempo a desenvolver-se em esquemas representacionais. Complementar a este processo de assimilação, figurariam os processos de busca por novos modos de comportamento, quando o ambiente não reagisse positivamente aos esquemas já aprendidos. Bem entendido, tratar-se-ia de dois processos essenciais: 1) A adaptação ao ambiente e 2) a organização da experiência por meio da ação/ reação, da memória, das percepções e outras atividades mentais.

Desde muito cedo, assim considerado, teria início o aprendizado das habilidades comportamentais, em parte por instruções explícitas, mas, fundamentalmente, por imitação de modelos. Assim, rindo do que se veria rindo/ sorrindo, do mesmo modo que chorando do que se veria chorando (mesmo que uma explicação seja dada pela criança, se questionada, em fases posteriores) a criança iniciaria a organização das estruturas de reconhecimento do risível de sua cognição.

“(...) a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários [e, por conseguinte, idealizados]. Essa referenciação vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo - sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”. (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 68/69)

Um outro ponto que não podemos deixar de tratar, ainda com relação aos “primeiros passos” no processo de socialização de um indivíduo, relacionado ao próprio desenvolvimento cognitivo infantil, seria a figuração anterior (relativamente à racionalização) da empatia na definição reacional. Como apreendido por psicólogos desenvolvimentistas, os bebês seriam solidários, por exemplo, diante da angústia, medo, ou alegria de outros.

“Mesmo poucos meses após o nascimento, os bebês reagem a uma perturbação sentida por aqueles que estão em torno deles, como se esse incômodo estivesse acontecendo neles próprios, chorando ao verem que outra criança está chorando”. (GOLEMAN, 1995: 111)

Assim, os risos/ sorrisos *primarius*, acreditamos, poderiam ser entendidos enquanto originados pela empatia (tomada esta enquanto em diapásão com o percebido por E. B. Tichener, que se afastando da tradução comumente empregada do grego *empátheia*, ou seja, “entrar no sentimento”, a re-operacionaliza como relativa a uma “espécie de imitação física de outra pessoa” que evocaria sentimentos análogos no receptor). Por extensão, podemos daí inferir a significância destas experiências enquanto aprendidas e o lugar ocupado por estas nos processos de socialização e construção identitária.

“Após um momento de sobressaltado silêncio, rimos até a barriga doer. Eu por simples deleite, Larry pela liberação da tensão e as crianças, simplesmente, porque os adultos estavam rindo”. (CANFIELD, 2002: 93)

Experiências que podemos considerar de enorme importância, onde a criança se informaria da aceitação ou rejeição de suas ações/ atitudes e das dos outros, mais ligadas, em princípio, aos canais não verbais de comunicação (tom de voz, expressões faciais etc.), mas com reflexos futuros dificilmente questionáveis, a estruturar os mecanismos de reação. Este reconhecimento da sintonia expressiva, pela criança, que nestas primeiras experiências não seria consciente, mesmo considerada a volúpia que daí poderia e efetivamente sobreviria (fundamentalmente relativa ao reconhecimento e à compreensão), com o tempo e o desenvolvimento das estruturas cognitivas se complexificaria, permitindo a esta apreender o

vivido pelo outro sem, no entanto, participar/ replicar efetivamente sua reação. Em outras palavras, a criança, potencialmente, poderia deixar de rir/ sorrir por simples empatia/imitação com relação àquele que ri/ sorri e poderia rir/ sorrir a partir da sintonia entre sua própria cognição, em contínuo fazer-se, e o mundo exterior.

Com o tempo as crianças passariam a ser capazes não somente de perceber com mais habilidade os sentimentos do outro, mas aprenderiam que poderiam atuar sobre esses sentimentos, podendo solidarizar-se, escarnecer e etc. Rir/ sorrir em resposta a algo passaria a pressupor um distanciamento emocional (tanto com relação ao evocado pelo objeto como com referência aos sentimentos não vizinhos à alegria etc.), além da leitura (não necessariamente consciente) risível com relação ao objeto.

“(...) eu mostro o burguês com distanciamento ao próprio burguês, que morre de rir (...) a burguesia quando não está acoitada, acha graça da própria baixeza (...)”
(BRECHT, citado por SCHWARTZ 1998: 29)

No aprendizado desta arte comportamental, iniciada logo após o nascimento, os indivíduos tornar-se-iam mais ou menos competentes, ou seja, mais ou menos habilidosos no controlar as suas reações e manipular as de outrem, minimizando ou exarcebando as expressões reacionais, inibindo-as, substituindo-as, induzindo as de outras pessoas e etc., ou seja, o

domínio dessas estratégias⁴³ e a escolha de momentos adequados para utilizá-las definiriam esta habilidade⁴⁴.

“(…) a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como outros o julgam, em comparação com eles próprios e com a tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira pela qual eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele. Este processo é, em sua maior parte, inconsciente”. (ERIKSON, 1976: 21)

Outro ponto importante, de inevitável figuração aqui, seria o contágio do riso/ sorriso, ou melhor, a tentativa de sua explicação, que acreditamos poder arriscar tendo por base o que até aqui foi exposto. Em nossa opinião, assim como o contágio por outros elementos emocionais, como a alegria e a tristeza, o contágio do riso/ sorriso seria muitas vezes *subtile* e não necessariamente alinhado com o conteúdo explicável da reação primeira, ou seja, um indivíduo poderia rir/ sorrir exclusivamente em razão de estarem outros indivíduos rindo/ sorrindo. Este contágio seria mais elementarmente perceptível, dada a exclusão de outros

⁴³ Ilustração: Um indivíduo X faz uma afirmação diante de uma audiência. Por exemplo: A pessoa W é estúpida. Um indivíduo Y, receptor desta, poderia, especulamos, entre infinitas possibilidades reativas, agir das seguintes maneiras:

- 1) Concordar verbalmente com o enunciado de X, comunicando expressamente sua opinião em reforço ao ponto de vista de X;
- 2) Discordar, comunicando verbalmente sua discordância a X.
- 3) Rir.

A opção nº. 1, assim como todas as demais, poderia desencadear uma série infinita de conseqüências. Apenas para demonstrar nosso raciocínio enumeraremos uma série limitada destas:

Algumas conseqüências possíveis/ prováveis da alternativa 1:

- a) O restante da audiência assimilaria a opinião de Y como idêntica ao ponto de vista expresso por X, o que talvez não seja totalmente interessante para Y;
- b) Seria inaugurado/ reforçado um vínculo entre X e Y pela consciência da concordância opinativa por X, talvez não intencionada ou desejada por Y.

Algumas conseqüências possíveis/ prováveis da alternativa 2:

- a) “Mal estar” entre X e Y.
- b) Quebra pontual de vínculo entre X e Y.

Algumas conseqüências possíveis/ prováveis da alternativa 3:

- a) Diminuição das possibilidades conseqüentes “trágicas”, uma vez que rindo Y se “protegeria” destas. Como que “entendendo” o ponto de vista de X, Y, no entanto, não se colocaria expressamente a favor ou em concordância com a afirmação de X, nem tampouco contra. Entenderia a afirmação como risível. Nem se aproximaria do conflito nem tomaria partido de modo enfático, mas na “brincadeira” se posicionaria na segurança do topo do muro.

⁴⁴ Um exemplo real, ilustrativo e recente, da função estratégica do risível foi a “reconciliação” entre o rei Juan Carlos I da Espanha e o presidente venezuelano Hugo Chávez. Em novembro de 2007, na Cúpula Ibero-americana realizada em Santiago do Chile, o rei espanhol, após várias interrupções de Chávez à fala do presidente espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, pronunciou a frase, dirigida à Chávez, “¿por qué no te callas?”, para pedir respeito ao ex-presidente espanhol José María Aznar, chamado de “fascista” por Chávez nestas interrupções. Estremecidas as relações entre os dois governos com o incidente, nove meses depois, em julho de 2008, como que a dar um fechamento público ao incidente (claro, após um prévio e bem sucedido trabalho diplomático de reconciliação), em visita à Espanha, Hugo Chávez recebeu como presente do rei Juan Carlos I da Espanha uma camiseta ilustrada com a frase “¿Por qué no te callas?”. Em comentário aos jornalistas Chávez relatou que pediu a seu “amigo” Juan Carlos de Borbón um “dinheirinho” pelos direitos autorais de propriedade intelectual gerados pela frase, já que teria sido de mérito dos dois.

fatores a serem tomados como explicações, por exemplo, na sincronia entre a reação risível de adultos e bebês. No entanto, somente em raras situações (explicadas, talvez, acreditamos, por desalinhamentos cognitivos) este contágio se daria em situações onde não figurasse uma sincronia emocional com o grupo ou indivíduo responsável pela reação primeira, um entrelaçamento “espiritual” significativo.

“Ela se virou para Raphael. Ele também sorria. Ela os olhou alternadamente, e então Raphael desatou a rir, e o menino fez o mesmo. Era um sorriso insólito, porque não estava ocorrendo nada de engraçado: convidava-a a esquecer a angústia e prometia-lhe algo de vago, talvez alegria, talvez paz, de modo que Tamina, que queria escapar de sua angústia, pôs-se a rir docilmente com eles”. (KUNDERA, 1978: 158)

Já o fato, consensualmente reconhecido, de que as crianças não seriam capazes de adequadamente “segurar” o riso/ sorriso em situações onde este pudesse figurar não muito adequado, poderia ser explicado tomando por base argumentativa a incompletude do processo de “aprendizado social”. Diferente do que aconteceria com as crianças, em tese, nos adultos além da maior experiência de vida e maior controle emocional figuraria ainda uma autoconsciência a oferecer um grau maior de auto-controle, não apenas relativo ao rir/ sorrir de algo ou não, mas de evitá-lo quando considerado necessário.

“Não ouvi os passos dele, nem mesmo percebi sua aproximação. Minha primeira noção de sua presença foi um pigarro áspero nas imediações. Virei o rosto e deparei com sua fisionomia pétrea. Os olhos escuros me fitavam com ódio homicida, falando claramente.

- Fique sabendo desde já – disse-me ele – que só faço isto em deferência à Srta. McKenna e por nenhum outro motivo. Se houvesse alternativa, eu faria com que o pusessem fisicamente fora do estabelecimento!

Até então, eu não acreditaria que qualquer comentário seu pudesse parecer-me tão divertido. No entanto, a despeito de meu abalo pela partida de Elise, seu comentário me divertiu. Era tão absoluta e decididamente vitoriano, que fui forçado a conter um sorriso.

- Está achando graça? – perguntou ele.

- A hilaridade desapareceu, ante o temor físico. Embora não muito alto, ele era um homem vigoroso; eu tinha uns dez centímetros de vantagem na altura e me sentia infinitamente mais forte, porém, era melhor não me engalfinhar com o sujeito em um corpo a corpo.”

(MATHESON, 1983: 149) (Diálogo entre os personagens Richard Collier e Robinson)

O risível não pode ser destacado de seu mundo social-histórico próprio. “Rir “significaria” somente na medida em que os indivíduos a esta reação ligassem um sentido subjetivo. A sociedade, uma vez que pré-existente à criança que nasce, imporia a esta a adaptação, não apenas com relação à ambiência física, mas também à ambiência social. Esta adaptação se faria pela progressiva aquisição de toda uma série de hábitos, idéias e preconceitos.

“O hábito coletivo não existe somente em estado de imanência nos atos sucessivos que determina, mas, como um privilégio de que não encontramos exemplo senão no reino biológico, e é expresso uma vez por todas numa fórmula que se repete de boca em boca, que se transmite pela educação, que se fixa até mesmo por escrito. É esta a origem e a natureza das regras jurídicas e morais, dos aforismos e dos ditados populares, dos artigos de fé em que seitas religiosas ou políticas condensam suas crenças, dos códigos de gosto elaborados pelas escolas literárias, etc.” (DURKHEIM, 1963: 7)

As crianças, de início, adotariam os modelos que lhes seriam guarnecidos pelas pessoas que as cercam, imitando-lhes os gestos, transferindo-os para si mesmas, introjetando-os e transformando-os em atributos de suas próprias personalidades e condutas.

“A criança de cinco anos, ao entrar no mundo social mais amplo, entra também no mundo da comparação social. Não é apenas a mudança externa que traz essas comparações, mas também o surgimento de uma capacidade cognitiva: poder comparar-se com os outros em determinadas modalidades, sejam talentos de popularidade, atração ou skate”. (GOLEMAN, 1995: 288)

Ao mesmo tempo, projetariam sobre as outras pessoas os estados experimentados em seu próprio íntimo modelando-os de acordo com seus próprios sentimentos ou pensamentos. A um simples auto-exame de consciência podemos perceber que jamais apreenderíamos nosso próprio eu a não ser em suas relações com o outro; por vezes, como uma imagem refletida no espelho das pessoas que nos cercam. Uma identificação “socializante”, que assumiria desde os primeiros momentos a forma de participação, ligando estreitamente as crianças aos adultos e a outras crianças.

“A socialização é a obra da instituição que é, evidentemente, a cada vez mediatizada por indivíduos já socializados”. (CASTORIADIS, 2006: 274)

Os indivíduos construiriam o seu universo de entendimento a partir das informações oferecidas pelos sentidos, ou seja, em sua interação com o ambiente, mas sua assimilação exigiria uma categorização/ racionalização destes estímulos. Entender uma reação como risível, por exemplo, pressuporia a capacidade entendimento do que seria o não-risível e o que o risível. Tomar uma queda específica em uma situação/ contexto específico como risível, implicaria distingui-la de outras quedas em situações/ contextos outros. Distinções mais sutis exigiriam um universo experiencial mais sofisticado e uma cognição mais desenvolvida (mais eficiente na assimilação informacional e mais elaborada em sua utilização). O modo pelo qual são agrupadas categorias e estabelecidas relações de semelhança e adequabilidade, apesar de

sujeitas a contínuas transformações e reorganizações, seria em grande medida definido até o início da idade adulta.

“(…) a relativa adequação de qualquer percepção a qualquer objeto depende de um processo construtivo e não de um contato imediato. Durante esse processo construtivo, o sujeito tenta fazer uso de toda e qualquer informação que possua, por incompleta, deformada ou falsa que seja, e integra-la num sistema que corresponda o mais fielmente possível às propriedades dos objetos. Ele só poderá fazer isso por um método que é simultaneamente cumulativo e corretivo”. (PIAGET, 1969: 365) (citado por TURNER, 1976: 63)

Com relação à expressão de “preconceitos” nas comunicações de objetivo específico risível, posto o que até aqui vimos, podemos assentar, a não necessária falta de sinceridade da justificação/ *mea culpa* posterior ao riso/ sorriso, externada em máximas como, por exemplo, “que maldade!”, “humor negro... mas... engraçada!” ou “que absurdo”; uma vez que a reação riso/ sorriso (fortemente ligada ao emocional, como visto no capítulo segundo) nem sempre estaria em diapásão (pelo contrário muitas vezes se contrapondo diretamente) com a consciência racionalizada. A auto-consciência, ou o superego, se assim preferir o leitor, mais que a definição da não-reação, quando essa fosse possível, permitiria a opção pelo questionamento e mesmo a negação da reação indevida. Tomar simplesmente, o riso/ sorriso, neste caso, diante de uma comunicação preconceituosa, por exemplo, como sinal incontestado de um juízo “racionalmente” questionável seria, acreditamos, um erro, do mesmo modo que negar “universalmente” o discurso da consciência do erro de um indivíduo que tomado pela fúria agredisse uma outra. No entanto, faz-se necessário pontuar que o riso/ sorriso, em casos semelhantes, poderia indicar um processo de socialização a figurar elementos em diapásão com o discurso da comunicação risível “pré-conceituosa”.

“Os preconceitos são um tipo de aprendizado emocional que ocorre na tenra idade, o que torna difícil erradicar esse tipo de reação, mesmo em pessoas que, adultas, acham errado tê-la”. (GOLEMAN, 1995: 171)

Seria preciso compartilhar para rir/ sorrir “com”. Um homossexual, por exemplo, que não somente risse, mas contasse “piadas” que depreciassem os homossexuais, poderia tanto partilhar da visão de mundo heterossexual “machista” como também estar procurando marcar os limites do que considerasse um comportamento homossexual “correto”, de acordo com a sua percepção dos padrões de comportamento mais gerais e sua visão de mundo. Um grupo que se “divertisse” contando “piadas”, assim considerado, compartilharia um universo de

idéias, sentimentos e valores, e essa “diversão” poderia ser entendida como um “rito de reforço”.

“É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transformam-se num grupo e podem viver juntas sentindo-se parte de uma mesma totalidade. Podem assim, desenvolver relações entre si porque a cultura lhes forneceu normas que dizem respeito aos modos mais (ou menos apropriados) de comportamento diante de certas situações. Por outro lado, a cultura não é um código que se escolhe simplesmente. É algo que está dentro e fora de cada um de nós, como as regras de um jogo de futebol, que permitem o entendimento do jogo e a ação de cada jogador (...)”. (DAMATTA, 1986: 123)

O riso e sorriso fortaleceriam, assim considerado, os sentimentos de solidariedade e reforçariam o espírito corporativo, figurando como importantes elementos de identificação com o grupo social.

“(...) o espaço da relação é o da construção, por parte do sujeito comunicante, de sua identidade, como enunciador e a de seu destinatário, reconhecendo força ou aliança, exclusão ou inclusão.” (RAMOS, 2001: 101)

Para Goffman, existiriam duas formas de identidade social: a identidade social virtual – o caráter que imputamos aos indivíduos e a identidade social real - atributos que eles na verdade possuiriam (GOFFMAN, 1978: 12). Considerada esta distinção, fica clara a significativa posição do riso/ sorriso na formação de ambas, uma vez que a identidade social virtual participaria na formação da identidade social real.

“As identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. No caso da identidade pessoal, esses interesses e definições podem surgir antes mesmo de o indivíduo nascer e continuar depois dele ter sido enterrado, existindo, então, em épocas em que o próprio indivíduo não pode ter nenhuma sensação inclusive as sensações de identidade. Por outro lado, a identidade do eu é, sobretudo, uma questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser experimentada pelo indivíduo cuja identidade está em jogo.” (GOFFMAN, 1978: 116)

O risível poderia, assim, ser entendido em termos de seu efeito criador e reforçador dos elementos culturais e ideológicos, já que, para alcançar seu efeito a comunicação risível necessitaria exprimir as concepções partilhadas pelos membros do grupo.

“A comodidade de suas vidas de casadas dificultava-lhes “começar de baixo”. “Trabalhar para alguém não é comigo”, comentou Lynann acrescentando que o maior proveito que tirara de trabalhar fora era o reconhecimento de que não desejava empregar-se como subordinada. “Quero alguma coisa a nível de gerência. Quero ser eu a dar ordens”. (Ao que as demais riram novamente).

E ela consideraria a hipótese de fazer pós-graduação a fim de realizar seu sonho? Bem, não, nem tanto. Estava interessada num “cursinho” de que ouvira falar e que lhe proporcionaria “certos instrumentos e formas de me apresentar de modo a parecer sabida” (mais risadas)”. (DOWLING, 1988: 48)

Além disso, elas surgiriam espontaneamente em reuniões (saídas com amigos, visitas familiares, almoços coletivos etc.) que não necessariamente comemorariam ou celebrariam alguma coisa, podendo ser entendidas enquanto para “reforço de amizade”.

“Passer o olhava nos olhos com seu olhar brilhante, acima do qual a lembrança da cabeleira era desenhada por três fios prateados.

Jan prosseguia:

- Você conhece a história do lorde inglês?

Passer bateu com o punho sobre a mesa e disse que não conhecia essa história.

- Após a noite de núpcias, um lorde inglês disse para a mulher: “Lady, espero que você esteja grávida. Não gostaria de repetir uma segunda vez esses movimentos ridículos”.

Passer sorriu, mas sem bater com punho sobre a mesa. Essa anedota não era daquelas que suscitavam seu entusiasmo.

Jan prosseguiu:

- Que não venham me falar de revolução mundial! Vivemos uma grande época histórica em que o ato sexual se transforma definitivamente em movimentos ridículos.

Um sorriso de traçado delicado surgiu no rosto de Passer. Jan Conhecia bem esse sorriso. Não era um sorriso alegre nem aprovador, mas o sorriso da tolerância. Eles sempre tinham ficado muito afastados um do outro e, nos raros momentos em que a diferença entre eles se manifestava de maneira muito visível eles se dirigiam mutuamente esse sorriso para assegurar que a amizade entre os dois não estava em perigo”. (KUNDERA, 1978: 203)

O estudo do riso e do sorriso também poderia em muito contribuir na compreensão da dinâmica social de reconhecimento e exclusão. Nas comunicações risíveis a sociedade expressaria sua pluralidade de forma “não velada”, seriam elas “representações coletivas que exprimiriam realidades coletivas” (DURKHEIM, 1996: 16), e como tais, permitiriam uma análise pelas ciências sociais, principalmente, se considerado o fato de que as sociedades não produziram apenas homogeneidades, mas também sistemas de diferenças internas, resultantes de múltiplas conjunções (RODRIGUES, 1989: 178) de grupos, classes de idade, sexos, parentesco, papéis sociais etc., onde o risível apresentaria múltiplas dimensões e variações.

“O humor gera uma simpatia, vinda da solidariedade diante das desgraças e dificuldades do grupo social, profissional, humano. É então que se percebe a dimensão defensiva do humor, arma protetora contra a angústia. (...) A dimensão do humor como defesa coletiva aparece, especialmente, nos humores profissionais, reações de auto-derrisão de um grupo, que tem por finalidade marcar sua originalidade, sua diferença, reforçar o espírito corporativo vacinando-se pelo riso contra os próprios defeitos. Cada corporação tem seu registro de blagues para uso interno: o mundo da medicina, o da justiça, o do ensino e tantos outros, sem esquecer as brincadeiras clericais que esmaltam as reuniões dos presbitérios e afugentam os paroquianos.” (MINOIS, 2003: 557)

Nos discursos de intenção risível podemos perceber como é enquadrado o estereótipo do outro, seja este, o aleijado, o louco, o negro, a mulher etc., de comportamento e condição não conforme aos padrões reconhecidos como “normais” ou “adequados” pelo modelo de percepção do mundo daqueles que “acham graça”. Além disso, para que se ria/ sorria de uma “piada” onde seja clara a intenção de estabelecer o limite nós-outros seria preciso uma indiferença emocional, ou seja, não se angustiar ou penalizar pela condição ou situação do outro.

O pretinho estava brincando com umas tintas, e resolveu se pintar de branco. Saiu correndo pra mostrar pra mãe:

-Mãe, olha só!!! Eu sou branco, eu sou branco!!!

- Larga de ser retardado moleque!!! Seu idiota!!! E desceu a mão no pretinho...

Aí ele correu pro pai:

- Pai, olha só!!! Eu sou branco, eu sou branco!!!

- Deixa de ser mongolóide, seu palhaço!!! E deu uma porrada no menino...

Aí o pretinho saiu correndo e encontrou o tio:

- Tio, olha só!!! Eu sou branco, eu sou branco!!!

- Pára com isso seu doente!!! E deu umas bicudas no garoto...e o pretinho, indignado, pensou:

"- Porra... não faz nem um minuto que eu sou branco, e já tô morrendo de ódio dessa cambada de preto filha-da-puta!!!

Num circo de segunda categoria, o descuidado domador deixa a porta da jaula aberta e a certa altura do espetáculo, um dos leões escapa e vai caminhando lentamente em direção ao público.

No mais completo desespero, a multidão começa a correr para todo lado e só um aleijado fica ali parado, suando em bicas, a poucos metros da fera.

Ao perceber a tragédia iminente, a turma começa a gritar:

- Olha o aleijadinho! Olha o aleijadinho! Enfurecido, o aleijadinho responde:

- Pô! Deixa o leão escolher!

Poder-se-ia, considerados estes pontos, a nosso ver, compreender de forma mais eficiente, através do estudo das reações risíveis, o significado social real de determinadas situações e apreender de forma mais completa a visão de mundo dos membros de um grupo

ou sociedade qualquer, já que os objetos tradicionalmente utilizados pelas ciências sociais, como as declarações e afirmações discursivas, por assim dizer, por exemplo, atenderiam a uma série de convenções e regras, passando tanto pela crítica da consciência quanto pelo receio de uma reprovação social ou pelo imperativo lógico. O estudo do universo risível, acreditamos, poderia, assim visto, consideradas as limitações heurísticas da apreensão isolada de objetos analíticos, em muito auxiliar na compreensão dos processos de socialização e construção identitária, uma vez que capaz de revelar nuances novas e sinuosidades sobre a realidade comportamental humana, mesmo em sentido sincrônico, uma vez que o risível 1) seria menos sujeito à idealizações que o não risível, uma vez que sua sobrevivência dependeria muito mais diretamente da reação imediata, poderíamos dizer, quase que espontânea e 2) seria tradutor do possível dentro de um dado espaço/ tempo, uma vez que alimentado pela manifestação civilizatória de seu tempo, e nele estariam refletidos os modos de pensar, sentir, interpretar e viver de seu contexto de figuração, com suas tradições, conflitos, ideais e limitações.

Comunicações, cenas e situações somente tornar-se-iam risíveis com a entrada do receptor e sua bagagem cultural. Uma vez realizada esta operação, poderiam passar a figurar enquanto guias para a percepção da formação e transformações na visão dos indivíduos sobre o “outro”, ou melhor, dos modelos de percepção do mundo que estes indivíduos aplicariam a tudo e a todos, considerados os indivíduos enquanto atores/ autores, pois os papéis por eles desempenhados não seriam, em sua totalidade, impostos pela sociedade, mas construídos a partir das interações cotidianas, através da interação e interpretação de normas, ajustes e modificações, pois seria através do sentido que os indivíduos atribuem aos objetos, às situações ou aos símbolos que os cercam, que eles construiriam seu mundo social (COULON, 1995: 15). O receptor de uma comunicação, apreendendo-a enquanto risível, realizaria, através de associações, a significação da mesma, podendo ser exigido dele outras formas de percepção que não as diretamente envolvidas e exigidas pelo meio, para que a coerência (inter) textual/ perceptiva seja garantida (assim como o riso/ sorriso), além de um trabalho de interpretação a partir do qual os indivíduos procurariam apreender percebido. O verdadeiro “herói” de uma comunicação risível seria, assim considerado, o próprio receptor ou comunicador, que estabeleceria as relações contidas na comunicação. As comunicações risíveis representariam, dessa forma, parte da performance identitária que indivíduos específicos realizariam em seu cotidiano, a fim de encontrar o instrumental necessário para perceber o mundo e dar-lhe sentido.

“Ontem de noite, por exemplo, tive o prazer de receber um pontapé na bunda (...) Cheguei atrasado, bem depois da hora do toque de recolher... Fui entrando de mansinho, pela ala lateral, e de repente me vi colhido em cheio pelo clarão de uma lâmpada elétrica... o sentinela começou a berrar, me ameaçando com a baioneta. Compreendi que não tinha intenção de cravá-la na minha barriga, mas que estava com a idéia de me dar uma estocada no traseiro: só esperava que eu ficasse de costas. Me virei de vagar, sentindo mais do que nunca a sensação nítida e forte de todo esse peso de carne impotente que a gente carrega bem embaixo do lombo. Finalmente, recebi um pontapé violento que me jogou contra a porta. Ainda ria quando entrei no dormitório. Disse aos companheiros: “ Acabo de levar um chute no rabo que só vendo!” e todos caíram na maior gargalhada.” (Trecho de uma carta de Jean-Paul Sartre a Simone de Beauvoir. Citado por COHEN-SOLAL, 1986: 213)

A difusão de uma “piada”, por exemplo, dependeria do contexto social, sendo que o ambiente afetaria a maneira pela qual o indivíduo exposto à mesma reagiria, uma vez que a reação risível poderia ser coibida ou transformada em função deste ambiente; e os grupos onde “piadas” são contadas, ou re-contadas, independente de sua fonte, constituir-se-iam, dessa forma, de fundamental significância, exemplificando, em sua condição mais elementar e ideal, o ambiente propício ao riso/ sorriso. O riso e sorriso conseguiriam penetrar em praticamente todos os espaços sociais (naturalmente com a adequação de conteúdos comunicacionais e ressalvadas situações específicas), desde que os indivíduos partícipes fossem possuidores dos mesmos pontos de vista, ou ao menos que estes se aproximassem e/ou, ainda que apenas momentaneamente, partilhassem um mesmo “estado emocional”.

“Tibério Vacariano ergue-se do banco onde está quase deitado e, espumando na comisura dos lábios, o punho erguido, grita, dirigindo-se à multidão em torno:

- Não tenho de prestar contas a ninguém da minha vida particular! Não admito que botem cadeado com chave na minha... no meu... nessa coisa que hoje em dia chamam de sexo mas que no meu tempo tinha outro nome. Sou dono de todas as minhas partes!

Rompem gargalhadas nas árvores, mas o resto da multidão se mantém num silêncio soturno e meio amedrontado. (VERÍSSIMO, 1995: 365) (Na praça de Antares, diante do coreto onde os “cadáveres” discursavam)

Estes partilhamentos seriam resultado de uma conjunção de posições, (por exemplo, ser mulher, ser dona de casa, situar-se em certo ponto da hierarquia social, viver em certo lugar geográfico, ter certa idade, ser mãe etc. cada um deles atuando empiricamente com pesos diferentes) (RODRIGUES, 1989: 177) para cada indivíduo em cada ocasião, além de um processo de socialização que os aproximasse.

“As entregas dos prêmios”, diz, “são precedidas do sacrifício expiatório. O mais jovem dos professores arca com todos os pecados cometidos durante o ano e faz penitência pública: é o que se chama de discurso de praxe. Pronunciada a última palavra, completa-se a purificação: desse modo, cada ano, todos os liceus da França iniciam, em estado de graça, o novo ano escolar. Esse castigo é menos penoso para o bode expiatório do que para os que são obrigados a ouvi-lo: ele ao menos pode escolher o assunto, que basta que tenha uma relação qualquer com o objetivo da cerimônia. Faço uso do meu direito: vou falar de cinema.” Sorrisos, risadas, interesse nas fileiras de alunos sentados pela ordem, nas partes laterais. Consternação, constrangimento, silêncio, nas fileiras ocupadas pelos pais, no centro. (COHEN-SOLAL, 1986: 120) (Sartre em discurso no Liceu de Harvre em 12 de julho de 1931- Cerimônia ritualística e tradicional de entrega de prêmios aos alunos que se destacaram)

Um comentário jocoso, por exemplo, seria muito menos “perigoso” com relação ao despertar de uma reação defensiva ou contra-ofensiva imediata por parte daqueles depreciados, que um discurso sério onde o conteúdo fosse exatamente o mesmo. As comunicações de intenção risível em geral seriam, assim visto, uma espécie de instrumento para se declarar aquilo que de forma séria não se poderia defender em público, ou seja, a verdadeira opinião daqueles que “achariam graça”, uma vez que as comunicações “sérias”, além de passarem pela crítica da consciência, esbarrariam ainda no receio, inconsciente ou não, de uma reação reprovadora mais acentuada. As comunicações risíveis onde são necessárias certa discrição e isolamento do grupo ouvinte ou a exclusão de alguém próximo que não poderia ou deveria ouvir (como negros em “piadas” sobre negros) seriam um exemplo claro desta situação. Também os anúncios prévios como: “preconceituosa, mas engraçada”, “humor negro” etc. - ou onde em encenações/ humorísticos profissionais figure um personagem colocado para justamente representar o senso comum politicamente correto, personificando a reprovação social, seriam representativos deste estado de coisas.

Segundo Umberto Eco (1976: 78) o local, o momento onde é pronunciada a frase, a audiência a que se dirigiria, garantiriam, à comunicação, uma certa unidade de campo. Assim como a literatura e a propaganda, as imagens e comunicações risíveis através de processos de identificação, conseguiriam “agir” sobre os receptores. O discurso neste caso representaria ideais já existentes, ao mesmo tempo em que contribuiria para a assimilação daqueles que interessassem ao produtor ou reproduzidor da comunicação. Assim considerado, o efeito risível deve ser entendido enquanto construído através dos discursos, dado que somente a assimilação cognitiva (consciente ou não) seria capaz de transformar um conjunto de coisas confusas e infinito, em termos de sua associação e ordenação elementar, na realidade viva do riso/ sorriso.

A experiência “clássica” do riso/ sorriso por si, não envolveria nenhuma interrogação/ reflexão sobre a realidade ou plausibilidade do objeto risível. A reação risível seria uma percepção imediata evidente por si, que não comportaria, no momento mesmo de sua eclosão, reflexões sobre falsidade ou veracidade, uma fruição a bloquear idealmente a consciência pessoal, a harmonizar-se, em alguns casos, com muito daquilo que conscientemente poderíamos nos esforçar para negar, como, por exemplo, o homofobismo. Não consistiria a reação risível em um simples e mecânico reflexo, mas resultaria de processos cognitivos de assimilação (às vezes involuntários e não conscientes) e interpretações conscientes (considerando a interpretação enquanto um colocar-se sob um ponto de vista que não necessariamente o seu. Uma busca por analogias e/ ou soluções, com interrogações e descobertas; um adequar-se ou não a uma coerência moral e comportamental interior) e/ ou simulação também consciente. Apreender algo implica sempre em acionar mecanismos mentais de reconhecimento, gosto, predileção e etc. É sempre assimilar através de um prisma, guiado pela série complexa de conaturalidades pessoais, sendo o efeito de tal assimilação o reflexo de uma inclinação (mesmo que conscientemente negada), indicador de um temperamento e de uma “cosmovisão”. Um mecanismo sempre a trabalhar com três principais elementos diante de um objeto: a recepção imediata, o empenho mental analógico e a reação/ não reação exteriorizada. Embasada esta pontuação na consideração da plasticidade da mente, hábil em fender-se aos incitamentos do ambiente assim como apta a recuperar-se em seu equilíbrio depois do impacto do novo; e admitir, em corporação, este novo em seu sistema comportamental reflexo/ espontâneo (mesmo considerada a “conservação imobilizante do hábito formado, a tornar difícil a incorporação e abertura a novas possibilidades); visto que a reação risível não deve ser considerada apenas enquanto imediata/ mecânica reação a algo presente, uma vez que uma lembrança, associada à disposição intelectual e sentimental adequadas, que nos permita voltar à comunicação inaugural, ou mesmo uma atitude de autônoma intenção criativa, igualmente, poderiam deflagrar a reação risível.

A possibilidade do riso/ sorriso, assim, caminhará mais próxima do hábito constituído, apenas se ligando à novidade em momentos pontuais e extraordinários. Mesmo considerado o lugar da surpresa cognitiva na produção da reação risível/ “sorrisível”, o riso/ sorriso estaria inevitavelmente ligado ao reconhecimento espontâneo da natureza de seu objeto, ao domínio do “frequente”, muitas vezes confundido com o do “sempre” (verdade eterna, universal e inquestionável), dada a proximidade na compreensão entre hábito e natureza, considerando-se principalmente o círculo de formação dos indivíduos, com especial atenção dirigida ao partilhamento de lazeres, educação formal e convívio familiar, ou seja, o

que aproximaria indivíduos com relação aos seus “gostos”, visão e atitude diante do universo possível de configurações experienciais. Assim, não nos esquecendo que cada um de nós tem o seu crítico próprio (ou alter-ego, como preferia Freud), e consideradas as infinitas contingências contextuais coibidoras, quando da certeza ou suposição do compartilhamento de visão de mundo (idéias do outro enquanto similares às suas) o indivíduo se arriscaria (consciente ou não) a comunicar o que considera risível/ “sorrisível”, ou seja, ele ri/ sorri.

Posto isso, e considerando a articulação de dois elementos em especial, sejam, a transmeabilidade e perenidade identitária (mesmo considerado o enrijecimento das identidades) e a manutenção de uma multiplicidade de processos de construção socializante de sujeitos plurais, podemos apreender não uma singularização absoluta (segmentaria, individual e isolada) do risível, mas em meio às diferenças e eventuais oposições entre universos simbólicos e institucionalizados, e visões de mundo, podemos perceber o sincretismo cultural dado a partir de uma verdadeira dialética socializante. Daí mesmo a quase universalidade de leitura de algumas estruturas comunicacionais como risíveis.

O universo do riso/ sorriso, incluído aqui, é claro, o espaço de sua figuração empírica, seria uma importante dimensão da vida social, capaz de contribuir sua apreensão, por exemplo, em estudos de abrangência e extensão de preconceitos em distintas sociedades (a servir, sugerimos, a estudiosos e pesquisadores, como instrumento capaz de mensurar a dinâmica social de preconceito e discriminação). Neste sentido, alguns esforços empreendidos merecem ser destacados, entre eles o de Radcliffe- Brown, em especial com relação ao exposto em seu estudo "Structure and Function in Primitive Society", de 1959, na “Nota adicional sobre as relações burlescas”, onde o autor destaca a significância das “relações jocosas” no construção de relações de associação e dissociação entre grupamentos humanos distintos, assim como a importância destas “relações” na manutenção de alianças no interior mesmo destes grupamentos; e mais próximas de nós, considerações, mesmo que carentes de profundidade, a reconhecer o lugar do risível na dinâmica social (neste caso principalmente enquanto simples indicativo) de preconceito e discriminação racial, como em Donald Pierson; e mais recentemente Laura Moutinho, ao ensaiar uma contribuição (talvez mais uma sugestão) de que o uso de textos jocosos (“piadas” como a autora prefere), acima do contexto de ação e reação imediatas (ofensas e reações em graus os mais variados) poderiam contribuir no estabelecimento da própria hierarquia racial.

Um último ponto que gostaríamos de tratar neste capítulo seria a relação significativa entre o “brincar” e a figuração do riso e do sorriso. Brincando, a criança aprenderia a viver no mundo, justamente porque fingiria aquilo que depois seria obrigada a executar de verdade.

“É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos”. (VIGOTSKI, 2003: 126)

A capacidade de rir/ sorrir das crianças caminharia “pari passu” com a capacidade de brincar. O riso/ sorriso, diretamente ligado ao prazer sentido, marcaria a identificação e a adesão ao contexto marcado pelo divertimento e pela alegria. O assentimento à brincadeira cobraria a performance compatível com risos, gargalhadas e gritos de alegria.

“A jocosidade é definida pelo tom de brincadeira e gratuidade das situações nas quais as categorias são empregadas, enquanto a hostilidade é expressa pelo caráter de desvalorização nelas implícita (...)” (MENEZES, 1976: 53)

Nas brincadeiras infantis as crianças sentir-se-iam membros de um grupo muito antes de poder racionalmente tomar consciência de algum tipo de pertencimento identitário. Assim, considerando-se o que em termos já se tornou lugar comum, seja, que as brincadeiras seriam ensaios para os futuros papéis a serem desempenhados, sem dificuldade podemos apreender as primeiras nuances de determinação identitária nesses divertimentos. Zombando daquilo que é diferente (por exemplo, os olhos de um garotinho oriental ou a lentidão de outro mais “gordinho”) ou rindo-se enquanto grupo depois de um final feliz que poderia ter tido um desfecho diferente, o riso/ sorriso desempenharia um papel de inquestionável significação na construção identitária.

“No brinquedo, a criança projeta-se nas atividades adultas de sua cultura e ensaia seus futuros papéis e valores. Assim o brinquedo antecipa o desenvolvimento; com ele a criança começa a adquirir motivação, a habilidades e as atitudes necessárias à sua participação social, a qual só podem ser completamente atingidas com a assistência de seus companheiros da mesma idade e mais velhos.” (Steiner e Souberman em VIGOTSKI, 2003: 173)

Com o passar do tempo o “mundo perceptualmente dominado da criança” converter-se-ia no “mundo conceptual do adulto” (TURNER, 1976: 88), ou seja, desenvolver-se-ia a capacidade de ordenamento e categorização dos estímulos perceptuais. Parafraseando Turner (TURNER, 1976: 88), para se entender que o rir é distinto de permanecer “sério”, deve estar formada a noção do riso/ sorriso. O risível, que nos primeiros anos da infância estaria muito

ligado ao real (mais à realidade do riso/ sorriso percebido no outro que à realidade do conteúdo comunicativo), com o desenvolvimento do potencial cognitivo da criança, se aproximaria do imaginativo, não exigindo a plausibilidade, o senso de proporção ou mesmo a realidade. A criança construiria sua identidade, através do aprendizado, de várias maneiras. Brincando, no entanto, seria o modo mais natural. As brincadeiras infantis, incluídas atividades tanto físicas como mentais, seriam a maneira de sentir o mundo e descobrir seu lugar neste. Inicialmente, nos primeiros anos da infância, o potencial de processamento e leitura do risível seria, claro, incipiente, mas com o incremento experiencial e o desenvolvimento das estruturas cognitivas, a criança caminharia para o alcance de um estágio mais avançado de assimilação do universo risível de seu meio direto de convivência, a atingir um escopo de compreensão “otimizado” nos anos finais da adolescência.

6. Sob o olhar bourdiesiano

“Eu não interpreto, porque me sinto em casa na imagem presente.”
(Ludwig Wittgenstein)

“Rimos e riremos, porque a seriedade sempre foi amiga dos impostores”. (Foscolo)

Neste último capítulo, que pode ser entendido enquanto local de convergência do até aqui desenvolvido, procuraremos apresentar uma focalização perspectiva direcionada do objeto por nós enfocado neste estudo. Diferente do empreendido até aqui, onde procuramos apreender o riso/ sorriso e o risível/ “sorrisível” sem nos atermos a uma perspectiva teórico/metodológica específica, nosso objetivo neste capítulo é apresentar uma análise de nosso objeto de estudo sob uma ótica que, em nosso entendimento, possibilitaria uma apreensão heurísticamente produtiva e sintética, coerente com os pontos conclusivos até aqui apreendidos, seja, a praxiologia de Pierre Bourdieu (1930-2002). Apesar de nunca ter-se dedicado ao estudo específico do riso e do risível, a obra de Bourdieu mostrou-se adequada a esta empresa por uma série de razões, entre as quais destacamos: 1) O rigor analítico de sua construção; 2) a utilidade e adequabilidade das noções operatórias nela desenvolvidas para a ampliação do entendimento sobre nosso objeto; 3) o trânsito entre o universo micro e macrosociológico; e 4) a permeabilidade à transdisciplinaridade. Preferimos falar em apropriação, claro, intelectualmente honesta, da obra de Bourdieu mais que em aplicação simples de seus construtos analítico/ teóricos, considerada a liberdade com que transitamos em seu universo conceitual, e o fato de Bourdieu não ter se dedicado ao estudo do objeto por nós tomado para análise. Neste sentido, nas linhas que seguem o leitor poderá estranhar e considerar até mesmo inadequadas estas apropriações. Acreditamos, no entanto, termos tido sucesso nesta empresa, pautada principalmente pelo respeito ao sentido e entendimento de Bourdieu das dinâmicas e processos sociais, na utilização de seus conceitos, que pode ser entendida enquanto apropriação conceitual tópica, ou seja, caracterizada pela explicitação de sua utilização (conceitos como o de *habitus*, estrutura social e capital cultural), e na utilização sistemática do *modus operandi* de suas teorizações (pensar relacional, análise reflexiva, etc.). Autor crítico e fecundo Pierre Bourdieu destaca-se entre os sociólogos da segunda metade do século XX, principalmente, pela característica instrumental de sua obra, a profundidade e rigor de sua análise e a coerência de sua formulação. Uma vez não ser nosso objetivo aqui a análise aprofundada de sua vasta produção, procuraremos, antes de iniciarmos mais propriamente nossa análise, explicitar, na medida em que consideramos útil e necessário à leitura desta, alguns pontos centrais do pensamento de Bourdieu.

Para Bourdieu a construção do objeto seria a operação mais importante para a realização da pesquisa, teoria e metodologia devendo caminhar unidas, uma vez que não constituiriam instâncias separadas na prática científica. Seria preciso segundo Bourdieu, (o que em muito nos inspirou, e acreditamos ter ficado claro neste nosso estudo) em cada caso, mobilizar todas as técnicas que possam parecer pertinentes, dada a escolha do objeto.

“O cume da arte em ciências sociais, está sem duvida em ser-se capaz de por em jogo coisas teóricas muito importantes a respeito de objetos dito <empíricos> muito precisos, freqüentemente menores na aparência, e até mesmo um pouco irrisórios.” (BOURDIEU, 1998:20)

Trabalho considerado por Bourdieu de “grande fôlego”, o programa de observações e análises, deve, para ele, se realizar pouco a pouco, com retoques, correções e emendas. Bourdieu propõe, assim visto, uma ruptura com os tradicionais métodos de pesquisa sociológica, ao propor uma liberdade total na escolha dos métodos, técnicas e instrumentos sociais a serem utilizados na produção da pesquisa social. A pesquisa sociológica para ele deve estar atenta à recepção dos problemas oriundos do meio social (segundo ele entrariam por contrabando) já que não se constituiriam verdadeiros problemas sociais, uma vez que produzidos pela consciência social do momento, não sendo relevante historicamente.

“Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contra partida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego.” (BOURDIEU, 1998: 26)

Dentre os muitos conceitos conhecidos referenciados, construídos, desenvolvidos ou apropriados por Bourdieu figuram destacados, e em nossa empresa, de modo explícito ou não, faremos uso, as noções de 1) *habitus*; 2) reprodução; 3) capital cultural; e 4) força simbólica. Procuraremos, de modo resumido, afim de instrumentalizar o leitor não familiarizado e deixar claro o sentido de nossa leitura, explicitar o entendimento e o sentido atribuído a estas por Pierre Bourdieu.

Dentro da praxiologia bourdiesiana, entendida como “(...) uma antropologia universal que recupera (entre outras coisas) a historicidade, portanto, a relatividade das estruturas cognitivas, sempre sublinhando o fato de que os agentes põem universalmente em prática estruturas históricas” (BOURDIEU, 1994:160) figura, nesta, como uma realidade, o *habitus*, que seria um modo de existência da história feito coisa, instituição objetivada, e história feito corpo, instituição incorporada (BOURDIEU, 1994: 160). Para Bourdieu o *habitus* seria um “conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista). O *habitus*, a *hexis*, indicaria a disposição incorporada, quase postural de um agente em ação (BOURDIEU, 1998: 61). O *habitus* seria uma espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (BOURDIEU, 1994: 42). Para Bourdieu seria o *habitus*, como estrutura estruturada e estruturante, que engajaria, “nas

práticas e nas idéias, esquemas práticos de construção, oriundas, elas próprias do trabalho histórico de gerações sucessivas (...)” (BOURDIEU, 1994: 158).

Essa teoria da prática, para Bourdieu, possibilitaria fundamentar antropologicamente a lógica real da reprodução social: longe de ser o produto de um processo mecânico a reprodução da estrutura só se realizaria com a colaboração de agentes que incorporariam a necessidade sob a forma de *habitus* e que ainda seriam produtores, mesmo que, consciente ou inconscientemente, reprodutores. (BOURDIEU, 1994: 160)

“Podemos compreender que o ser social é aquilo que foi, mas também aquilo que uma vez ficou para sempre inscrito não só na história, o que é óbvio, mas também no ser social, nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 1998: 100).

Para Bourdieu certos *habitus*, entendidos enquanto disposições incorporadas revestidas de todos os signos do natural, ajustadas às pressões objetivas de que seriam produto e que implicariam uma aceitação tácita dessas pressões achariam condições de realização e desenvolvimento em certos contextos de estruturas objetivas (BOURDIEU, 1998:155). Seria através do adestramento dos corpos que se imporiam as disposições mais fundamentais, as que nos tornariam inclinados e aptos a viver em sociedade, sendo que a constância do *habitus* seria um dos fatores mais importantes da relativa constância da estrutura, entendida esta enquanto determinada no espaço e no tempo (não-universal), produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação, constituída continuamente, sincrônica e inconsciente, mas histórica, contextual e geradora (como a estruturação do *habitus*) (BOURDIEU, 1987:147). Assim, as disposições seriam para Bourdieu (2003: 55) inseparáveis das estruturas que as produziriam e as reproduziriam, trazendo a marca da razão sem serem o produto de uma meta racionalizada ou, ainda mais, de um cálculo racional, ou seja, seriam habitadas por uma espécie de finalidade objetiva sem serem conscientemente organizadas em relação a um fim explicitamente constituído; “inteligíveis e coerentes sem serem provenientes de uma intenção inteligente e de uma decisão deliberada”(…), “ajustadas ao futuro sem serem o produto de um projeto ou de um plano”. (BOURDIEU, 1998: 83)

“As disposições constitutivas do *habitus* que estão duravelmente inculcadas pelas condições objetivas e por uma ação pedagógica tendencialmente ajustada a essas condições tendem a engendrar expectativas e práticas que são objetivamente compatíveis com essas condições e previamente adaptadas às suas exigências objetivas (...)” (BOURDIEU: 1998: 85)

Uma das funções da noção de *habitus* seria a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. O *habitus* seria o princípio gerador e unificador que retraduziria as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas. Para Bourdieu o conceito de *habitus*, assim como os de campo, interesse ou *illusio*, capital simbólico, seriam indispensáveis para pensar a racionalidade social. Quando as representações oficiais daquilo que um homem é oficialmente em um espaço social dado transformam-se em *habitus* elas se tornam o fundamento real das práticas. (BOURDIEU, 2000:150)

Os esquemas de pensamento e percepção seriam, em cada momento, produto das opções anteriores transformados em coisas (BOURDIEU, 1998: 101). O pesquisador, tomando como base, essa visão, deveria, para Bourdieu, indicar as diferenças reais que separariam tanto as estruturas quanto as disposições (*habitus*) e cujo princípio seria preciso procurar não na singularidade das naturezas, ou das almas, mas nas particularidades de história coletivas diferentes. (BOURDIEU, 1998:15)

Para Bourdieu, o capital cultural existiria sob três formas, a saber: 1) No estado objetivado; 2) sob a forma de bens culturais; no estado institucionalizado; e 3) no estado incorporado. Capital cultural, no sentido a ser utilizado neste estudo, e por nós apropriado de Bourdieu, refere-se ao seu estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo, estando sua acumulação diretamente relacionada à incorporação, pressuposto um trabalho de inculcação e assimilação, podendo ser adquirido, no essencial de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanecendo marcado por suas condições primitivas de aquisição. (BOURDIEU, 1998: 75)

“Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do sujeito sobre si mesmo (fala-se em cultivar-se). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa, um *habitus*”. (BOURDIEU, 1998: 74-75)

Bourdieu adverte que o capital cultural somente existiria e subsistiria como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado e utilizado pelos agentes.

“O capital cultural incorporado pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais”. (BOURDIEU, 1998: 74)

Já a força simbólica seria para Bourdieu um modo de poder que se exerceria sobre os sujeitos, de modo direto, independentemente de coação física, operando somente em presença de predisposições destes e sendo empreendida através de meios simbólicos. As relações lingüísticas seriam sempre, por exemplo, relações de força simbólica, através das quais as relações de força entre os sujeitos seriam expressas. Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescentaria sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU, 1975: 19)

“A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles e naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por elas capturados. Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de intenções permeadas pelas estruturas de dominação”. (BOURDIEU, 2003: 51)

Fugindo à análise da estrutura interna das comunicações de efeito risível, neste capítulo apreenderemos o risível enquanto alegoria que simularia a estrutura real das relações sociais, ou seja, enquanto figuração/ composição arbitrária e social, a legitimar a ordem social. O risível (entendido em suas duas formas, ou seja, no estado incorporado, sob a forma de disposições duráveis e no estado objetivado) teria sua existência, acreditamos, determinada pelo social, ou seja, seriam as relações sociais entre os sujeitos que serviriam de base e modelo para a estruturação do risível, não sendo a construção das estruturações de intenção risível, em princípio, consciente e intencional. Nossa análise pautar-se-á, assim, na idéia central de que o risível deve ser explicado pela correspondência entre duas estruturas homólogas, a estrutura do objetivado, entendido em sentido amplo, ou seja, compreendidas

situações, cenas, textos discursos e etc. (e de modo mais generalizado, gêneros, formas, estilos, temáticas recorrentes e etc.) e a estrutura cognitiva dos sujeitos. Procuraremos explicitar tanto seu caráter arbitrário e contingente como também sua necessidade sócio-lógica.

Acreditamos, o risível não poderia ser definido por qualquer princípio lógico/estrutural a priori, uma vez que construção social arbitrária, ou seja, não poder-se-ia buscar seu entendimento sem fazer uso de um referente sociológico e, a *fortiori*, psicológico. O risível adviria da incorporação das estruturas sociais, sendo continuamente reforçado pelas reações do outro e transmitido de modo não institucionalizado, aquém da consciência e do discurso, escapando em grande medida à tomadas de controle consciente. A estruturação e a qualificação do risível são aqui entendidas enquanto produto humano, bem distantes de essências saídas prontas do cérebro humano. As comunicações “risíveis” seriam, assim considerado, ficções sociais sem outro fundamento que a própria realidade. O mundo social proporia e disporia de múltiplos tipos de instituições e mecanismos de totalização e de unificação do eu (tendentes a identificar a normalidade com a identidade), entre os quais figuraria, em nosso entendimento, o risível.

As relações de exclusão - inclusão, nós - outros, adequado - inadequado que podem ser apreendidas nas comunicações “risíveis” informariam o arcabouço da organização social com suas ideologias, divisões e preconceitos. As comunicações “risíveis” uma vez que lugares de fixação ideológico-consensual legitimariam e sancionariam a ordem social. O riso reforçaria simbolicamente a estrutura social, retomando ou recortando o discurso dominante.

O riso emergiria da relação sintônica entre o conteúdo da comunicação - por intermédio do *habitus* (que completaria o movimento de interiorização de estruturas exteriores), entendido este na acepção bourdiesiana enquanto um sistema de disposições (incorporadas ajustadas às pressões objetivas de que seria produto) duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas funcionaria como uma matriz de percepções, apreciações e ações do receptor (que exteriorizaria os sistemas de disposições incorporadas) e uma conjuntura (condições de atualização deste *habitus*).

“O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. (BOURDIEU, 1996: 22)

O risível seria um fato social cuja necessidade derivaria de uma instituição arbitrária. O risível impor-se-ia como uma necessidade arbitrária do normativo. Quanto maior a distancia entre os *habitus* constituídos, tanto mais ampla a possibilidade de ineficácia reacional e re-interpretação. A consideração do arbitrário do risível, no entanto, não deve ser confundida com gratuidade, posto que este emergiria enquanto sociologicamente necessário, uma vez que derivada sua existência das condições sociais de que seria produto (estruturas sociais em que se encontrariam inseridos os agentes em interação), e sua inteligibilidade, do “encaixe” dado entre sua objetivação e os processos de socialização dos sujeitos.

“As disposições constitutivas do *habitus* que estão duravelmente inculcadas pelas condições objetivas e por uma ação pedagógica tendencialmente ajustada a essas condições tendem a engendrar expectativas e praticas que são objetivamente compatíveis com essas condições e previamente adaptadas às suas exigências objetivas”(...) (BOURDIEU, 1998: 85)

O riso, reação que a educação, entre outros meios de inculcação, conduziria ao automatismo, refletiria os princípios e estruturações do arbitrário cultural e da ordem social, não sendo, em nosso entendimento, acertada a atribuição de uma eficácia especial de sua objetivação. Sendo produto de práticas, o risível só teria lugar na medida em que envolvesse não princípios coerentes, mas sim, fundamentalmente, compatíveis com as condições objetivas. Ou seja, cumpriria a função de legitimar e justificar a unidade do sistema simbólico, delimitando o espaço de transgressão e mobilidade de seus elementos, veiculando significações, interesses e reivindicações dos sujeitos ou grupamentos coletivos.

“A ordem simbólica apóia-se sobre a imposição, ao conjunto dos agentes, de estruturas cognitivas que devem parte de sua consistência ao fato de serem, pelo menos na aparência, coerentes e sistemáticas e estarem objetivamente em consonância com as estruturas objetivas do mundo social”. (BOURDIEU, 1996: 118)

O risível, assim considerado, é entendido enquanto reflexo da estrutura social e das relações sociais, operado tanto sob a ação do intelecto consciente (praticidade inclusive) como da afetividade. Um sistema expressivo (enquanto constituído de atos expressivos, não necessariamente intencionais ou mesmo conscientes, mas enquanto sociais, veiculadores de significações) da busca da diferença que auxiliaria na distinção do “nós” e do “outro”. A variabilidade das ações diante de tal sistema teria por base a própria variedade das condições de existência (exprimindo inclusive) relações de força, o que promoveria sua transformação, ainda que lenta, ou mesmo estacionária.

As pesquisas precedentes, a tomar o risível como objeto, teriam falhado, em geral, por conceder um lugar apenas acessório às condições sociais de produção e de utilização das comunicações que examinariam; tendendo a privilegiar as estruturas formais destas, ou seja, não tratando adequadamente a acumulação e conservação destas estruturas tempo/espacialmente, a socialização dos agentes que as produzem e reproduzam, os modos de transmissão, em resumo, o complexo conjunto de determinações sociais.

“O homem não é lançado ao mundo com instintos espontâneos e inflexíveis, nem é uma passiva peça de barro que a sociedade modela de acordo com sistemas claros de valor”. (MURRAY, 1973: 171)

O risível exprimiria de modo paradoxal a intenção da afirmação da particularidade pela determinação da diferença. Permitiria marcar simbolicamente “a distinção” tanto fazendo uso de um universo de signos distintivos como conferindo uma marca comum aos membros dos grupamentos específicos onde de sua figuração. Por meio do risível os múltiplos grupamento humanos procurariam distinguir-se uns dos outros, de modo mais ou menos sutil, assim como esta distinção seria procurada também através de linguagem, vestuário etc., ou seja, de todo *habitus* em geral.

“Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.. Estabelecem as diferenças entre o que é bom e mal, entre o bem e o mal” (...) (BOURDIEU, 1996: 22)

A análise da estrutura interna das comunicações de efeito risível não pode ignorar, sem prejuízo de sua amplitude heurística, as funções sociologicamente construídas que ela exprimiria, diretamente relacionadas aos grupos que as produzem e as consomem. A lógica das relações simbólicas, entre as quais figuraria as externadas através do risível, impor-se-ia aos sujeitos como algo necessário, irreduzível, um sistema simbólico estruturado que funcionaria como princípio de estruturação a construir a experiência, do mesmo modo que construído por meio dela, a integrar o conjunto de disposições em relação à externalidade (inculcadas pelas condições de existência).

Os elementos que usualmente determinariam a reação risível de um sujeito não existiriam a priori, teriam existência em razão das condições históricas e sociais da produção, sendo sua perenidade produto histórico, dado em razão de sua reprodução pela educação/

inculcação. O risível não seria eterno, mas o produto de um trabalho de eternização. O risível, enquanto bem simbólico que é, somente existiria enquanto tal para os sujeitos que deteriam os meios de sua decifração (condição da apropriação simbólica), ou seja, para os detentores do código historicamente constituído e socialmente reconhecido em uma dada sociedade e em um dado momento do tempo.

“(…) as praticas que o *habitus* engendra e que são comandadas pelas condições passadas de produção de seu princípio gerador já estão previamente adaptadas às condições objetivas todas as vezes em que as condições nas quais o *habitus* funciona tenham permanecido idênticas (ou semelhantes) às condições nas quais ele se constituiu. O ajustamento às condições objetivas é, com efeito, perfeita e imediatamente bem sucedido e a ilusão de finalidade ou, o que vem a dar no mesmo, do mecanicismo auto-regulado, é total no caso e somente no caso em que as condições de produção e as condições de efetuação coincidam perfeitamente”. (BOURDIEU, 1998: 84)

Compreender o risível seria compreender a visão de mundo própria ao grupo social e explicitar coisas e valores dos quais o grupo não seria necessariamente consciente. As comunicações “risíveis” funcionariam como operadores através dos quais as estruturas objetivas das quais seriam produto tenderiam a se reproduzir. Um mecanismo a definir as fronteiras, defendê-las, controlar as entradas e determinar as saídas.

O risível de um modo geral, uma vez que produzido conforme leis de construção desenvolvidas historicamente, não seria capaz de suscitar preferências naturais apenas pela força de suas propriedades formais. O reconhecimento de algo como risível não seria um ato livre da consciência, ele se daria em razão de um acordo imediato entre as estruturas incorporadas, tornadas mesmo inconscientes e as estruturas objetivas do objeto apreendido. Um processo que instauraria e inculcaria formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais e formas de classificação. Se o risível pode ser entendido como algo imposto é porque ele se incorporaria tanto na objetividade quanto na subjetividade, nas estruturas mentais de percepção e de pensamento.

A reatividade risível a algo se daria em razão da interiorização deste arbitrário cultural através da educação, o que contribuiria para a perda da consciência da arbitrariedade. A “risibilidade” não deve, acreditamos, ser deduzida de qualquer princípio, lógico ou biológico. Sua existência e estrutura só seria explicada em função de uma história particular, imposta, assim visto, não por uma necessidade universal, mas por uma necessidade sócio-lógica.

O risível raramente funcionaria, na existência ordinária, como puro instrumento de diversão. O que se exprimiria através das comunicações “risíveis” seria todo o *habitus* do grupamento coletivo do qual ele constituiria uma dimensão. Como interação simbólica, a comunicação (comunicação que supõe e produz o conhecimento e o reconhecimento mútuos) e recepção do risível seriam também relações de poder simbólico onde se travariam lutas de força entre sujeitos e grupamentos coletivos. O sucesso da comunicação risível não poderia, acreditamos, ser deduzido somente das características intrínsecas da mensagem, mas adviria das expectativas que ela preencheria, tirando sua força da delegação tácita que lhe conferem os sujeitos e grupos.

O riso seria produto do encontro entre um agente predisposto e prevenido, e uma realidade presumida ou pressentida. O riso ocorreria quando a harmonia se aproximasse da perfeição, ou seja, quando estivessem em diapásão a estrutura do discurso transmitido e as estruturas de percepção e apreciação dos sujeitos. Ressaltado o fato de que sujeitos com disposições aproximadas poderiam reagir de modo muito diferente, ou mesmo oposto, em situações estruturalmente aproximadas, considerada a intenção consciente (escolhas que implicam recusas, no espaço dos possíveis), o estado emocional, as contingências situacionais, os gostos socialmente hierarquizados e o sistema de distinções simbólicas entre os grupos. Rir de algo, mais que concordar simplesmente com o conteúdo de uma comunicação, implicaria na aceitação de um conjunto de pressupostos não necessariamente explicitados por esta, sendo a condição indiscutida do processo comunicativo. O riso sincero, idealmente, excetuados os já referidos risos exclusivamente ou principalmente dados em razão de contágio e empatia, dar-se-ia apenas no caso de um acordo perfeito, imediato, entre o inscrito no objetivado e as disposições do sujeito.

“Quando as coisas e as disposições estão imediatamente harmonizadas, isto é, quando o olho é o produto do campo ao qual se aplica, tudo aí aparece como imediatamente dotado de sentido e valor”. (BOURDIEU, 1996: 323)

O risível não existiria em razão de características universais/ eternas, mas seguiria a definir-se e redefinir-se continuamente como de significação em transformação, que se construiria na prática (prática esta que todo grupo deve produzir para reproduzir-se enquanto tal). A permanência de uma estruturação risível tempo-espacialmente teria seu fundamento nas correspondências estruturais sociais/ vivenciais, dadas em razão da transmissão tanto consciente quanto inconsciente, ou seja, relativas a produção/ construção de indivíduos dotados de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados) ou conscientes,

constituintes de sua cultura, mais precisamente, de seu *habitus*, ou seja, na individualização da herança coletiva.

“As paixões do *habitus* dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora.” (BOURDIEU, 2003: 51)

As reações “risíveis” expressariam diferenças de princípios, de visão, de opinião e de divisão, uma vez que definidas em sua forma e em seu conteúdo pela externalidade social, definidora mesmo das representações que os agentes sociais têm da própria reação. As distâncias espaciais, ou melhor, sua marcação, expressas nas comunicações seriam, em verdade, reflexo de distâncias sociais concretas ou possíveis.

O risível não seria simples resultado da percepção da figuração de elementos “estruturados” eternos. O riso emergiria não da simples reunião de elementos, mas de uma composição aditiva equilibrada, sendo este equilíbrio entendido enquanto correspondência ou reciprocidade entre a emissão (incluída a mensagem) e a recepção. O riso dar-se-ia pela convergência dinâmica resultante do emprego de instrumentos comuns de pensamento entre a emissão e a recepção comunicativas, ou seja, emergiria pelo acordo na utilização (consciente ou inconsciente) de operações aproximadas entre indivíduos e em sua aplicação a objetos e situações semelhantes.

A definição dominante do adequado quanto ao risível seria um mecanismo ideológico que faria com que coisas adequadas para serem comunicadas enquanto “risíveis” ou a reação a elas através do riso, em universos sociais outros, não fossem assim consideradas ou só pudessem ser expressas de modo envergonhado ou com reservas. As diferenças entre sujeitos com relação ao risível não seriam senão um aspecto e um efeito das diferenças sociais.

O princípio definidor da reação risível (condição de êxito) seria a coincidência entre o conteúdo/ estruturação do objetivado com o *habitus* dos sujeitos expostos, ou seja, com os elementos socialmente presentes e desenvolvidos na biografia dos sujeitos, que fariam com que estes se encontrassem socialmente predisposto à reação risível, incluído aqui a coerção sentida/ percebida pelos sujeitos e o elemento emocional presente. Entendido o *habitus*, como já nos referimos, na acepção dada a este por Pierre Bourdieu, enquanto *modus operandi* e condição primeira de qualquer objetivação, um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e re-atualizados ao longo da trajetória social restante.

A estruturação da percepção não seria dada a priori, mas, historicamente produzida e reproduzida, sendo indissociável das condições históricas de seu emprego. A socialização formaria não apenas o valor simbólico, mas também o sentido do discurso. O ridículo e todas as demais formas do risível seriam programas de percepção, de pensamento e de ação. O riso configurar-se-ia um signo de reconhecimento e de inclusão no grupo, definindo o grupo e determinando seus limites, cada membro constituindo-se como guardião destes limites, sendo que cada palavra da comunicação, cada expressão do emissor, ameaçaria assumir para o receptor múltiplos sentidos e encerraria o perigo do inadequado, da “gafe”.

Exprimiria o risível sempre o lugar do sujeito no mundo segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção. Os elementos a figurar “risíveis” seriam determinantes para a reação riso não por algum atributo intrínseco universal/ eterno mas por suas relações com outros elementos sociais. Em uma organização social como a humana, caracterizada pela multiplicidade e divisão em termos de estrutura de representações e práticas, o risível apresentar-se-ia como elemento importante a contribuir na perpetuação e reprodução da ordem social (no sentido de estrutura das relações estabelecidas entre os grupos e as classes).

O risível, assim visto, considerada a assimilação do sistema classificatório a ele inerente, pelos sujeitos, participaria de modo destacado no processo de formação identitária. Um trabalho de aprendizagem por familiarização, ou seja, que se daria por meio de um convívio prolongado entre sujeitos mais ou menos socializados, produzindo não somente uma interiorização continuada e inconsciente, mas também um sentimento de familiaridade. Os esquemas perceptivos construídos no processo de socialização dos sujeitos, atuando fora do alcance das tomadas de consciência crítica, determinariam a reação risível. Os processos de socialização não seriam responsáveis apenas pela definição precisa de relações signo-significado, mas principalmente, seriam responsáveis pela construção de itinerários perceptivos e reativos, ou melhor, métodos de associação e ação/ reação.

Esta construção do *habitus* escaparia, em princípio, da consciência imediata, uma vez que este processo de inculcação do arbitrário tenderia a dissimular a arbitrariedade de sua presença, ou seja, seria vivenciado como se inscrito na própria natureza objetiva da realidade. Um processo que transformaria uma indeterminada pulsão apreensiva em uma apreensão socialmente constituída que apenas existiria na relação com um espaço social determinado, no interior do qual, certas coisas seriam passíveis de serem tomadas como “risíveis” e outras não, de modo a refletir as diferenças objetivas nesse espaço.

“Quanto mais tais esquemas encontram-se interiorizados e dominados, tanto mais escapam quase que totalmente às tomadas de consciência parecendo-lhe assim co-extensivos e consubstanciais a sua consciência”. (BOURDIEU, 1974: 204)

Não existiriam, assim visto, em nosso entendimento, estruturas puras e eternas a determinar reações “risíveis”. O risível não seria a-histórico, mas, pelo contrário, seria produto de um trabalho incessante de reprodução e transformação, para o qual contribuiriam os sujeitos sociais. A suposição de unidade e fixidez das estruturas de reação risível contumaz pode ser facilmente rejeitada, uma vez que estruturas idênticas e contextos similares poderiam assumir sentidos diversos e até mesmo opostos em experiências sociais diferentes. Uma estrutura comunicacional qualquer, ainda que historicamente eficaz em provocar a reação risível, dependeria de sua localização espaço/ temporal e das relações objetivas e subjetivas situacionais para produzir este efeito.

A participação em uma cultura comum constituiria o fundamento mais seguro da cumplicidade profunda que uniria sujeitos e os faria partilhar a percepção risível. O pertencer a um universo espaço/ temporal específico, ou melhor, o partilhar de um processo de socialização aproximado predisporia os sujeitos a uma relação de cumplicidade, compreensão (entendida em sentido amplo, ou seja, também “ler nas entrelinhas”). Seria através da socialização que as disposições mais fundamentais seriam inculcadas nos sujeitos, produzindo *habitus* automaticamente diferenciados e diferenciadores.

“Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns”. (BOURDIEU, 1996: 22)

O risível remeteria sempre ao social. A apreensão e a apreciação de algo como risível estariam em estreita relação com a introjeção do normativo-social. O risível seria produto das convenções sociais que concorreriam para definir a fronteira sempre incerta e historicamente mutável entre o nós e os outros. O *habitus* inculcado engendraria a reatividade e a percepção do universo risível, sendo constituído tanto por processos educacionais em sentido *stricto* como de modo difuso.

Os elementos “risíveis”, assim visto, exprimiriam o sistema de valores implícitos ou explícitos das sociedades. Todo e qualquer objeto, natural ou artificial, pode ser percebido enquanto risível. Os elementos estruturais específicos das comunicações de tradicional efeito risível conservariam apenas uma eficácia potencial cuja plenitude exigiria a concomitância de um contexto propiciador/ facilitador. Os contextos e situações conjunturais, de variação

infinita, junto ao próprio potencial de variedade de leitura encerrado nos sujeitos, acabariam por promover a inovação e a transformação da percepção e reação risíveis.

O riso seria despertado, acreditamos, inatamente por certas situações – por exemplo, a surpresa aliada à segurança - mas a partir desta base reacional, infinitos novos elementos seriam aprendidos por condicionamento, imitação, etc. e estendidos a situações semelhantes por generalização. O risível seria um mecanismo, acreditamos, de estruturação móvel, caracterizando o fim de um aprendizado/ desenvolvimento cognitivo/ perceptível e não um mecanismo inato acionado a partir de um reconhecimento tácito instintivo.

Cada sujeito, em cada situação apresentada, construiria seu próprio entendimento acerca do objeto que se apresenta, em função de sua percepção das possibilidades disponíveis, a partir da sua estruturação cognitiva de percepção e de apreciação, inscrita em seu *habitus* (entendidas as estruturas cognitivas, junto a Bourdieu (1996: 117) não como formas da consciência, mas sim como disposições corporais, não sendo a reação nem uma submissão mecânica nem um consentimento consciente). O objeto somente tornar-se-ia risível a alguém este estando predisposto a percebê-lo como tal (consideradas as disposições profundamente enraizadas que não passariam necessariamente pela consciência, no reduzidíssimo espaço de tempo da percepção ao riso).

A estruturação coincidente de objetos percebidos enquanto “risíveis”, ampla e historicamente recorrentes, não se daria enquanto necessidade a priori. Não seria determinado por uma lógica fixa de composição, mas dar-se-ia por meio de uma composição permeável e relativamente aberta. O risível suporia além da assimilação pontual de sua figuração objetiva, a transmissão de geração a geração por meio da educação e uma condição biológica, ou seja, a capacidade de aprendizagem, diretamente ligada ao desenvolvimento do sistema nervoso. O risível sofreria tanto a interferência de fatores históricos contextuais, como os ligados à afetividade.

O riso coletivo testemunha regras comuns. Só haveria equilíbrio em caso de reciprocidade, isto é, quando a proximidade precedente se aplicasse às proposições da emissão e da recepção. O riso dar-se-ia tanto como o resultado desta reciprocidade, como da coerção contextual (no caso, por exemplo, de uma “piada” contada por um chefe, onde os subordinados riem consciente ou inconscientemente simplesmente porque ele “é o chefe”). Não haveria distinções perceptivas do risível que não pudessem ser relacionadas a um conjunto de diferenças sociais sistematicamente associadas.

Uma vez existente somente em função de um trabalho prolongado de inculcação de esquemas de percepção, de pensamento, de apreciação e de ação, o risível contribuiria para produzir reproduzir a integração moral do grupo, impondo não somente sua significação mas também sua legitimidade, dissimulando as relações de força que estão na base de seu poder de imposição e de inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação, construído por meio das relações entre indivíduos e grupamentos sociais.

“A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um macaco mecânico, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles e naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêm por elas capturados. Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido mais amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de intenções permeadas pelas estruturas de dominação”. (BOURDIEU, 2003: 51)

A apreensão do risível, e daí a reação riso, ou a consciência de sua possibilidade, só poderia se dar pelo entendimento ou encaixe entre o significativo e o significante. A reação risível pode se dar tanto em razão de a comunicação ser integralmente entendida pelo sujeito receptor como sendo sua apreensão parcial e mutilada e, portanto, possivelmente errônea (considerada a intenção do produtor/ comunicador ou o consenso social). Comunicações cômicas como as seguintes necessitam de conhecimentos muito específicos por parte dos receptores para terem seus conteúdos compreendidos (neste caso uma mínima vivência ou conhecimento de música de câmara ou prática de orquestra seria necessário para o entendimento integral das comunicações):

- “01. O que o raio e os dedos do violista têm em comum?
Nunca caem duas vezes no mesmo lugar.
02. Qual a diferença entre um violino e uma viola?
Você pode afinar um violino.
03. Por que a viola queima mais devagar?
Porque nunca sai da caixa.
04. Como você faz um naipe de violas tocar pianíssimo e tremulo?
Coloque uma semibreve e escreva “solo” em cima.
05. Qual a diferença entre uma viola e uma cebola?
Ninguém chora se você picar uma viola.
06. Como fazer para um guitarrista parar de tocar?
Coloque uma partitura na frente dele.
07. Por que quando os contra-baixistas quando vão visitar um amigo passam um longo período fora da casa dele?
Eles nunca sabem quando entrar.
08. Qual a semelhança entre uma máquina de lavar e um violinista?
Vibrato.
09. Quando você pode falar que um violista está fora do tom?
Quando o arco está se movendo.
10. Por que um solo de violino é como uma bomba?
Na hora que você ouve já é tarde demais pra fazer alguma coisa.
11. Por que um solo de contrabaixo é como uma bomba?
Existe solo de contrabaixo?
12. Porque os violistas levam suas caixas no console do carro?
Para poder estacionar na vaga de deficientes.
13. Por que os tenores não brincam de esconde-esconde?
Porque ninguém quer achá-los.”

O interesse que um sujeito ou um grupamento social encontraria na comunicação de algo risível poderia ser entendido como uma função de reforço do arbitrário contido em seu modo de vida/ visão de mundo, a legitimar as propriedades materiais ou simbólicas associadas a uma posição determinada na estrutura social, ou seja, como justificações de sua existência em uma posição social determinada.

“(…) existir socialmente é ocupar uma posição determinada na estrutura social e trazer-lhe as marcas, sob a forma, especialmente, de automatismos verbais ou de mecanismos mentais, é também depender, ter e ser tido, em suma, pertencer a grupos e estar encerrado em redes de relações que tem a objetividade, a opacidade e a permanência da coisa e que se lembram sob a forma de obrigações, de dívidas, de deveres, em suma, de controles e de sujeições”. (BOURDIEU, 1996: 43)

Os discursos “risíveis” extrairiam sua eficácia da correspondência entre a estrutura das comunicações e o *habitus* dos receptores. O risível pertenceria a classe dos atos de instituição e de destituição sociais, através dos quais cobraria, de certo modo, ações adequadas e coerentes com o grupamento social. O riso consagra, sanciona, legitima e institui a diferença fazendo desconhecer o arbitrário, constituindo-se um importante mecanismo da reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações. Essas disposições comuns, que permitiriam o compartilhamento da apreensão de algo como risível, seriam produto de uma socialização aproximada, que levaria à incorporação de estruturas e símbolos específicos enquanto “risíveis”.

O risível, assim visto, não estaria, a priori, inscrito na natureza, mas sim, seria construído ao longo de todo um trabalho de socialização. Não seria uma estrutura comunicacional eterna e universal de conteúdo abstrato de objetivação, mas um universo de possibilidades vivenciais, traço incorporado de uma história coletiva e de uma história individual que impõe a todos os sujeitos, seu sistema de pressupostos imperativos. Algo sempre presente na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas cognitivas.

7. Texto, contexto e uma inversão perspectiva – O riso e o sorriso enquanto processos comunicativos

“Não se comunicando, o riso morre. Para que funcione, depende de comunicação. Um gracejo, por exemplo, pode desta maneira circular de boca em boca à volta do mundo”. (PIERSON, 1965: 216)

“Não se pode ser seríssimo, mesmo rindo?” (Lessing)

Fugindo ao muito experimentado empenho na apreensão de recorrências e estruturas risíveis em comunicações, onde reinterpretações ressemantizariam elementos e dificultariam a generalização de resultados, centraremos nossa análise, neste capítulo, nos processos comunicativos de figuração do riso e do sorriso, espaços de plurivalência semântica, não desconsiderando sua afinidade com a dimensão mítica⁴⁵, predisposta a privilegiar a expressão simbólica; e considerado o ser humano um ser dialogal, e seu destino existencial o desenvolvimento de sua estrutura orgânica e o enriquecimento através das experiências com o ambiente.

“Martin Buber, em *Between Man and Man*, nos diz que a verdadeira essência do homem evidencia-se no diálogo, no intercâmbio de dar e receber respostas sem reservas.

Para Buber, a necessidade fundamental do homem esta na comunicação e esta comunicação traria a auto-realização, entendida como as expressões do mundo internalizado, criado pelas forças da experiência, que possibilita o inato instinto de criar. Mas, este instinto de criar, desenvolve-se na união que não radica na vontade de poder, nem na ludicidade, e muito menos em dominar os outros, mas está, fundamentado no dar e no receber”. (MOSQUERA, 1977: 197)

As comunicações de efeito risível, assim como quaisquer outras experiências comunicacionais⁴⁶, possuiriam uma predisposição estrutural para cruzamentos, justaposições, articulações, e etc. e, o que distancia nossa posição de muitas das teorizações/ interpretações empreendidas, não possuiriam necessariamente nenhuma particular característica que as diferenciaria das comunicações não risíveis⁴⁷. As comunicações de efeito risível são aqui entendidas, entretanto, enquanto um fenômeno especial de comunicação, a atingir, em um determinado momento histórico-social, através da mediação determinante e personalizante de um indivíduo, uma reação especial, reflexo de toda uma experiência.

⁴⁵ A dimensão mítica sendo aqui entendida no sentido conferido por Lévi-Strauss (1970), ou seja, uma metalinguagem de autoria coletiva que forneceria um esquema de inteligibilidade e compreensão do mundo (definido como composto de um sistema temporal que articularia elementos de um tempo passado com uma estrutura permanente: um tempo concomitantemente histórico e a-histórico). (*A estrutura dos mitos em Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Biblioteca tempo brasileiro, 1970)

⁴⁶ “A cadeia comunicativa pressupõe uma Fonte (ou Emissor) que, por meio de um Transmissor, emite um Sinal, através de um Canal. No fim do Canal, o Sinal, através de um receptor, é transformado em Mensagem para uso do destinatário. Essa cadeia normal de comunicação prevê obviamente a presença de um ruído ao longo do canal de modo que a mensagem deva ser redundada para que a informação seja transmitida de modo claro. Mas o outro elemento fundamental dessa cadeia é a existência de um Código, comum tanto à Fonte quanto ao Destinatário. Um código é um sistema de possibilidades prefixadas e só com base no código estamos aptos a determinar se os elementos da mensagem são intencionais (desejados pela Fonte) ou conseqüência do Ruído.” (ECO, 1984: 168-169)

⁴⁷ Nos colocamos, assim considerado, com este posicionamento, em direta oposição a todos os pensadores que se empenharam na busca de uma essência risível/ “sorrisível” ou uma estrutura mais ou menos rígida e universal capaz de provocar a reação risível/ “sorrisível”.

As comunicações, elementarmente, seriam passíveis de infinitas e indetermináveis *a priori*, interpretações e reações. Passíveis, é importante ressaltar, considerado que seriam conseqüentes somente em razão das interpretações que dela se fazem; e infinitas não só por germinais, mas principalmente pela infinidade de personalidades interpretantes susceptíveis de serem à sua frente colocadas (considerado o complexo universo de relações culturais), cada uma invocando uma infinidade de perspectivas de leitura, pensamento, e existência. Os entendimentos recorrentes do risível, que em muito contribuíram para a suposição de uma estrutura congenial fechada e eterna, vista com freqüência nos estudos sobre o universo do riso e do sorriso, seriam explicadas exatamente pela contínua utilização, reutilização e assimilação, a nível empírico, de um arcabouço de estruturas assemelhadas. Os signos compreendidos pelas comunicações de efeito risível, deveriam, acreditamos, ser entendidos como campos de estímulos, e estariam diretamente ligados à atividade de percepção. As comunicações seriam risíveis a partir da entrada do receptor e sua bagagem cultural, sendo que o universo informacional/ “catártico” destas comunicações (incluído seu contexto de figuração) necessita estar em diapásão com o dos receptores. Os signos lingüísticos, desse modo considerados, ou seja, enquanto campos de estímulos, tomariam como base principalmente, o “*background*” cultural, visão de mundo e “estado de espírito” daqueles aos quais foram expostos, para que haja perfeito sucesso na adequação entre o efeito esperado e a resposta reacional.

Não se trataria, bem entendido, propriamente de uma geral indiferenciação significante, mas do trânsito em fluxos privilegiados, seguindo afinidades eletivas, onde diferenças se fariam notar, mesmo, como acima tentamos nos fazer entender, consideradas as articulações e trocas multi-nivelares ocorridas no universo de convivência e recepção informacional cotidiano, sendo que não podemos descartar a hipótese (considerada uma articulação de amplitude elevada) da possibilidade de ocorrer uma instabilidade do quadro de referências significantes. Do mesmo modo que posto isto sincronicamente, ou seja, consideradas as múltiplas remissões significantes estabelecidas equevas, podemos considerar esta dinâmica com relação a momentos históricos e períodos sucessivos. Não existiram, no entanto, posições privilegiadas *a priori* no “mercado” das reações catárticas, mas sim, liberdade de síntese e composição no universo das significações, abertura e multiplicidade diretamente relacionados aos processos de socialização e construção identitária.

Pesaria, todavia, assim considerado, com relação à “risibilidade” ou “sorrisibilidade”, ou não, além da possibilidade de confusão, como em qualquer processo comunicativo, a presença de uma predisposição estrutural à porosidade. Assim, por exemplo, uma

comunicação x (entendida enquanto processo comunicativo completo) que provocaria o riso em um indivíduo y, num contexto z; em um contexto w, para este mesmo indivíduo y poderia não alcançar este efeito. Do mesmo modo uma comunicação séria poderia provocar o riso/sorriso em um indivíduo em um contexto específico e num contexto outro leva-lo à fúria. Consideradas apenas essas possibilidades, não acreditamos que o risível possa estar restrito a uma ou algumas fórmulas/ estruturas, eternas e imutáveis, ou seja, no embaralhar de categorias, analogias, oposições e paralelismos chegar-se-ia sempre a uma estrutura comunicacional única e de certo modo universal/ essencial (o mecânico sobreposto ao vivo no caso de Bérqson, por exemplo), mas, fugindo a esta formulação, um tanto simplista e de certo modo cartesiana, estamos convencidos que ao risível, mais que simples sítio de um “curto circuito cerebral” (Levi-Strauss), caberia a disputa por espaço, na reação expressiva, entre os estados emotivos biologicamente possíveis e as infinitas possibilidades de referências, analogias e sobreposições a partir do experienciável. Se supor-se útil o estabelecimento de uma “chave” capaz de por algum modo iluminar o entendimento do universo do riso e do sorriso, nos arriscaríamos, conscientes do caráter especulativo, limitado/ estreito e angular deste estabelecimento, a dizer que esta não deveria ser procurada na estrutura de uma comunicação/ imagem/ cena reconhecidamente risível/ “sorrisível”, mas fundamentalmente na interação entre o risível/ “sorrisível” e o não risível/ “sorrisível”⁴⁸.

Mesmo estruturas comunicacionais que o olhar habitual (mesmo etnocêntrico, enquanto desconsiderador das profundas diferenças de leitura e reação entre diferentes grupamentos sociais e/ou indivíduos), poderia tomar como universais e de certo modo “eternas”, sob a perspectiva aqui proposta são consideradas quando muito de reação risível provável, já que se tomarmos, por exemplo, o ridículo público como estrutura, onde o riso, mesmo de espectadores não envolvidos emocionalmente, em princípio, com o constrangimento do protagonista da situação, podemos imaginar, facilmente poderia não ocorrer, cedido o lugar, por exemplo, à empatia, o receio de conseqüências trágicas, uma leitura cômica pessoal que desconsidere o ridículo público risível, uma coibição social qualquer, um auto-controle reacional auto-imposto, um estado emocional que bloqueie a reação risível etc. A probabilidade do riso/ sorriso cresceria em razão direta ao número de variáveis propiciadoras/ facilitadoras envolvidas, aqui consideradas três principais, sejam 1) a comunicação sugestiva, 2) o contexto de recepção favorável e 3) a receptividade do agente.

⁴⁸ Seria exatamente este o ponto de ruptura entre o que propomos neste estudo e os esforços até o presente momento empreendidos pleiteando a compreensão do universo do riso e do sorriso. Acreditamos que o principal equívoco nestes esforços teria sido tomar o risível/ “sorrisível” como “universalmente risível/ “sorrisível” a priori e não risível/ “sorrisível” a um sujeito articulado.

Mas mesmo em presença destes três elementos considerados, ainda sim, o resultado de modo algum seria determinístico (aumentaria a probabilidade de ocorrência, mas não garantiria o resultado risível).

Os elementos comunicacionais de reação risível comumente experimentada, conheceriam, no entanto, pontos de concentração bem marcados que, muitas vezes, se superficialmente tomados, poderiam nos induzir a supor incorretamente sua universalidade. O universo do riso e do sorriso, de fato, acompanharia linhas de classes sociais ou de formação acadêmica, por exemplo, sendo também verdade que a sua extensão (abrangência da receptividade) não deixaria de surpreender, assim como também surpreenderiam as relações nada simplistas articuladas em direção à reação risível. O risível não seria algo dado a priori, de certo modo todas as comunicações de efeito risível (assim consideradas a partir do momento em que sejam bem sucedidas) seriam em princípio atos de invenção, rearranjo e reinvenção de estruturas potenciais; e a leitura das comunicações enquanto risíveis (de reação risível) seria ato de descoberta, redescoberta e analogia inventiva. Mais que um simples conjunto de soluções estruturais formativas o universo potencial risível aproximar-se-ia mais de um ensaiar, proceder de esboços, tentativas e sucessos, já que as comunicações em *embryon*, mesmo considerado um ponto de partida estrutural e historicamente de efeito risível poderiam ter, mais que apenas aspirar, efeitos reacionais concretos os mais diversos, sendo somente por ato de leitura, por um indivíduo específico, compositor de seu próprio universo de significação, a partir da assimilação e incorporação dos elementos das várias sínteses que se lhe oferecem em um universo nunca definitivamente definido a priori, em constante refazer e de acabamento sempre protelado, em um momento e contexto específicos, é que poderiam chegar ao efeito risível.

A partir da consideração da situacionalidade de cada recepção/ fruição, entendida a comunicação enquanto aberta à infinitas possibilidades de leitura, a provocar repostas diversas, sugerimos, se poderia pensar, figuraria a atribuição de significado (mesmo que não necessariamente consciente no caso da reação risível, diretamente ligada à conciliação entre a mensagem e sua decodificação, entendida a mensagem enquanto complexo multiforme a admitir muitas leituras, de acordo com as múltiplas possibilidades de apreensão. A relação entre a intenção (de fazer rir/ sorrir) do emissor de uma comunicação (que aspira a uma fruição) e o efeito desta comunicação sobre o receptor, com seus desejos, interesses e pontos de vista, deve ter como base, acreditamos, a idéia de que a comunicação constitui-se como um veículo capaz de agregar ideologia e seria dirigida a indivíduos articulares, conscientes, com características específicas; e os esforços de apreensão científica do riso/ sorriso, considerada a

possibilidade de maior fecundidade, deveriam tratar além dos efeitos/ funções das relações comunicativas de resultado risível, ou seja, como o risível agiria sobre os indivíduos (pragmática), principalmente, a dinâmica de significação e aprendizagem ligada a estes elementos.

As comunicações de efeito risível, que de modo algum sugeririam um mundo de valores coerente e ordenado, dariam abertura a uma ampla gama de significações, um autêntico campo de possibilidades, a ser definido através da ação operativa de indivíduos concretos em situações também concretas. Qualquer comunicação, enquanto sinal, somente poderia ser tomada como risível a partir da entrada em cena do receptor/ fruidor, ou seja, até a entrada deste, a lhe atribuir significados diferentes conforme a código a esta aplicado, a comunicação/ mensagem teria efeito risível nulo. As comunicações de efeito risível seriam algo diferente do simplesmente contestatório, da “desafiação” do *status quo*, da contraposição ao universo do “sério”, não intencionariam necessariamente por em crise a rede um tanto sutil de consensos e regras de convivência, pelo contrário, salvo utilizações específicas como as ações intencional e estrategicamente empreendidas com este objetivo, buscariam a confirmação e a harmonia. As imagens/ cenas “clássicas” risíveis condensariam em si uma série de discursos, ultrapassando as circunstâncias pontuais que as produziram, deixando, com o tempo, de falar de personagens específicos, e de certo modo passando a exprimir conceitos. Seriam, ainda assim, únicas, mas ao mesmo tempo remeteriam a outras que as precederam ou as seguiram, por imitação ou assimilação, cada uma nos remetendo a um infinito de possibilidades outras. Gestos, expressões faciais, postura corporal, tom de voz e etc., tudo contribuiria para a determinação do sentido. Para que uma comunicação seja entendida pelo receptor, com precisão, em diapásão com a intenção do comunicador, o primeiro deve necessariamente/ idealmente levar em consideração tanto os aspectos não-verbais como as palavras pronunciadas. Nos casos em que estivessem presentes sintonia emocional, correspondência informativa pretérita e leitura contextual aproximada, o entendimento mútuo do risível (presente em uma comunicação ativa entre dois indivíduos ou presenciada por ambos) não dependeria tanto da clareza de conteúdo da comunicação. O que um “outsider” poderia ter dificuldade em identificar/ entender como risível, para indivíduos nessas condições idealmente descritas seria apreendido de modo automático.

Os indivíduos desenvolveriam sofisticadas alternativas a orbitar entre o riso/ sorriso sinceros e o não riso/ sorriso. Um exemplo pode ser buscado em uma situação onde um indivíduo dissesse (em palavras) algo oposto ao que teria intenção de comunicar, como dizer “bom dia” (sarcasticamente) a alguém que nem de longe intencionaria desejar sinceramente

um bom dia. A reação riso/ sorriso de um espectador da cena só poderia se dar no caso de uma leitura acertada da intenção do comunicador, ou seja, só poderia sobrevir diante da ciência do sarcasmo. O risível deve ser procurado naquilo que o destinatário encontra relativamente a seus próprios sistemas de significação e ou relativamente a seus próprios desejos, pulsões e arbítrios. (ECO, 1995: 7)⁴⁹

O fato de algo ter um significado semelhante para mais de uma pessoa implica a existência de regras para a sua utilização, em virtude das quais a figuração da reação risível poderia contar como adequada em alguns casos e inadequada em outros. A percepção do risível em uma situação/ comunicação não seria instintivamente determinada, mas sim afetada/ determinada inteiramente pela experiência. Uma vez identificada a relação entre a figuração de algo como risível, por exemplo, a percepção futura tenderia a permanecer constante. Os significados conotativos (emocionais, por exemplo) de alguns termos seriam, assim considerado, aprendidos, sendo muito provável, por exemplo, que a criança aprenda o significado de risível, como já expomos, através da apreensão do riso/ sorriso nos outros. A contínua observação da associação entre dois termos (como por exemplo, gago e riso) resultaria na automatização dessa associação quando de sua figuração futura (por exemplo, a gagueira passando a ser sempre associada ao riso). Uma comunicação que ressalte uma característica risível de alguém, como a “gagueira”, desconsideraria outros atributos peculiares a este indivíduo isolando a qualidade essencial “gagueira”, sendo que, diferente de processos que dependeriam diretamente dos estímulos, o riso e o sorriso para ocorrer não precisariam necessariamente de estímulos externos. A simples lembrança poderia desencadear o processo e levar à reação.

Em alguns casos o riso e o sorriso figurariam apenas enquanto atos superficiais de manutenção, geralmente sem significação digna de nota, mas que revelariam aceitação (pelo menos externada), manteriam aberta a comunicação, e de certo modo alimentariam a sensação de correspondência emocional, reconhecimento ou simetria de opinião. Não se distinguiriam,

⁴⁹ Mesmo consideradas acertadas, úteis e imprescindíveis à nossa argumentação as noções operatórias e idéias expressas por Umberto ECO com relação, em especial, aos processos comunicativos, não podemos nos abster de apontar o limite entre seu entendimento do universo do riso, esboçado marginalmente em sua obra, e o nosso. Um tênue, mas determinante ponto divergente, centrado na aproximação do entendimento de Eco e de Bérghson, uma vez que o primeiro entenderia a estrutura cômica (mesma confusão a que já nos referimos anteriormente) enquanto limitada a certos padrões passíveis de serem apreendidos e o risível a formas de manifestação delimitadas, passando mesmo a sugerir “máximas”, em número de quatro (não questionamos, representativas do historicamente bem sucedido) para a produção do cômico, sejam elas, somente para informação (evidentemente não nos preocupamos aqui em nos aprofundarmos em seu entendimento) 1) as máximas de quantidade (fazer com que a contribuição seja tão informativa quanto o requerido pela situação de troca. situação cômica: “Desculpe, sabe que horas são? Sim.), 2) as máximas de qualidade (em resumo, não dizer aquilo que acreditar ser falso e não dizer aquilo sobre o qual não haveriam provas adequadas), 3) as máximas de relação e 4) as máximas de maneira. (ECO, 1984: 348)

assim visto, e daí não nos determos neste ponto, de outros gestos a satisfazer as ânsias humanas por reconhecimento, como olhares, acenos ou palavras monossilábicas de confirmação (importantes, não podemos negar, enquanto “lubrificantes” no intercâmbio social); mas apenas acessórias à comunicação e pouco ou nada relevantes no contexto situacional.

Por fim, a posição analítica aqui adotada, em certa medida, a nosso ver, poderia ser entendida enquanto inversão perspectiva, a representar uma nova possibilidade de acesso ao universo do riso/ sorriso, tomando-o a partir de sua manifestação em ato, diferente do lugar comum das análises que o enfocaram enquanto objeto (como já referido, quase sempre a recair na análise de sua estrutura recorrente), ou seja, mudando o foco da análise para a recepção sempre diversa (não necessariamente original), transferindo o olhar da condição qualitativa do objeto para a condição sugestiva da comunicação sobre um indivíduo articular (aberta e fecunda).

Conclusão - Considerações finais

“O riso é mais divino, é mesmo mais indecifrável do que as lágrimas”. (Georges Bataille)

“Se não me submeto às convenções mundanas; se, ao me vestir, não levo em consideração os usos seguidos em meu país e na minha classe, o riso que provoço, o afastamento em que os outros me conservam, produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita”. (DURKHEIM, 1963: 3)

“Um homem deve julgar suas obras pelos obstáculos que superou e as dificuldades que suportou, e, por tais padrões, não fico envergonhado dos resultados.” (EVANS-PRITCHARD, 2005: 15)

O que, enfatizamos, se depreende de nossa análise, entendida enquanto tentativa, reconhecidamente imperfeita e imprecisa, de lançar alguma luz sobre o universo do riso e do sorriso, seria a visão de um espaço de figuração destes, atravessado por mais de um elemento, ou melhor, possível, em razão de uma condição caleidoscópica específica, resultante da harmonização “imediática” de todos os elementos envolvidos na situação e construção identitária do indivíduo receptor, obviamente aquele que ri/ sorri, sua guisa emocional comparecente e o contexto (entendido em sentido amplo, incluindo todas as instâncias que integram a situação enunciativa e o conjunto dos elementos pertencentes ao mundo extralingüístico; mesmo considerado que a natureza desta intervenção pode ser considerada como difusa e de dimensão adamastoriana, o que tornaria, por este motivo, difícil apreender todos os componentes que o integram).

Ao término desta análise chegamos a certo número de conclusões, em nossa opinião, de razoável solidez, sobre os quais, acreditamos, poderão apoiar-se estudos futuros a fim de se chegar a resultados mais fecundos. No entanto, como estas conclusões foram sendo extraídas aos poucos ao longo das páginas deste estudo, torna-se necessário enfeixá-las agora num corpo sistemático:

1) A identidade reativa risível em um momento pontual seria tanto proveniente de um sentimento comum/ pontual como da cristalização de elementos comuns em torno de racionalizações, símbolos, idéias e preconceitos específicos;

2) O riso/ sorriso estaria diretamente relacionado à satisfação das necessidades humanas emocionais, como o prazer de nos sentirmos reconhecidos, partícipes ou mesmo superiores aos nossos semelhantes;

3) O riso e o sorriso, como aqui entendidos, seriam mecanismos inatos, mas moldados pelos elementos culturais da sociedade circundante. Um “modelamento” da reação corporal mecânica de acordo com um esquema estabelecido pela tradição, elemento essencial tanto da personalidade, como da percepção do mundo, de si mesmo e de si com relação aos outros.

4) O riso e o sorriso representariam parte de uma performance identitária de percepção e atribuição de sentido ao experienciável.

5) Não devemos, negligenciar o contexto em que o universo risível seria “assimilado”, visto que ele afetaria tanto a gama de experiências risíveis a que os indivíduos seriam expostos como também a natureza de sua reprodução. Seguindo esta perspectiva, o universo imediato de socialização da criança, em especial o meio familiar, adquiriria considerável significância. A família, em especial os pais, nos anos iniciais da vida de seus filhos,

praticamente deteria o monopólio da influência socializante, a seu critério incentivando, servindo de exemplo direto ou coibindo as reações/ expressões de riso e/ ou sorriso.

O riso e o sorriso como procuramos evidenciar neste estudo, seriam a expressão de propriedades cognitivas específicas, ou melhor, conseqüência de peculiaridades biológicas pontuais, mas em nosso entendimento, não seriam apenas um reflexo a partir de estímulos específicos de estrutura eterna e fixa, mas em grande medida estariam ligados aos elementos que comporiam a estrutura experiencial e interna do pensamento humano. O riso e sorriso seriam formas particulares de expressão do pensamento, sínteses de respostas convergentes, partes de em um repertório complexo de reações possíveis. O risível e o “sorrisível” como pudemos apreender, não se dariam por uma simples repetição da aplicação de estruturas/ formas pontuais, mas antes de tudo através de um contínuo ensaio inovador, ainda que realizado em muitos casos a partir de soluções bem sucedidas, a alargar horizontes de sensibilidade, reação e gosto. Diferente de um “curto-circuito” cerebral, como defendido por Levi-Strauss, a reação risível/ “sorrisível” se aproximaria mais de um estalo de reconhecimento, um “Aah!”, em condições ideais da análise imediata não consciente, como se a bradar “Então é assim!”.

O riso e o risível figurariam como procuramos demonstrar, intimamente ligados à “memória coletiva” e envolveriam mesmo manifestações ritualísticas, a combinar tanto elementos morais como emocionais. Se as idéias externadas neste estudo estão corretas, rir e sorrir seriam processos sociais ativos e interpretativos, ainda que considerado seu caráter próximo à automatização, conferindo sua figuração repisada, continuidade à experiência. O risível e o sorrisível seriam assim visto, elementos significativos a compor as estruturas sociais que confeririam integração ao corpus social; em outras palavras, rir e sorrir seriam elementos a contribuir para a garantia da preservação da continuidade, por meio de sua figuração em contextos infinitamente diferenciados. Figurariam, assim visto, enquanto matéria da “consciência prática”, entendida esta noção, em termos gerais, como o conhecido por pelos sujeitos, necessário à dinâmica social, mas nem sempre ou quase nunca discursivamente objetivados. Ainda que em muito ligado ao pessoal, ao aprendido/ assimilado e próximo a automatização, o riso, ou melhor, os processos a desencadear a ação/ reação risível seriam, assim visto, em grande medida ativos e interpretativos, e destacar-se-iam, em meio a um conjunto amplo de outros elementos sociais de mesmos ou aproximados resultados, como um meio prático, muitas vezes quase ritualístico de se garantir a preservação/ manutenção do social (condição inercial), muito mais que poderia contribuir para a transgressão no espaço vivido. Posto isso, acredito não despertar ampliado desacordo,

mesmo porque, neste caso, alinho me com o senso canônico sócio-antropológico a tratar esta temática, ao endossar a idéia da funcionalidade do riso, invocado nesse caso, principalmente, os argumentos de que, muito embora o riso, em especial os denominados, de escárnio, desprezo, arrogância etc., conduzam a conflitos, entre os que riem e os objetos do riso, quando pessoas ou grupamentos humanos, ou não partícipes do entendimento de sua adequação contextual, pode e de fato mantém, ou melhor, tem destacado papel neste processo, a coesão social e o sentimento de pertença/ identidade. Desse modo, o riso, seria um processo ativo, social, que não poderia apenas ser identificado com a lembrança, vivida ou herdada. O riso, ainda que vista a dificuldade em dar forma discursiva à explicação de sua deflagração, teria assim importância capital na estruturação da continuidade das experiências sociais uma vez que figuraria como elemento unificador em contextos diferenciados de ação. A vivência do riso pode ser entendida como um tipo irregular, porém contínuo e eficiente de educação, a tornar quase impossível, ao menos sem duras penas, a dissidência. Uma educação quase sempre não intencional que jamais cessa, principalmente dada pelo exemplo e pela prática.

O maior indício da necessidade de novas proposições compreensivas, como a pleiteada por este estudo, residiria, a nosso ver, no fracasso dos muitos esforços pretéritos de construção de uma definição (estrutural - comunicativa) do riso/ sorriso que compreendesse todas as possibilidades da reação risível (executivas e interpretativas). A soma de elementos diversos da realidade experiencial de efeito risível não resultaria, acreditamos, necessariamente em nada além da simples soma destes elementos, ou seja, as muitas categorizações e as tentativas de apreensão estrutural do risível, teriam, assim visto, proporcionado apenas a apreensão da coexistência de elementos objetivos em um mesmo universo reacional. O risível, como aqui o entendemos, seria dado somente com a operação de um fruidor, a reagir a partir de sua apreensão, já que seriam as operações humanas que constituiriam os valores e os sentidos das coisas.

Acreditamos sinceramente que as proposições e hipóteses aqui delineadas podem, em alguma medida, contribuir para a ampliação do entendimento acerca dos objetos por nós enfocados neste estudo. Não que acreditemos poder uma análise (por melhor e mais completa que possa ser) esgotar em suas considerações todas as possibilidades interpretativas. Salientamos apenas que a infinitude deva ser tomada como ponto referencial a pairar sobre a rede limitada de possibilidades mais prováveis, ou seja, diante do imensamente amplo universo de reações e leituras possíveis tratar-se-ia sempre de procurar reunir um conjunto limitado pela natureza e organização dos elementos envolvidos e procurar compreender as

potencialidades contidas no universo experienciável, uma vez considerado este último como campo aberto de possibilidades.

Peço desculpas pelo caráter esquemático e incompleto desta imperfeita tentativa, roteiro esboçado com traços grosseiros a seguir caminhos sinuosos e pouco convencionais. Em fechamento, gostaria apenas de pontuar minha percepção geral desta não pouco dificultosa empresa. Para resumir, ao final desta, experimentei, talvez, algo muito próximo do que sentiu e externou James Frazer quando da escritura de “O Ramo de Ouro”, como um explorador no deserto cujos suprimentos se esgotaram. Nas palavras de Frazer:

“Ele enxerga amplas faixas de território à sua frente e percebe como tentaria atravessá-las; mas tem de voltar para trás e consolar-se com a esperança de que talvez o pouco conhecimento que conseguiu permitirá a outros realizar uma viagem mais bem sucedida”. (FRAZER, 1982: 276)

9. Referências Bibliográficas:

1. ABRAMOVICH, Fany. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.
2. ACKERMAN, Nathan Ward. Diagnostico e tratamento das relações familiares. Porto Alegre: Editora artes médicas, 1986.
3. ALBERTI, Verena. O riso e o risível na história do pensamento. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1999.
4. ANISFELD, M., Masters, J. C., Jacobson, S. W., & Kagan, J. Interpreting "imitative" responses in early infancy. *Science*, 1979.
5. BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
6. BALANDIER, G. As dinâmicas sociais. São Paulo: DIFEL, 1976.
7. BANDURA, Albert. Aprendizaje social y desarrollo de la personalidad. Madrid: Alianza, 1977.
8. BANDURA, Albert. Principles of behavior modification. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969.
9. BARKER, R. G. Ecological psychology: Concepts and methods for studying the environment of human behavior. Stanford: Stanford Press, 1968.
10. BASSO, Ellen. In Favor of Deceit: A Study of Tricksters in an Amazonian Society. Tucson: The University of Arizona Press, 1987.
11. BAUDRILLARD, Jean. A transparência do mal – Ensaio sobre os fenômenos extremos. Campinas: Papyrus editora, 1990.
12. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.
13. BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2008.
14. BEARD, Ruth. Como a criança pensa. São Paulo: IBRASA, 1976.
15. BENDER, Ivo. Comédia e riso – uma poética do teatro cômico. Porto Alegre: Editora Universidade, 1996.
16. BENJAMIN, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Editora Tempo brasileiro, 1975.
17. BERGSON, Henri. O riso. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1940.
18. BERLIN, Silvia Koatz de. Sobre os distintos tipos de humor. *Revista Mocion*.

19. BERTRAND, Dominique. Rire Et Mythes. Paris: Association pour le developpement des recherches sur le comique, le rire et l'humour, 2006.
20. BOUDON, Raymond. Métodos da Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.
21. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
22. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Ed Usp, 1996.
23. BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S. A, 1975.
24. BOURDIEU, Pierre. As regras da arte. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
25. BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora perspectiva, 1974.
26. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
27. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas. Campinas: Papirus editora, 1996.
28. BROWN, J. and Gibbs, G. Humorology: A curriculum and resource guide. New York: Trillium Press, 1990.
29. CADE, B. The use of humor in therapy, 1986.
30. CAMPBELL, Joseph. As mascaras de Deus – Mitologia primitiva. São Paulo: Palas Athena, 1996.
31. CANTRIL, H. The psychology of social movements, 1948.
32. CANTRIL, Hadley. The psychology of social movements. New York: John Wiley & sons, 1963.
33. CASTORIADIS, Cornelius. O mundo fragmentado – As encruzilhadas do labirinto III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
34. CHAPMAN, A. and FOOT, H. It's a funny thing, humour. New York: Pergamon, 1977.
35. CHAPMAN, A. J and FOOT, H. Humor and laughter, London: Wiley, 1976.
36. CLARET, Martin (org). O poder do mito. Porto Alegre: Martin Claret Editora, 1998.
37. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
38. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora, 1978.
39. COLLINSON, David L. "Engineering Humour": Masculinity, Joking and Conflict in Shop-Floor Relations, 1995.
40. COSER, Rose Laub. Laughter Among Colleagues: A Study of the Social Functions of Humor Among the Staff of a Mental Hospital, 1960.

41. COSER, Rose Laub. *Some Social Functions of Laughter: A Study of Humor in a Hospital Setting*, 1959.
42. CULLER, Jonathan. *Teoria literária: Uma introdução*. São Paulo: Beca produções culturais Ltda, 1999.
43. DAMATTA, Roberto. *Carnaval Malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
44. DAMATTA, Roberto. *Explorações – Ensaio de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
45. DAMATTA, Roberto. *Relativizando – Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1990.
46. DUNDES, Alan. *Cracking jokes: studies of sick humor cycles and stereotypes*, 1987.
47. DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
48. DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
49. DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. Rio de Janeiro: Edições melhoramentos, 1978.
50. ECKERT, Cornélia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas*. Porto Alegre: Paper, 1985.
51. ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
52. ECO, Umberto. *Conceito de texto*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
53. ECO, Umberto. *O super-homem de massa*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
54. ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
55. ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
56. ENCICLOPÉDIA ENCARTA. *Teoria do humor*. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~jbosco/teoriadohumor.doc>. Acesso em 10 de maio de 2008.
57. ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
58. ERIKSON, E. H. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
59. EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropologia Social*. São Paulo: Edições 70, 2007.
60. EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
61. FEUERHAHN, N. *Le comique et l'enfance*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
62. FOUCAULT, Michel de. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

63. FRAZER, James George. O ramo de ouro. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1982.
64. FREUD, Sigmund. Os Chistes e sua relação com o Inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.
65. FRY, W. F. and Salameh. W. Hand book of humor and psychotherapy. Professional Resource Exchange, 1987.
66. FRY, W.F. and SALAMEH. W. Advances in humor and psychotherapy. Professional Resource Press, 1993.
67. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
68. GEORGE, Frank. Modelos de pensamento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.
69. GEROSA, Luzia Torres. Childrens play, toys and humor. Tema do Seminário: Towards a Resilient Childhood. Santa Cruz de la Sierra: Paper, 1977.
70. GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
71. GIFFONI, Luís. Adágio para o silêncio. Belo Horizonte: Pulsar, 2000.
72. GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
73. GOFFMAN, Erving. Estigma. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
74. GOLDSTEIN, J. and MCGHEE, P. The psychology of humor: Theoretical perspectives and empirical issues. New York: Academic Press, 1972.
75. GOLDSTEIN, J. Handbook of humor research. New York: Haworth Press, 1983.
76. GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
77. GOULD, Stephen Jay. O dedo mindinho e seus vizinhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
78. Guattari, F.; Rolnik, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
79. GUIMARÃES, Raul Francisco. Retórica e o problema da ação coletiva: um campo crítico a Olson e Habermas. Art. Rio de Janeiro: CC, 2002.
80. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
81. HILGARD, Ernest R. São Paulo: Editora Herder, 1966.
82. INHELDER, Barbel. Aprendizagem e estruturas do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1977.
83. KENTZ, Albert. Comunicação de massa – Análise de conteúdo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

84. KUNDERA, Milan. O livro do riso e do esquecimento. São Paulo: Círculo do livro, 1978.
85. LAKATOS, Imre. Proofs and refutations: the logic of mathematical discovery. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
86. LE GOFF, Jacques. "O Riso na Idade Média". In: BREMMER, Jan (org.) Uma História Cultural do Humor. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
87. LEDOUX, Joseph. O cérebro emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
88. LEFCOURT, H. M. Humor and life stress: Antidote to Adversity. New York: Springer-Verlag, 1986.
89. LEITE, Dante M. O desenvolvimento da criança. São Paulo: Companhia editora nacional, 1972.
90. LEVINE J. Failure to understand humor in Psychosomatic Medicine, 1955.
91. LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.
92. LÉVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido. Mitológicas. São Paulo: Brasiliense, 1991.
93. LEVI-STRAUSS. Mito e linguagem social. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1970.
94. LEWIS, P. Comic effects. New York: State University of New York press, 1989.
95. LIMA, Luis. Teoria da Cultura de massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
96. LIMA, Luiz Costa (Org.). Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
97. LURIA, A. R. Desenvolvimento Cognitivo. São Paulo: Ícone Editora, 2002.
98. MANNONI, Octave. Um espanto tão intenso – A vergonha o riso e a morte. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
99. MARTIN-BARBERO, J. e REY, Germán. Os exercícios do ver. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
100. MASSETTI , Morgana. Transformações na realidade hospitalar, Drs da Alegria. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1998.
101. MASTEN, Ann String. Humor and creative, thinking in stress - Resistant Children. Minnesota: University of Minnesota press, 1982.
102. MATHESON, Richard. Em algum lugar do passado. São Paulo: Abril cultural, 1983.
103. MAUSS, Marcel. "Parentés à plaisanteries", in Oeuvres. Paris: Minuit, 1969.
104. MCGHEE, P. Children's humor. London: John Wiley and Sons, 1980.

105. MCGHEE, P. Humor and children's development - A Guide to Practical Applications. New York: The Haworth Press, 1989.
106. MCGHEE, P. Humor its origin and development. San Francisco: W.H.Freeman and Company, 1979.
107. MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.
108. MEDNICK Sarnoff A. Aprendizagem. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
109. MINÓIS, Georges. História do riso e do escárnio. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
110. MORREAL, J. Taking laughter seriously. New York: State University of New York, 1983.
111. MOSQUERA, Juan José Mourino. Psicodinâmica do aprender. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1977.
112. MURRAY, Edward. Motivação e emoção. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
113. MUSSEN, Paul Henry; KAGAN, Jerome; HUSTON, Aletha Carol. Desenvolvimento e personalidade da criança. São Paulo: Harbra, 1995.
114. NEVES, Joana. Onde está a graça que eu não vi. O riso e a representação na história. Rio de Janeiro: Almeida editora LTDA, 1977.
115. NIETZSCHE, Friedrich. Beyond Good and Evil. New York: Random House, 1966.
116. NILSEN, Don L. F. The Social Functions of Political Humor. Journal of Popular Culture, Vol 24 (Winter), 1990.
117. NWOKAH, E. and FOGEL, A. Laughter in mother-infant emotional - Communication in Humor: International Journal of Humor Research, 1993.
118. OLSON, J. M. Self-perception of humor. Evidence for discounting and augmentation effects. Journal of personality and social psychology, 1992.
119. ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Editora brasiliense, 1999.
120. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.
121. OTTA, Emma. O sorriso e seus significados. Petrópolis: Vozes, 1994.
122. PALETZ, David L. Political Humor and Authority: From Support to Subversion. International Political Science Review, Vol 11, No 4, 483-493, 1990.
123. PANOFSKY, Erwin. O significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1979.
124. PATAI, Raphael. O mito e o homem moderno. São Paulo: Cultrix, 1972.
125. PIAGET, Jean. Estudos sociológicos. Rio de Janeiro: Companhia editora forense, 1973.

126. PIERSON, Donald. Teoria e pesquisa em sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
127. PIKUNAS, Justin. Desenvolvimento humano : uma ciência emergente. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1979.
128. POSSENTI, Sírio. Os humores da língua. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.
129. PROPP, Vladimir. Comicidade e riso. São Paulo: Editora Ática, 1984.
130. PUIG, Manuel. O beijo da mulher aranha. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
131. QUEIROZ, Rachel. O quinze. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1984.
132. RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973.
133. RAMOS, Roberto. Mídia, textos e contextos. Porto Alegre: Editora PUC/ RS, 2001.
134. RANDAZZO, Sal. A criação de mitos na publicidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
135. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
136. RICOEUR, Paul. O justo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
137. ROSSET, Clément. O riso exterminador. In: Lógica do pior. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
138. RUI, Jota. A alegre história do humor no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979.
139. SALIBA, Elias Thomé. Raizes do riso. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
140. SAROYAN, Willian. A comédia humana. São Paulo: Abril cultural, 1980.
141. SCHEFF, T. Lughter and stress - The Laughter Project. Santa Bárbara: University of California, 1984.
142. SCHUTZ, Willian. O prazer. Rio de Janeiro: Imago editora, 1974.
143. SEEGER, Anthony. A construção de pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, vol. 32, 1979.
144. SEEGER, Anthony. Os índios e nós. Estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
145. SKINNER, B.F. A análise do comportamento. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1969.
146. SKINNER, B.F. About behaviorism. New York: Vintage Books, 1976.
147. SKINNER, B.F. Ciência e comportamento humano. Brasília: Universidade de Brasília: Funbec, 1967.

148. SMELTZER, Larry R., and Leap, Terry L. *An Analysis of Individual Reactions to Potentially Offensive Jokes in Work Settings*, 1988.
149. SOUSA, Eudoro. *História e mito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
150. SUBIRATS, Eduardo. *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.
151. SURRALLÉS, Alexandre. "Por qué el humor hace reír? Humor, amor y modestia ritual en la lírica amazónica". Lima. Amazonia Peruana, 2003.
152. TURNER, Johanna. *Desenvolvimento cognitivo*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.
153. VERÍSSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1971.
154. VIGOTSKI L. S. *A formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003
155. VIGOTSKY, L. S.. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
156. WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
157. WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
158. WRIGHT, Charles R. (1973) *Comunicação de massa – Uma perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.
159. XANTHAKOU, Margarita. *Les idiots de village: conversations et psychiatriques en Péloponnese*. Presses Universitaires du Mirail, 1989.
160. YOUNG, Stark. *Teatro*. Rio de Janeiro: Editora letras e Artes, 1963.